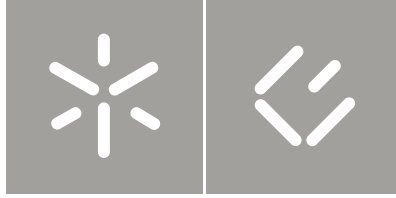


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Armando Jorge Teixeira Fernandes

Voluntariado como expressão de Dádiva
- Uma abordagem institucionalista do
voluntariado da Delegação de Guimarães
da Cruz Vermelha Portuguesa



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Armando Jorge Teixeira Fernandes

Voluntariado como expressão de Dívida
- Uma abordagem institucionalista do
voluntariado da Delegação de Guimarães
da Cruz Vermelha Portuguesa

Tese de Mestrado
Economia Social

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Paulo Reis Mourão

“Os voluntários não são pagos – não porque não tenham valor, mas antes porque o seu valor é incalculável.”

(Madre Teresa de Calcutá)

“Quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade.”

(Kant)

Agradecimentos

Tendo este momento como um marco importante a título académico e pessoal, impõe-se-me registar o meu profundo agradecimento a um conjunto de pessoas que directamente ou indirectamente contribuíram decisivamente para que me fosse possível terminar o presente estudo.

À Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, pela possibilidade que me deu de integrar o Mestrado de Economia Social.

Aos meus colegas de turma, pelo muito que me ensinaram nas inúmeras discussões e reflexões que tivemos ao longo do ano lectivo.

À Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa, nas pessoas do seu Presidente de Direcção, Eng^o. José Marques do Vale, pelo acolhimento da proposta apresentada e pela solicitude na autorização e no acesso a toda a informação, documentação necessária ao presente estudo. Na pessoa da Dra. Carla Maia, pela colaboração e dedicação que apresentou em todo o trabalho que realizamos conjuntamente, e por fim, mas tremendamente importante, na pessoa de todos os voluntários da instituição, pelo que representam e, fundamentalmente, pelo que me ensinaram ao longo destes últimos sete anos de convívio profissional e pessoal.

Ao Professor Doutor Paulo Reis Mourão, o meu Orientador de Mestrado, pelo rigor académico, pela motivação, amizade e confiança que depositou em mim desde os primeiros dias de aulas na disciplina de Economia das Instituições.

Aos meus amigos, Paulo Jesus, Helena Fernandes e Daniela Guimarães, pela amizade que construímos, pelas noites tertulianas que realizamos, pela energia positiva e motivacional que colocaram em cada momento e, sobretudo, pela partilha, pelos ensinamentos que me permitiram e, ainda hoje, permitem.

À Ana Pena, por ter iniciado esta aventura comigo, pela força e ânimo que sempre demonstrou.

Aos meus amigos de coração, Rui Nelson, Bruno Cunha, Diana Peixoto, Edgar Ribeiro, Norma Ribeiro, Paulo Castelar, Filipe Carvalho, Giane Morais, Marco Lobo, Carla Moura, Noémia Moura, Tiago Abreu, Marco Teixeira e Sónia

Leite, entre outros, pelo companheirismo, apoio, pela amizade e dedicação que tiveram para comigo num dos momentos mais permeáveis da minha vida pessoal.

Ao Manuel Maria Cardoso, Nuno Moura e Pedrocas, por me permitirem entrar no mundo das crianças e pelos momentos de puro gozo, desfrute, alegria e felicidade que me proporcionam.

Aos meus “irmãos” Manuel Luís, Pedro Pina e Rita Miranda, simplesmente pelo sentido que dão à minha existência, inteligível e sensível.

A ti, Bertinha, pela paixão, dedicação, companheirismo, carinho e amor com que alimentas a nossa relação diariamente. Agradeço-te, ainda, a motivação, incalculável, que me transmitiste nesta recta final e as horas, noites que passamos ao computador a trabalhar no SPSS e na formatação da tese. Sem ti, não teria conseguido.

À memória, lembrada diariamente, da minha avó, Maria José Machado, do meu tio, “Sir” Fernando Teixeira e do meu adorado amigo, Jorge Pena. Estes fazem com que eu queira ser melhor todos os dias, que siga as minhas convicções, que lute pelos meus desejos e que seja fiel aos meus princípios.

Por último, mas de forma incomensuravelmente primeira, o meu profundo agradecimento aos meus pais, Emília Gomes Teixeira e Armando Fernandes Guimarães. Pelos valores que me transmitiram, pela forma respeitosa e humilde com que me ensinaram a lidar com o Outro e pela força que me dão para perseguir os meus sonhos, os meus objectivos. Faço-o, dedico-me, empenho-me e valorizo-me por mim mas sempre com o desejo, infinito, de vos fazer orgulhosos da pessoa que procuro ser. Com incontestável certeza, sois o meu bem mais precioso.

Como nota final, reitero o meu mais profundo e sincero agradecimento e reconhecimento a todos os que me tornaram possível começar e terminar este caminho pessoal e académico.

Muito obrigado.

Título

Voluntariado como expressão de Dádiva – Uma abordagem institucionalista do voluntariado da Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa.

Resumo

O presente estudo discute o voluntariado na sua perspectiva formal e institucionalista. O objectivo é demonstrar que a prática do voluntariado é hoje tida como um fenómeno social em ascensão, promovida em diferentes quadrantes da sociedade e conotada como prática de cidadania activa, responsável e propiciadora de uma cultura de solidariedade social que se preocupa com os mais desfavorecidos.

Simultaneamente, recorre-se à perspectiva Maussiana sobre a dádiva, exultando a emergência de um novo ciclo de relações pessoais e sociais assentes na obrigação dicotómica do Dar, Receber e Retribuir. Ou seja, tida como uma prática simbólica e minimamente materialista, a dádiva promove uma nova forma de estar nas relações interpessoais, convocando um sentimento de obrigação social colectiva em detrimento dos interesses individuais e da materialidade das trocas sociais.

Assim, apresenta-se a base teórica para problematizar a crise e as incapacidades do Estado e do Mercado com a ascensão do Terceiro Sector, sustentada na força económica do voluntariado como expressão da dádiva. Isto é, procura-se perceber como a dádiva, enquanto essência da acção voluntária, preconiza uma rede de relações socioeconómicas, tidas como Economia da Dádiva, e lançam o Terceiro Sector para a ribalta dos poderes sociais, políticos e económicos.

Para uma melhor compreensão da força do voluntariado, como expressão da dádiva, do seu peso e do seu papel neste novo paradigma de solidariedade social, de emergência do sector social, apresenta-se um estudo de caso com a Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa, com uma amostra de 431 voluntários, onde conseguimos aferir o seu perfil sociodemográfico, perceber os determinantes, as motivações da sua acção voluntária e, sobretudo, analisar a importância e relevância do trabalho dinamizado por estes voluntários, na orgânica, na implementação dos projectos e nas respostas sociais desenvolvidas pela instituição. Um dos resultados obtidos corresponde ao perfil do voluntário da instituição que se caracteriza como sendo na sua maioria mulher, entre os 22 e os 50 anos de idade, solteira, sem filhos, com habilitações literárias entre o ensino secundário e superior, residente no tecido urbano do concelho de Guimarães e com uma actividade ocupacional nas áreas da saúde, educação e social. Avaliou-se, ainda, que entre 2009 e 2010 a DG CVP desenvolveu 30 projectos, envolveu directamente 196 voluntários e beneficiou 1622 pessoas na comunidade, espelhando o papel do voluntariado na economia social.

Palavras-chave: Voluntariado; Dádiva; Terceiro Sector; Institucionalismo.

Title

Volunteering as a Gift expression – an institutional approach of the Guimarães Delegation of the Portuguese Red Cross volunteering.

Abstract

This study discusses volunteering work in its formal and institutional perspective. The purpose is to show that today volunteering practice is viewed as a rising social phenomenon, promoted in different areas of society and is labeled as a practice of active citizenship, responsible and propitiatory of a social solidarity culture which concerns itself with those that are less fortunate.

Simultaneously, we resort to the Maussian perspective about gift, exalting the emergency of a new cycle of personal and social relationships based in the dichotomous obligation of the Give, Receive and Return. In other words, taken as a symbolic practice and minimally materialistic, the gift promotes a new way of being in the interpersonal relationships, summoning a feeling of collective social obligation over the individual interests and material aspect of social exchanges.

Therefore, we present the theory basis to question the crisis and the inability of the Government and Markets with the rise of the Third Sector, supported by the economic strength of volunteering as an expression of the gift, meaning, we strive to understand how the gift, as the essence of the volunteering action, advocates a network of socio-economic relations, taken as a Gift Economy, and launch the Third Sector forward towards the spotlight of social, political and economical powers.

For a better understanding of the strength of volunteering, as expression of the gift, its weight and part in this new paradigm of social solidarity emerging in the social sector, we present a case study with the Guimarães Delegation of the Portuguese Red Cross, with a sample of 431 volunteers, where we can assess their sociodemographic profile, perceive its determinants, the motivations of their volunteering action and, above all, analyze the importance and relevance of the work streamlined by the volunteers, both in the organization, the implementation of projects and in the social responses developed by the institution. One of the obtained results matches the volunteer profile of the institution which is characterized in its most part by a woman, between 22 and 50 years old, single, with no offspring, with qualifications between high school (secondary school terminology in Portugal) and college education, residing in the urban framework of Guimarães county and with an occupational activity in the health, education and social support areas.

It was also assessed that, between 2009 and 2010 the DG CVP (Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa) developed 30 projects, directly involved 196 volunteers and benefited 1622 persons in the community, mirroring the part of volunteering in the social economy

Key words: Volunteering; Gift; Third Sector; Institucionalism.

Índice

Introdução	1
Capítulo I. Fundamentação teórica	6
1.1. O papel do voluntariado nas novas solidariedades sociais.....	6
1.1.1. A acção humanitária e seus dilemas.....	6
1.1.2. As novas solidariedades sociais	10
1.1.3. Voluntariado e cidadania.....	15
1.1.4. Implicações do voluntariado – Desenvolvimento pessoal e social.....	16
1.1.5. Voluntariado como força de transformação social	23
1.1.6. O voluntariado e sua história.....	25
1.1.7. O Voluntariado na contemporaneidade: conceito e princípios.....	30
1.2. Uma discussão sobre a acção voluntária e a Economia da Dívida	32
1.2.1. A Dívida e o Terceiro Sector	32
1.2.2. O voluntariado enquanto expressão da dívida.....	41
Capítulo II. Estudo empírico – Discussão do voluntariado no Terceiro sector	49
2.1. Discussão do voluntariado no Terceiro sector	49
2.1.1. O voluntariado como expressão institucionalista – o exemplo de Portugal	49
2.1.2. O voluntariado na Cruz Vermelha	61
2.1.3. As motivações do voluntariado	66
2.2. Formulação e definição da questão da investigação	69
2.2.1. Definição das variáveis	70
3. Método	72
3.1. Procedimento	72
3.2. Instrumento	73
3.3. Amostra	74
4. Apresentação dos resultados – Perfil do voluntário DG CVP	77
5. Discussão dos resultados	78
6. Considerações Finais.....	83
Referências bibliográficas	98

Índice de Anexos

Anexo I. Tabelas de frequências das variáveis descritivas.....	87
Anexo II. Ficha de inscrição de voluntariado.....	96
Anexo III. Ficha de actualização dos dados pessoais dos voluntários DG CVP...	97

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Distribuição da faixa etária da população.....	74
Gráfico 2. Distribuição do estado civil da população.....	75
Gráfico 3. Distribuição das nacionalidades da população.....	75
Gráfico 4. Distribuição dos concelhos de residência da população.....	76
Gráfico 5. Distribuição das habilitações literárias da população.....	76
Gráfico 6. Distribuição das actividades ocupacionais da população.....	77

Índice de Tabelas

Tabela 1*. Síntese: os determinantes da dádiva.....	44
Tabela 2*. Definição de voluntariado nos Estados Membros (transcrito de GHK, 2010)	52
Tabela 3*. Comparação entre o número total de trabalhadores com o número de trabalhadores na área da Economia Social nos países da União Europeia, nos anos 2002 e 2003. (considerando a população activa dos 16 aos 65 anos)	60
Tabela 4*. Síntese: as motivações para a prática do voluntariado	68

Lista de abreviaturas

CNPV – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CV – Cruz vermelha e Crescente Vermelho
CSIF - Comissão Social InterFreguesias
DG CVP – Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa
FICV – Federação Internacional da cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
ONU – Organização das Nações Unidas
OSFL – Organizações Sem Fins Lucrativos
SN's – Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Introdução

O voluntariado é uma expressão de dádiva. O voluntário doa o seu tempo mas, sobretudo, a sua pessoa na própria complexidade (aptidões, sentimentos e conhecimentos) a um serviço organizado, a uma causa, a um partido político ou a um ideal.

Ainda que a acção voluntária tenha existido historicamente em todas as sociedades, só recentemente se tornou alvo de estudo pelas Ciências Sociais e só mais recentemente ainda se tornou objecto de estudo na Economia.

Este trabalho procura sugerir linhas para um debate sobre o voluntariado enquanto expressão institucionalista no seio da análise das ciências sociais.

Inserido na discussão relacionada com o Terceiro Sector, o voluntariado é um fenómeno social que escapa ao Mercado (onde o agente principal é o “Profissional” contratado cuja remuneração é o resultado do equilíbrio entre forças de Oferta e de Procura) e ao Estado (cujo agente principal é o “Burocrata” ou “funcionário público” que presta serviço público em função do benefício social atribuído). Assim, o voluntariado tem no “Voluntário” o seu agente principal que, como se verá na dissertação, cumpre o papel complexo de insider-outsider, quer na perspectiva dos utentes beneficiários do voluntariado quer na perspectiva da organização envolvente.

O voluntariado actualmente é tido como uma prática social a seguir por toda a comunidade civil, é assumida como um exemplo de cidadania activa, sendo promovida tanto nos contextos sociais, académicos e profissionais. Neste sentido, é nossa intenção perceber se efectivamente o voluntariado, enquanto prática do dar ao Outro, se assume ou não como expressão de Dádiva.

Com incidência na reflexão realizada sobre a prática do voluntariado, importará, agora, ver o estado de arte da Economia da Dádiva e percebê-la num contexto de Estado de Providência e em face de sectores não-lucrativos.

Ou seja, iremos procurar percepcionar a forma como o Voluntariado é tido nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, compreender a verdadeira

importância da prática do voluntariado e a real significância dos voluntários, para as instituições e seus beneficiários.

Para tal, tomarei como exemplo um estudo de caso que se reportará à prática do voluntariado na Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa, estudando e analisando os determinantes do perfil do seu voluntário.

Por sua vez, o estudo da dádiva é um fenómeno que se situa numa fronteira científica, entre ciências como a Psicologia, a Sociologia e a própria economia Mourão (2008).

Mauss (1950), aprofunda a ideia da existência de uma obrigação social colectiva que se impõe sobre as diferenças individuais, para assegurar a reprodução social e identifica o simbólico com a regra do dom – a do Dar, Receber e Retribuir, onde une a parte e o todo, fenómeno transversal a toda a história da humanidade e da sociedade.

Para Mauss (1950), o sistema da dádiva é elemento constituinte das trocas sociais, funda-se na importância do valor simbólico em detrimento da materialidade, do que se dá. Pela valorização do simbólico, Mauss (1950), concebe o indivíduo e o social, não como duas dimensões antagónicas mas, antes, como paralelas que se exprimem um sobre o outro, numa relação regulada e recíproca.

A dádiva é, segundo Mauss (1950), uma lógica organizativa do social que tem carácter universal e não pode ser reduzida a aspectos particulares, de teor político, religioso, ideológico ou étnico. Em todas as sociedades é possível observar a presença constante de um sistema de reciprocidades, de características interpessoais, que se expande e/ou retrai a partir da tríplice obrigação colectiva de doação, de recebimento e de retribuição de bens simbólicos e materiais.

Ao definir a dádiva a partir de uma tripla obrigação de dar, receber e retribuir, que seria anterior aos interesses contratuais e às obrigações legais, Mauss (1950) eleva a ideia da acção social como interacção, numa configuração circular accionada pela força do bem (simbólico ou material) dado, recebido e retribuído, o qual infere directamente tanto na distribuição dos lugares dos

membros do grupo social como nas modalidades de reconhecimento, inclusão e prestígio. A dádiva integra em si, potencialmente, as possibilidades do mercado (pela retenção do bem doado) e do Estado (através das possibilidades de redistribuição das riquezas colectivas).

No que ao voluntariado diz respeito, o Estado é um actor fundamental para a sua divulgação e promoção, em qualquer país do mundo. Em Portugal, o voluntariado recebeu a primeira atenção por parte do Estado em 1995, uma fase tardia relativamente a outros países da Europa, que começaram em meados de 1960/70, a exemplo da Finlândia, Holanda e Dinamarca.

Em termos cronológicos, 1995 é o ano em que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social inicia uma série de reflexões que mais tarde deram origem à aprovação de legislação específica sobre voluntariado. No ano de 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas (com a participação de 123 países) designou o ano de 2001 como o ano Internacional do Voluntariado, como forma de reconhecimento do mesmo e com o objectivo de conseguir um maior reconhecimento por parte dos Governos e entidades internacionais, nacionais, locais, e incentivar a sua prática em várias vertentes.

Ou seja, a Organização das Nações Unidas define voluntariado num sentido lato, onde procura enquadrar os diversos contextos da acção voluntária no mundo, valorizando desde as áreas mais tradicionais em que ocorre, como o desporto, a educação, a acção social, a assistência à terceira idade e as actividades de lazer, até ao voluntariado na esfera de catástrofes de grande dimensão (Gomes, 2009).

No contexto Português, importa referenciar que toda a prática do voluntariado baliza-se no enquadramento legal que vigora desde 1998, a Lei nº 71/98 de 3 de Novembro (DR 254/98 Série I-A de 1998-11-03), cujo entendimento sobre o Voluntariado se assume, exposto no artigo 2, como um *“conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas e/ou privadas. Não são abrangidas pela presente lei as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter*

isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança”.

Por sua vez, o artigo 3 do mesmo documento, diz que o voluntário é, “*o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora. A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer da relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes na lei”.*

No fundo, todas estas considerações são o espelho de uma sociedade actual, onde os governos e as sociedades civis atribuem cada vez mais importância às dinâmicas do voluntariado, encarando-o como uma forma complementar do trabalho profissional e da actuação das instituições, um recurso valioso para a vida social e um espaço próprio de exercício de cidadania. O voluntariado é, sem dúvida, um fenómeno social que existe sob múltiplas formas devido à história, tradição e cultura de cada país.

A autora Eugénia Rocha (2006), sublinha a importância da participação social: “*o nível de participação dos cidadãos em causa cívicas, e designadamente, o nível de mobilização local para as actividades como o voluntariado. Através desta prática, em áreas muito diversas como a saúde, a cultura, o desporto, a solidariedade social ou a defesa do património, muitos cidadãos envolvem-se empenhadamente em actividades de grande relevância para a comunidade desempenhando, não raras vezes, um papel muito activo na atenuação de problemas dos grupos sociais mais desfavorecidos.*” (Rocha, 2006: 3).

Acreditamos que o voluntariado consiste numa forma de Ser e de Estar, comporta o Outro na sua singularidade, no encontro das diferenças e no anseio da partilha, igual, e do conhecimento real e recíproco. Damo-nos no que Somos, no que temos enquanto semelhantes, nas diferenças, sem estar à espera de receber o reconhecimento social, académico ou pessoal. Só assim, concebemos e defendemos a ideia de que o voluntariado poderá e deverá funcionar como uma ferramenta de inclusão social, de promoção e revisitação de práticas multiculturais

e fundamentalmente da exultação de uma participação activa, da construção dos fundamentos de uma realidade plenamente convicta da importância e da nobreza de uma cidadania pró-activa, responsável e comprometida com os princípios da igualdade, do respeito, da responsabilidade, do compromisso, da justiça e da aceitação da diferença.

Neste sentido, o presente estudo assenta estruturalmente em dois capítulos de reflexão teórico-práticos, ou seja, sucedendo a introdução, como momento primeiro, temos o capítulo I cuja reflexão incide no papel do voluntariado nas novas solidariedades sociais, onde nos debruçamos sobre a acção humanitária, as novas solidariedades sociais e, sobretudo, no fenómeno do voluntariado enquanto prática de cidadania, de desenvolvimento pessoal e social e como força de transformação social. Debruçamo-nos, ainda, sobre o percurso histórico do voluntariado e o seu lugar na perspectiva contemporânea, os seus conceitos e princípios.

Concluimos o capítulo I com a discussão sobre a acção voluntária e a Economia da Dívida, ou seja, abordamos a relação entre a dívida e o Terceiro Sector e terminamos com a reflexão do voluntariado enquanto expressão da Dívida, onde assumimos esta prática como fenómeno caracterizador do sector não lucrativo.

O capítulo II, tendo como elementos contextualizadores o estudo do voluntariado em Portugal, por via do seu enquadramento legal, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e as motivações do voluntariado, é dedicado à componente empírica da tese. Ou seja, nesta fase do presente estudo, exploramos a definição da questão de investigação e das variáveis, em análise, descrevemos o método utilizado, com base no procedimento, nos instrumentos seguidos, na amostra e na consequente análise de dados e respectiva discussão de resultados. Por último, temos as considerações finais, com alusão a algumas sugestões para trabalhos e/ou investigações futuras.

Capítulo I. Fundamentação teórica

1.1. O papel do voluntariado nas novas solidariedades sociais

Este primeiro ponto dedica-se fundamentalmente à discussão do papel e da importância do fenómeno do voluntariado na construção de um novo paradigma de solidariedade social e humanitária. Ou seja, neste momento teórico abordamos a acção humanitária, a sua natureza e as suas principais características, atendemos à emergência de novas conceptualizações sobre a solidariedade social, à relação do voluntariado com o conceito, a prática e a construção de uma cidadania activa, reflectimos acerca da prática do voluntariado quer como possibilidade de desenvolvimento e de crescimento pessoal, quer como força de transformação social.

E, assumindo os pressupostos de relevância e incontornável importância do voluntariado enquanto fenómeno social, abrimos espaço de reflexão à acção voluntária na sua relação dicotómica com a Economia da Dádiva, o que é, o que significa, o que implica e de que forma se posiciona na realidade economicista da sociedade civil, percorrendo a perspectiva histórica do voluntariado até à contemporaneidade, com incidência no seu conceito e princípios.

1.1.1. A acção humanitária e seus dilemas

Para Brauman (1997) a contextualização e conseqüente compreensão da relevância da acção humanitária no mundo contemporâneo exige que façamos um percurso teórico, sintético, à passagem de um paradigma caracterizado pelo espírito de caridade para uma realidade apostada na prática da beneficência. Para o autor, os filósofos das Luzes, entregues à missão de emancipação da tutela da igreja, procuram fundar uma moral baseada no Homem e não em Deus e exultam a beneficência em detrimento da caridade.

Segundo Brauman (1997), no século XVIII verifica-se uma grande insensibilidade à miséria, onde os mendigos e os vagabundos são reprimidos, reagrupados em depósitos de mendicidade geridos pelos intendentos do rei, e é

com a Revolução Francesa, que vemos a beneficência ter novo alento sob o lema da “fraternidade”, da qual surge uma definição no começo da Constituição do ano III (1795): *“Não façais aos outros o que não quereis que vos façam; façam constantemente aos outros o bem que gostaríeis receber deles.”*

O século XVIII assistiria a uma considerável melhoria da sorte das vítimas de guerra, com o desenvolvimento dos serviços sanitários dos exércitos, o respeito pelo pessoal sanitário e dos hospitais, as libertações e trocas de prisioneiros. A própria natureza dos conflitos mudara e as guerras passaram a ser travadas entre exércitos constituídos por homens preparados, capacitados, disciplinados e sustentados por aparelhos de Estado em desenvolvimento.

Misericórdia e compaixão, caridade e fraternidade, beneficência e igualdade foram até ao século XVIII, os ideais e as atitudes que conduziram os homens a socorrer os outros, no fundo, constituem a matriz do fenómeno humanitário (Brauman, 1997).

Para Brauman (1997), o século XIX, por sua vez, abre a época do humanitário na sua dupla acepção contemporânea, isto é, o ideal de progresso social e de igualdade, por um lado, e a acção de socorro organizada por outro. É nesta fase que a ajuda humanitária de Estado a Estado, as campanhas de opinião a favor de uma causa e a criação da primeira organização privada exclusivamente humanitária, a Cruz Vermelha, aparecem e ganhem fulgor mundial;

“Lamartine e Chateaubriand são os primeiros a utilizar a palavra humanitário no sentido de filantropia, ou seja, de benevolência para com «a humanidade considerada como um grande ser colectivo», segundo o Dicionário da língua francesa, de Littré, de 1866.”
(Brauman, 1997, pp.33)

Segundo Brauman (1997), o humanitário encontra-se, hoje, mais popular e presente que nunca e a ajuda está cada vez mais exposta ao risco de artifício mediático e da sujeição política. Ou seja, nas suas relações com o poder, bem como nas relações com os media, a acção humanitária vê-se confrontada com a escolha de se tornar numa técnica de comunicação política ou, pelo contrário,

seguindo fielmente os seus preceitos existenciais, de continuar na busca de um mundo mais suportável e menos insolente com os mais necessitados.

“Após discussões e negociações, os alimentos e os medicamentos são transportados para um orfanato e um centro de acolhimento para crianças deficientes, são descarregados, transferidos de uma mão (cheia), para uma mão (vazia), sob o olhar de uma câmara, devidamente fotografados. Missão cumprida: as imagens trazidas do terreno correspondem perfeitamente às que são esperadas, às que se querem ver em X. Não há intermediário inútil, não há parasitagem na linha que une o doador e o beneficiário, tudo é simples e claro neste face a face entre a generosidade activa e a inocência massacrada com fundo de ruínas calcinadas. Pelo menos na aparência.” (Brauman, 1997, pp.96)

E é aqui que segundo Brauman (1997), a mediatização do humanitário obedece a convenções que todos os actores, públicos e/ou privados, colectivos e/ou individuais, do grande mundo da bondade preconizam e alimentam, diante de um cenário tenebroso, de má sorte e miséria, deverá aparecer sempre *“o gesto puro que separa o Bem do Mal e desvenda a Figura de uma Justiça enfim inteligível”*.

Para Brauman (1997), quer pela sua história, quer pela sua geografia, a ajuda humanitária é desde a sua origem confrontada com a política, seja em cenários de crises políticas, de desastres económicos ou de violências colectivas. A sua história, para além de comportamentos de compaixão, é a das tensões com os poderes e a das tentativas destes fazerem dela um meio ao serviço dos seus objectivos específicos.

Com isto, poder-se-á assegurar que um dos princípios fundamentais da ajuda humanitária exige que estejamos e que nos mantenhamos, até ao fim, junto dos mais carenciados, traço característico das organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha. Para alcançar os seus fins, as organizações humanitárias devem por isso estabelecer compromissos inevitáveis com os poderes em exercício, sem os quais nenhuma acção será possível; *“Em certos casos é*

preciso «alimentar os carrascos para poder alimentar as vítimas».” (W. Shawcross, 1985 cit in Brauman 1997).

Na opinião de Brauman (1997), as organizações humanitárias conseguem, na maior parte das vezes, obter acordos aceitáveis com as autoridades, ficando as exigências e as prioridades da ajuda, um pouco acomodadas aos constrangimentos do poder, num processo de compromisso necessário e legítimo.

“Compreender o momento em que a ajuda bascula de uma vertente para a outra, supõe uma atitude de vigilância, mesmo de desconfiança, contrária a esta implícita obrigação de candura que faz de toda a vítima o receptáculo imediato do nosso desejo de acção. Exercício delicado, como vimos que complica ainda mais os aspectos práticos de uma operação humanitária.” (Brauman, 1997, pp.113)

Como exemplo, atentemos ao século XX, como sendo um dos mais sangrentos que os homens já conheceram, onde destacamos o genocídio em Ruanda, onde as matanças, cerca de meio milhão, começam imediatamente após o atentado contra o presidente, a 7 de Abril de 1994. Aqui, a acção humanitária afirmou-se como componente das relações internacionais e instrumento diplomático, bem como comprometimento individual e modo de acesso privilegiado ao mundo. Jamais haviam sido salvas tantas vidas, tantas misérias aliviadas, graças a um movimento colectivo e social, a ajuda humanitária foi e é marcada por ambiguidades, reverso da brilhante medalha do sucesso que almejou no caminho percorrido até a actualidade (Brauman, 1997).

Na perspectiva de Brauman (1997), quando o espaço humanitário se retrai sob os golpes de uma política de terror, a única arma de que dispõem as equipas humanitárias é a liberdade da palavra. Ou seja, no acto humanitário, a sua prática pode facilmente derivar da ajuda às vítimas para a ajuda aos opressores, agressores.

“Se nos contentarmos com em opor a opacidade e a abstracção dos princípios éticos à límpida realidade dos sofrimentos a aliviar. Esta dialética dos princípios e da acção está condenada a girar

indefinidamente sobre si própria, se não for consolidada com uma reflexão sobre a responsabilidade” (Brauman, 1997, pp.115).

Assumindo tais pressupostos, partindo do princípio de que o sentido de justiça, socorro, ajuda e de solidariedade está à deriva, Brauman (1997) defende que o humanitário apresenta-se como a forma injectável do sentimento de humanidade, ao mesmo tempo que, pelo seu silêncio, neutralidade e sua docilidade face à força opressora, agressora e indiscriminada, chega a ser a própria negação dele.

Esta perspectiva sobre a força e a dimensão do humanitário, a sua dialéctica, a ambiguidade atitudinal e o confronto constante de valores e de princípios, obriga-nos a reflectir sobre as consequências sociais ocorridas ao longo deste processo.

Ou seja, assumindo que o humanitário eleva o sentido da humanidade a um nível de superioridade humana, intelectual e atitudinal, resgata os valores, os princípios da fraternidade, igualdade e do respeito pelo Outro, reflectiremos ao longo deste capítulo na edificação de uma sociedade mais solidária, mais atenta e responsável, assente numa feroz e consciente participação cívica activa, numa responsabilidade social assumida e na exultação da prática do voluntariado, enquanto exercício de cidadania e de elevação pessoal e social.

1.1.2. As novas solidariedades sociais

Segundo Carneiro (1997), a sociedade contemporânea sofre mudanças de ritmo e de direcção, onde a uma situação marcada pela previsibilidade e pelo domínio da quantidade sucedeu uma conjuntura ditada pela incerteza e pela supremacia da qualidade, como desejo e como fermento das novas expectativas sociais.

O fenómeno da globalização a que nos encontramos sujeitos corresponde a uma crescente complexidade de teias de interdependência mundial, o chamado “efeito borboleta”, é hoje tido como o paradigma vigente no panorama económico-financeiro, a que não escapam igualmente as novas dinâmicas culturais que

viajam a uma velocidade impressionante, de região em região, de país em país, de continente em continente. (Carneiro, 1997)

Segundo Carneiro (1997), o homem contemporâneo é cada vez mais um actor fundamental no destino do planeta, torna-se um cidadão da aldeia global, membro de uma família humana alargada, à escala planetária. Por outro lado, verifica-se em simultâneo um movimento contraciclo, isto é, uma maior necessidade de busca de base identitária do Ser Humano, das suas raízes, a construção de uma identidade marcada e caracterizada pelos factores locais, a emergência de novos comportamentos “tribais” e a crescente procura de uma vizinhança próxima, conhecida e, sobretudo, familiar.

Para Carneiro (1997), é esta mescla de vizinhanças, aparentemente contraditórias, que dá corpo à famosa globalização e, numa sociedade envolta em tamanha complexidade importa reflectir sobre a proximidade, a intimidade e a relação social que estabelecemos com o Outro. Ou seja, a construção da felicidade e a busca de sentido existencial passa pela nossa capacidade de nos descentrarmos de nós mesmos e de nos procurarmos no Outro.

“Pensar mais e melhor no outro, e nas suas necessidades só adquire espessura e conteúdo quando impregnada da dimensão relacional profunda, atitude que ultrapassa as pulsões egoístas que encerram o homem primitivo.” (Carneiro, 1997, pp. 84)

Assim, e para Carneiro (1997), falar de novas solidariedades é falar no mesmo motor da história de sempre que fez criar a humanidade, é lembrar que a solidariedade devida, uns aos outros, não é mais do que a decorrência simples do princípio da fraternidade.

O eixo nuclear das novas solidariedades só pode emergir de uma reinvenção da sociedade em torno da construção de espírito comunitário (Casa-Nova, 2004). A redescoberta desse nexos comunitário assume-se como o passo que importa dar para evoluir de uma sociedade contratual para a comunidade solidária.

Na perspectiva de Carneiro (1997), este investimento comunitário é condição *sine qua non* de bem estar entre os novos agentes sociais, desde logo,

as instituições da sociedade civil, as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), os empreendedores sociais e os membros de colectividades.

No fundo, é esta mobilização da própria sociedade civil que vai criar riqueza, comunitária, é da acção combinada das instituições que surgirá o incremento da confiança no tecido social e no ressurgimento de uma fé capaz de nos conduzir ao desenvolvimento sustentável do mundo actual.

Carneiro (1997) defende que o espírito empreendedor assume-se como o alicerce da regeneração comunitária que invoca uma educação para os valores, a desenvolver-se em todas as instâncias de socialização, como são os exemplos da família, escolas e locais de vizinhança. Exige-se, então, uma educação que faça as pessoas acreditarem numa cidadania activa, participada e plena, que não se esgota na satisfação de consumos individuais, que não resume a sua intencionalidade à lógica do mercado e aos princípios utilitaristas, mas que ressalva e exulta os valores da generosidade, gratuidade, bondade, sacrifício, empatia, dedicação aos mais fracos, participação activa na vida comum, apreço pelos símbolos, empenhamento cultural.

No fundo, poder-se-á dizer que procuramos implementar uma educação que deverá ter como objectivo primeiro a promoção de competências sociais e morais, necessárias à compreensão de todas as dimensões de uma cidadania de deveres e de direitos. Restituir a componente de sonho e utopia a uma geração esmagada pela incerteza e pelos dilemas quotidianos, faz parte integrante do projecto de recriação de novas solidariedades.

“Ressalta, de tudo o que fica dito, que a regeneração do tecido comunitário é a chave da solução. Por outras palavras, as novas solidariedades reclamam estratégias inclusivas, assentes no propósito de identificar competências úteis à comunidade em cada cidadão e, por conseguinte, fomentadoras da participação e do sentido de pertença(...) a solidariedade mais indestrutível é aquela que se tece em nome da justiça, por referência à inviolável dignidade da pessoa humana, e não aquela que brota de meros sentimentos de caridade. Formar espíritos justos e aptos a viver, no concreto, os princípios da justiça social e do amor ao próximo constitui a tarefa

primordial, a levar por diante em todas as circunstâncias de formação de capital social.” (Carneiro, 1997, pp. 90)

Rocha (2006), no desejo de defender o voluntariado com uma expressão de solidariedade social, argumenta que uma das ideias fortes assumida pela Organização das Nações Unidas (ONU), sustentada pela experiência desta organização que promove a participação de voluntários no mundo em projectos e iniciativas múltiplas, é a de que *“a solidariedade que se expressa através do voluntariado é um forte instrumento para a construção da paz e da justiça no mundo”*. Esta perspectiva corresponde a uma dimensão universal da solidariedade presente no voluntariado.

De acordo com Rocha (2006), *“Na Declaração de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos pela ONU são referidos um conjunto de metas concretas a alcançar até 2015, representando estes um compromisso e uma responsabilidade colectiva para os diferentes países ao nível das políticas públicas que perseguem. Assim, o voluntariado surge como um recurso transversal na mobilização global, tanto dos países em vias de desenvolvimento, ainda que com graves problemas na capacidade de satisfação das suas necessidades básicas, como em todo o mundo civilizado, nomeadamente nas grandes áreas urbanas, onde se identificam, igualmente, problemas e carências sociais”*.

Para Rocha (2006), a ONU no processo de reconhecimento da mais valia social do voluntariado, exulta um conjunto de características que toma como fundamentais para uma melhor compreensão, individual e colectiva, sobre a prática do voluntariado, nomeadamente:

- (1.) O voluntariado reforça os laços sociais na medida em que os indivíduos, através da organização em sociedade e da sua integração em grupos, desenvolvem um sentido de responsabilidade cívica e de pertença;
- (2.) Através das redes organizadas de voluntariado verifica-se, por exemplo, que a interacção entre diferentes grupos tende a aumentar a tolerância face à diversidade e à diferença;

- (3.) A componente de participação que existe no voluntariado permite uma melhor compreensão das diferentes forças existentes na sociedade e pode contribuir para melhorar o sentido de responsabilidade e de governância.

Para além disso, e segundo Rocha (2006), a experiência do voluntariado a nível global da ONU, permite concluir e mostrar que existem boas práticas que são prova cabal da importância do voluntariado, a saber:

- (1.) *O voluntariado como catalisador de mudança* – o voluntariado pode promover o “*empowerment*”, no sentido em que pode ajudar os indivíduos ao reconhecimento do seu valor e da sua capacidade para a mudança. Neste sentido, o voluntariado pode ser facilitador do processo de aprendizagem/”consciência” que as populações excluídas normalmente desenvolvem em contexto de mudança;
- (2.) *As novas tecnologias e a promoção do voluntariado* – através do voluntariado on-line, que tem facilitado a utilização das novas tecnologias e o acesso à informação, tem sido possível criar oportunidades para a integração e o envolvimento, nomeadamente de pessoas com algum tipo de incapacidade física ou ainda aqueles que estão em áreas distantes; a este nível as oportunidades criadas pelo voluntariado on-line têm revelado a capacidade para integrar os indivíduos na sociedade civil;
- (3.) *Os ideais do voluntariado* – nas situações de crise e de pós-conflito (em contexto de ajuda humanitária), a actividade voluntária é demonstrativa da prevalência dos ideais humanitários e desempenha um importante papel na “ligação de comunidades divididas” exactamente pela confiança que consegue transmitir às populações.

Com isto, na perspectiva de Rocha (2006), esta dimensão global da solidariedade presente no voluntariado manifesta-se de forma diferenciada e em conformidade com os países, regiões, cidades e até comunidades onde se desenvolve.

Contudo, e não obstante as suas várias configurações, parece-nos inquestionável a importância e a relevância, pessoal e social, que a prática do

voluntariado assume na actualidade, razão pela qual nos dedicamos, em seguida, à relação directa, indissociável e intrínseca do voluntariado com o sentido de cidadania activa, participada e responsável.

1.1.3. Voluntariado e cidadania

Segundo Ritta (2001), existem em Portugal homens e mulheres que consideram ser sua responsabilidade intervirem em prol de uma sociedade mais justa e mais solidária, sendo diversas as motivações que os congregam na participação cívica e na acção voluntária.

A concepção de cidadania defendida por Ritta (2001), assenta na responsabilização activa de todos e cada um pelo presente e pelo futuro colectivos. Trata-se de uma cidadania que, por um lado, afirma que os direitos e os deveres que o Estado de Direito impõe a todos e a cada um de nós são tão mais legítimos quanto o possam ser exercidos por inteiro e, por outro, defende uma elevada preocupação com a qualidade da democracia, sustentando que ela é tanto melhor quanto mais forem os que dela participam activamente.

O funcionamento da economia e da sociedade criam desigualdades injustas entre as pessoas a quem a lei confere direitos e deveres iguais, como tal, há que garantir a existência de um conjunto de direitos sociais, capazes de limitar estas mesmas desigualdades e de atenuar os seus efeitos, e o desenvolvimento do voluntariado social, que se assume como um princípio a defender e um caminho a ser trilhado nesta luta.

Ou seja, para Ritta (2001), o voluntariado social é uma das formas de organizar os que querem pôr os seus conhecimentos, o seu tempo e a sua determinação ao serviço da redução das desigualdades de oportunidades e da diminuição de outras barreiras que limitam a cidadania das pessoas em situação mais desfavorável. O voluntariado é e deve ser uma das formas de exercício de direitos cívicos que organiza capacidades e vontades de contribuir para que todos os cidadãos tenham melhores condições para construir o futuro, que desejam para si e para todos os que de si dependem.

Contudo, o voluntariado cívico só assumirá a plenitude das suas potencialidades quando estiver consciente de que a sua função não é assistencialista mas antes pedagógica, isto é, tanto os que ensinam como os que são ensinados, deverão sentir este processo como uma aprendizagem e um enriquecimento, pessoal e social, recíproco e envolvente (Ritta, 2001).

Por sua vez, Rocha (2006), considera que a participação dos cidadãos pela via das associações de voluntariado é uma abordagem presente na área alargada das ciências sociais. É, inclusivamente, vista por alguns autores como um dos desafios que se colocam às sociedades democráticas (Viegas, 2004 cit in Rocha, 2006) ou como “alicerce de uma política democrática” (Putman, 1993 cit in Rocha 2006).

No fundo, poder-se-á defender que a participação dos indivíduos através do envolvimento regular e directo em organizações voluntárias, é também perspectivada como geradora da confiança, da reciprocidade, da cooperação, da empatia face aos outros e da compreensão quanto ao que é o interesse comum, ou seja:

“Mais do que resolver os problemas de instituições , o voluntariado é uma oportunidade de gerir um processo de mudança colectiva, de ajudar a dar sentido à vida de muita pessoas. É uma escola de cidadania” (Luís Aranguren, 2010 cit in Rojão & Araújo, 2010).

E, neste sentido, debruçamo-nos em seguida, numa reflexão sobre o voluntariado como factor de desenvolvimento pessoal e social, bem como força de transformação social.

1.1.4. Implicações do voluntariado – Desenvolvimento pessoal e social

Segundo Lamóglia (s.d.), o trabalho voluntário além de ter como objectivo a melhoria das condições sociais das pessoas mais necessitadas, constitui, igualmente, uma grande oportunidade para que os próprios voluntários desenvolvam e aperfeiçoem as suas aptidões, as suas competências e, sobretudo, adquiram novas ferramentas, quer pessoais, como sociais e/ou

profissionais, como são exemplos a criatividade, a liderança, a comunicação interpessoal e gestão de conflitos.

A prática do voluntariado exige que os voluntários sejam capazes de usar o seu capital humano em prol de um objectivo comum, o trabalho em equipa torna-se incontornável, impõe-se uma capacidade de flexibilidade e de adaptação pessoal permanente, criam-se momentos únicos de partilha de experiências, de conhecimentos, de novas aprendizagens que capacitam e preparam o voluntário para um melhor desempenho pessoal, profissional e sobretudo social (Lencastre, s.d.).

O voluntariado exulta e perpetua uma escala valorativa que impele o cidadão a agir, a assumir um papel activo nas problemáticas sociais, a dizer sim a uma participação e a uma postura de cidadania activa, promove os princípios da responsabilidade, do compromisso, do comprometimento, do respeito, da dedicação e, fundamentalmente, do Outro.

Para Lamóglia (s.d.), as mudanças que ocorrem diariamente na vida das pessoas, nos negócios, na própria sociedade levam-nos a quebrar com os paradigmas vigentes, como tal, o ser humano precisa de estar sempre preparado e disponível para aceitar estes desafios, para compreender as novas realidades e aprender a viver com elas, procurando, sempre que possível, retirar as mais valias que estas transformações acarretam e exigem.

Numa perspectiva mais global, e de acordo com as actas da Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Voluntariado e Desenvolvimento Social (1999), o voluntariado é tido como elemento de extrema importância no desenvolvimento social das sociedades actuais. Isto é, o Programa de Voluntariado das Nações Unidas, como ponto fulcral para o Ano Internacional do Voluntariado, em 2001, onde assume que o voluntariado desempenha um papel significativo no bem-estar e no progresso de países industrializados e de países em desenvolvimento, e que expressa na criação de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, associações e sindicatos. O voluntariado apresenta-se como um veículo através do qual a juventude, os idosos, as pessoas com necessidades especiais, as famílias e outros grupos sociais participam e beneficiam da vida cultural, económica e social dos países, regiões,

idades e lugares (Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre o Voluntariado e o Desenvolvimento Social, 1999)

De acordo com o registo nas actas da Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Voluntariado e o Desenvolvimento Social, em 1999, este grupo de trabalho, composto por treze especialistas representando o voluntariado de todas as regiões do mundo, o Departamento de Assuntos Sociais das Nações Unidas, o Escritório de Monitoramento de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa em Desenvolvimento Social das Nações Unidas, o Programa de Voluntários das Nações Unidas e o Banco Mundial, explorou quatro segmentos de análise desta problemática, mais concretamente: a definição de voluntariado e as várias formas com que se manifesta nos contextos nacionais, regionais e locais (desde auto-ajuda e participação até à prestação de serviços ou realização de campanhas); os benefícios do trabalho voluntário para a sociedade e para o próprio voluntário; a importância da acção voluntária (incluindo a globalização) e o relacionamento com o Estado e o Mercado e, por último, as recomendações para os governos com o enfoque no fortalecimento e no apoio à prática do voluntariado.

Na perspectiva deste grupo de trabalho e no que às definições e formas diz respeito, poder-se-á assumir que o voluntariado manifesta-se de várias maneiras e possui significados diversos conforme o contexto em que está inserido, sendo fortemente influenciado pela sua história, cenário político, cultura, religião. Contudo, e não obstante as inúmeras significações sobre o que é ou não voluntariado, a verdade é que conseguimos identificar traços característicos desta prática que são absolutamente universais, tais como, o facto de se tratar de uma actividade que não visa a remuneração financeira, ser realizada livre e voluntariamente, de acordo com a vontade do indivíduo, e porque é uma actividade que procura beneficiar, em primeiro lugar, o Outro, a Sociedade e não o próprio voluntário. Assim, e em função desta definição mais abrangente, é possível identificar alguns tipos de voluntariado que são comuns nos dias de hoje, tais como, ajuda mútua ou auto-ajuda, filantropia ou serviços prestados a outros, participação ou envolvimento cívico; e a militância ou realização de campanhas.

Relativamente aos Benefícios do Trabalho Voluntário, importa, desde já, assumir que este tanto beneficia a sociedade em geral como o indivíduo que faz voluntariado. O trabalho voluntário é um meio chave para as pessoas expressarem o seu envolvimento cívico, e é através da construção da confiança e a reciprocidade entre os cidadãos que o voluntariado contribui para uma sociedade mais coesa, estável e menos desigual.

No fundo, o trabalho voluntário contribui para a integração na sociedade de pessoas que são excluídas ou marginalizadas, como é o exemplo da participação de pessoas com necessidades especiais em actividades voluntárias, quebrando barreiras psicológicas e estereótipos sociais. Permite, ainda, que os jovens encontrem oportunidades de crescimento, de auto-desenvolvimento e de um envolvimento responsável e comprometido com a prática da cidadania activa. No caso dos seniores, ou idosos, o voluntariado abre as portas do envelhecimento activo, diminui o sentimento de exclusão social e, sobretudo, de incapacidade pessoal e social.

As actividades voluntárias assumem, ainda, importância e relevância na promoção do acesso ao emprego, na medida em que permite que os voluntários desenvolvam capacidades e aptidões necessárias na sua vida profissional, como são os exemplos dos estágios curriculares, os projectos de apoio social e de saúde, de infância e juventude (Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre o Voluntariado e o Desenvolvimento Social, 1999).

Num terceiro segmento, abordam-se as questões chave e os desafios do voluntariado com maior incidência na problemática da globalização, da sua relação com o Estado e com o Mercado. Ou seja, o voluntariado está pressionado pelas forças da globalização e nos países do hemisfério norte há a preocupação com a desvalorização do voluntariado e em consequência do declínio da importância das tradições culturais, das comunidades tradicionais e um aumento do individualismo e da não responsabilidade comunitária, solidária e humanitária. Um maior número de mulheres a ingressar no mercado de trabalho, um desinteresse da população jovem pela prática do voluntariado, o envelhecimento da população e o alastramento global da informática, ainda que possa abrir novas oportunidades de voluntariado, a verdade é que faz com que haja cada vez

menos interacção social, que se crie um afastamento físico entre as pessoas e consequentemente se desvirtue o sentimento de pertença, a relação pessoal e grupal e aumente o distanciamento e a desresponsabilização pessoal e social da própria sociedade civil (in, Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre o Voluntariado e o Desenvolvimento Social, 1999).

Na relação com o Estado, importa realçar que o voluntariado se assume cada vez mais como um complemento à acção da iniciativa privada e do próprio Estado. O voluntariado tem desenvolvido novos serviços em função das necessidades humanas e tem aumentado a possibilidade de auxílio aos mais desfavorecidos. O voluntariado ao trabalhar em consonância tanto com o sector público como com o sector privado, ao criar uma relação de reciprocidade, de complementaridade, de interdependência torna-se uma mais valia logística, burocrática, social e, fundamentalmente, humanitária.

Por último e na relação com o Mercado, temos assistido a um maior interesse do sector privado pelo fenómeno do voluntariado. Já existem várias empresas que se preocupam em ter e apresentar um programa de apoio social, de fomentar e incrementar uma lógica de responsabilidade social, de abrir espaços e momentos de voluntariado aos seus colaboradores, de idealizar e efectivar financiamentos para programas de ajuda social, comunitária ao Terceiro Sector. A verdade é que os estudos sugerem que quando o voluntariado recebe o apoio das empresas verifica-se um aumento nas habilidades, na moral e na lealdade dos colaboradores para com as suas empresas, além de uma melhoria da imagem dela dentro da comunidade local (Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre o Voluntariado e o Desenvolvimento Social, 1999).

Por fim, na relação do voluntariado com o apoio governamental é importante registar que não é fácil nem mesmo exequível criar modelos universalizáveis para o desenvolvimento do voluntariado, sobretudo, porque este tem características localizadas, de profundo enraizamento cultural, de cariz religioso, assente num quadro valorativo das comunidades, sociedades onde é desenvolvido e das pessoas que o desenvolvem. No entanto, o apoio governamental deverá sempre ter como princípios a elaboração de políticas de apoio ao voluntariado que sejam apropriadas à natureza das acções voluntárias

no país em questão, a criação de parcerias com os principais interessados, entre eles, sectores privado, público e o Terceiro Sector e sobretudo reconhecer a prática voluntária como independente dos objectivos de Estado e dos seus interesses unilaterais.

No fundo, defende-se que o apoio governamental ao voluntariado pode figurar de variadíssimas formas, a exemplo:

- (1.) do desenvolvimento de abordagens estratégicas, com o estabelecimento de áreas estatais dedicadas à coordenação e criação de políticas de voluntariado bem como articular e estreitar relações entre os diferentes sectores da sociedade, a promoção de voluntários dentro do sector público, estabelecimento de uma rubrica do orçamento do governo para o financiamento de iniciativas ligadas ao voluntariado;
- (2.) da sensibilização do público, realizando pesquisas sobre actividades voluntárias e a sua contribuição económica e social, trabalhar os meios de comunicação na divulgação de boas práticas e de oportunidades de trabalho voluntário;
- (3.) da promoção do voluntariado jovem, com a criação de programas de apoio ao voluntariado jovem (à semelhança do programa “Juventude em Acção” do Instituto Português da Juventude), envolver a comunicação social na elevação da imagem do voluntário, promover o voluntariado na comunidade educativa, apresentá-la como uma atitude cívica e socialmente responsável, incentivar a população jovem a participar activamente na criação de programas de voluntariado, espaços de debate e momentos de interacção entre jovens voluntários (a exemplo das campanhas nacionais de promoção de 2011 como o Ano Europeu do Voluntariado, em Lisboa);
- (4.) da criação de um ambiente propício, sobretudo na adopção de medidas do foro legal, fiscal e de políticas públicas que favoreçam e incentivem a prática do voluntariado, como por exemplo o financiamento de organizações do Terceiro Sector, medidas de

protecção dos voluntários, incentivos fiscais para quem incentive a promoção de programas de voluntariado e até mesmo a defesa de uma legislação que procure maximizar os impactos positivos e minimizar os efeitos negativos sobre o voluntariado;

- (5.) da promoção do apoio do sector privado, no desenvolvimento de parcerias entre os sectores público e privado que promovam o envolvimento de voluntários, possibilidade de incentivos fiscais para as empresas apoiarem os seus colaboradores em actividades voluntárias (como são o exemplo da plataforma Grace e da EDP Solidária) ou no financiamento de programas de voluntariado e de apoio social para organizações do Terceiro Sector (a exemplo da Fundação Calouste Gulbenkian, IKEA, Fundação Millenium, Montepio Geral, Jerónimo Martins, SIC Esperança, entre outros);
- (6.) do exercício de influência sobre organizações internacionais, seja na interacção com organizações com forte carácter voluntário (caso da Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, Green Peace), seja no desenvolvimento de programas internacionais de promoção do voluntariado, tendo em 2011 o seu expoente máximo, ou seja, as comemorações do Ano Europeu do Voluntariado (Jornal Oficial da União Europeia, 2010).

Efectivamente, percebe-se que o fenómeno do voluntariado, nos dias de hoje, assume uma importância social e cada vez maior, ultrapassa fronteiras físicas, tornando-se um denominador comum universal no mundo, derruba barreiras psicológicas, gera sentimentos de pertença cultural, religioso, ideológico, mobiliza a humanidade, incita à acção solidária, voluntária e desinteressada e fundamentalmente, destrona valores e princípios egoístas, individuais, relegando o poder da economia, do dinheiro, das relações de mercado para um plano absolutamente inferior e de menor importância. O voluntariado é, hoje, uma ferramenta social que pode mudar consciências, alertando-nos para a urgência de colectivamente percepcionarmos, denunciarmos, agirmos e darmos respostas, efectivas e concretas às reais carências e necessidades que a humanidade enfrenta actualmente.

Estas perspectivas do voluntariado mostram-nos que ele pode assumir-se como uma das forças de transformação social, como meio de participação cívica dos cidadãos, como um espaço onde a sociedade civil dá voz aos seus anseios e expressa a sua vontade de mudança em prol dos mais desfavorecidos, dos mais desprotegidos e excluídos socialmente. Neste sentido, propomo-nos reflectir sobre a hipótese do voluntariado poder e dever ser o motor da transformação e de uma reconfiguração valorativa da sociedade civil.

1.1.5. Voluntariado como força de transformação social

Segundo Garcia (2010), a vida social é constituída por pessoas, instituições, grupos primários e secundários, que se relacionam de forma espontânea e organizada e, como tal, devem reunir esforços e capacidades para agir em prol do bem comum.

Tendo em consideração que a sociedade assenta na dialéctica dos três sectores, o privado, o público e o Terceiro Sector, Garcia (2010) defende a necessidade de se projectar uma sociedade pacífica, capaz de resolver os seus conflitos internos baseada numa postura cultural e de responsabilidade moral colectiva, relegando as acções e compromissos individuais para um plano secundário.

Dentro deste contexto, o voluntariado surge, para Garcia (2010) como uma força viva que é capaz de mobilizar a sociedade civil em busca de uma realidade mais solidária, justa e responsável. Para o efeito, o voluntariado invoca uma sociedade plural, multicultural, preocupa-se em dar resposta às necessidades aos mais necessitados, actuando junto dos grupos primários e das instituições do Terceiro Sector.

A força de mudança produzida pelo voluntariado tem sentido quando nasce da espontaneidade e da escolha livre de quem o pratica. Esta decisão livre e individual pressupõe uma motivação e um desejo de uma superação, da elevação de valores e princípios colectivos, de uma consciência social mais responsável, participada e solidária, aspirando à criação de uma sociedade mais justa e responsável (Garcia, 2010).

Para Garcia (2010), a prática do voluntariado, com maior expressão no Terceiro Sector, é tanto mais forte quanto a sua capacidade para se mostrar uma mais-valia na resposta às insuficiências manifestadas pelos sectores público-privados, ou seja, a prática do voluntariado dever-se-á apresentar sempre como um complemento ao trabalho que é dinamizado por profissionais, sobretudo, como uma resposta adicional às carências e necessidades dos mais desfavorecidos.

Neste sentido, as propostas de voluntariado deverão incidir em projectos e serviços competentes, sérios e responsáveis. Como tal, exige-se um voluntariado organizado, competente, zeloso, dedicado e altamente responsável. A acção voluntária necessita de uma estratégia, de programas próprios, de objectivos claramente definidos, à semelhança de qualquer outra actividade produtiva, comercial e/ou social.

Enquanto força de transformação social, segundo Garcia (2010), o voluntariado define-se como uma instituição social com capacidade de resposta a novas necessidades e mudanças estruturais das organizações, conseguindo exaltar e vincar um papel altamente humanizado nas relações intra e inter-institucional. E, para o devido efeito, o voluntariado terá de centrar-se na pessoa, no trabalho em equipa, com base nos princípios da participação e da complementaridade, acreditar que pode fazer a diferença e ajudar a transformar a realidade e, fundamentalmente, ter a consciência de que se trata de uma verdadeira atitude cívica e de responsabilidade social.

No fundo, o voluntariado é um fenómeno organizado e dinamizado pela sociedade civil, que pretende e deseja educar, ou seja, ele é constituído por pessoas que trabalham em regime de doação gratuita, sem qualquer interesse de lucro ou remuneratório, sem qualquer sentido económico ou material, cuja acção não tem como primeiro objectivo a satisfação de desejos ou motivações pessoais, mas antes colectivas e sociais. A acção voluntária exige compromisso, dedicação e responsabilidade na planificação e implementação dos programas e dos projectos. Não há voluntariado social se o trabalho desenvolvido não tiver como principal objectivo a mudança, a transformação da qualidade dos serviços

prestados e conseqüentemente uma melhoria na qualidade de vida da própria comunidade em que se encontra inserido.

Na perspectiva de Garcia (2010), e na compreensão do Terceiro Sector, podemos encontrar e identificar diferentes tipos de voluntariado, mas aquele que se assume como motor de transformação social tem como principal característica a atitude crítica e não conformista. Quem participa neste tipo de voluntariado promove o princípio da solidariedade, procura novas formas de agir e de pensar, e tenta ser um elemento diferenciador das directivas do sector público e /ou privado.

O voluntariado, enquanto instrumento de transformação, é fruto de uma análise da realidade onde se detecta uma crescente situação de exclusão social e de marginalização, onde o voluntário assume um compromisso pessoal e social, quer com a instituição, quer com os beneficiários da sua acção voluntária e os objectivos passam pela efectivação da mudança e de transformação da realidade social, com base na assunção da autonomia pessoal, da inserção social dos seres excluídos e marginalizados. É a capacidade e a ousadia de ir ao fundo dos problemas, de os resolver e, sobretudo, de os enfrentar como tais, isto é, como realidades indesejáveis para uma sociedade que se deseja promotora de uma consciência social mais humanista e humanitária (Garcia, 2010).

Efectivamente, podemos perceber o voluntariado como uma força de transformação social, como elemento mobilizador, agitador de consciências individuais e colectivas, espaço de confluência valorativa, tolerância multicultural e embrião de novas formas e pensar e agir.

Posto isto, é para nós importante revisitar a história do voluntariado e conseguir realizar o seu enquadramento na contemporaneidade, atendendo ao seu conceito e princípios.

1.1.6. O voluntariado e sua história

O voluntariado actualmente é tido como uma prática social a seguir por toda a comunidade civil. É assumido como um exemplo de cidadania activa,

sendo promovido tanto nos contextos sociais, profissionais e académicos (a exemplo do *“Educar para Prevenir”*, projecto de voluntariado promovido por alguns professores do Grupo Disciplinar de Filosofia da Escola Secundária Francisco de Holanda, em Guimarães, cujo objectivo principal passa por conseguir proporcionar todos os anos lectivos uma experiência de voluntariado aos seus alunos).

As perspectivas históricas servem fundamentalmente para contextualizarmos e evidenciarmos as principais características da evolução do fenómeno do voluntariado ao longo da história da Humanidade. Segundo Amaro (2002), a literatura existente sobre a evolução deste fenómeno consubstancia-se praticamente na realidade das sociedades europeias e sociedades ocidentais de uma forma geral.

Rogério Amaro (2002) sustenta a análise histórica do voluntariado em quatro principais períodos: no pré-industrial, na era industrial, no Estado de Providência e no pós-industrial.

Segundo Amaro (2002), a principal característica do contexto pré-industrial prende-se com o facto de o voluntariado não ter de concorrer com o trabalho remunerado. Isto, para Gomes (2009), assume carácter de relevância na medida em que o conceito moderno de voluntariado só adquire importância numa lógica de mercantilização das relações de trabalho, ou seja, a partir do momento em que o trabalho assalariado se transformou na relação de produção dominante.

Este período é caracterizado pela inexistência de voluntariado, enquanto conceito e categoria com reconhecimento social: “Não quer dizer que o tipo de acções, tarefas e serviços actualmente atribuíveis ao voluntariado, não se encontrem, factual e objectivamente, em vários momentos e sociedades que estão incluídas neste período, mas tão-somente que não há, por enquanto, uma evidência do seu reconhecimento e valorização social generalizada” (Amaro, 2002).

Por sua vez, o período industrial exulta a força do trabalho como o novo motor económico e social, dá-se o surgimento de novas organizações e relações laborais que empurram a sociedade para uma transformação social caracterizada

por novos estilos de vida, novas realidades, oportunidades e necessidades pessoais e colectivas, balizadas por uma escala valorativa diferente e confinada à conjuntura económico-social em ascensão.

Neste sentido, e por via do valor das forças de trabalho, surgem inevitável e conseqüentemente assimetrias profissionais, pessoais e sociais, que dão origem a diferentes carências sociais, até então identificadas, que exigem toda a reestruturação das lógicas de ajuda e de solidariedade organizadas. É, portanto, neste contexto de reconfiguração da solidariedade social que o voluntariado é visto e tido como um recurso, disponível e aceite.

Neste período industrial, verifica-se a hegemonização do modelo mercantil das relações de trabalho. Este passa a ser entendido como mercadoria disponibilizada na relação de mercado, onde é objecto de compensação económica, pela realização de uma tarefa realizada. Neste contexto, toda a infraestrutura social organizou-se em torno das relações de trabalho assentes na lógica de mercado (Gomes, 2009).

Para Gomes (2009), esta realidade traz consigo novas e fortes implicações na forma como se perspectiva o voluntariado, sobretudo, no facto de este começar a caracterizar-se pela gratuitidade, carácter incontornável na percepção real do que é o voluntariado na actualidade.

Contudo, e não obstante estas considerações, neste período da história, paradoxalmente, o voluntariado perde visibilidade e reconhecimento social. Ou seja, face à prevalência do modelo mercantil das relações de trabalho, no qual a compra e venda da força de trabalho é que se assumem como factor social prioritário, o carácter gratuito da acção voluntária coloca o voluntariado numa posição de desvalorização face à lógica mercantil e às outras lógicas de organização social da época (Gomes, 2009).

Por outro lado, e segundo Amaro (2002), o processo de transformação social que originou a profissionalização das relações sociais, através “...da crescente especialização das competências utilizadas na produção de bens e serviços, especialização essa que assenta não só na divisão técnica do trabalho, como no aprofundamento dessas competências.”, contribuiu também para a

desvalorização do voluntariado face ao crescente sistema de profissionalização da época.

A profissionalização implica que apenas quem se encontra preparado, científica e academicamente, poderá exercer determinada profissão e isso fez com que o voluntariado fosse colocado numa posição subalterna perante o trabalho profissionalizado e remunerado, nomeadamente, na redistribuição de tarefas, na medida em que estas são estabelecidas pelos profissionais e em virtude do grau de valorização social dado à respectiva especialização das profissões (Gomes, 2009).

O terceiro período histórico identificado por Amaro (2002), reporta-se ao aparecimento do Estado de Providência, nos países capitalistas e após a Segunda Guerra Mundial. Esta conjuntura traz consigo novos modos de consumos individuais e colectivos de natureza social, há uma reconfiguração da oferta e da procura relativamente às necessidades sociais, onde *“...cabe destacar o processo de constituição da segunda geração de direitos, concretamente os direitos sociais, que passaram a reconhecer a importância de um conjunto de bens e serviços fundamentais, como seja, a saúde, a educação e o emprego...”*.

Ou seja, a consagração e assunção dos direitos sociais exige à sociedade que se organize em função da sua capacidade de dar resposta às necessidades de todos os grupos sociais. Isto é, o Estado de Providência aparece como um novo actor social, cuja responsabilidade assenta na obrigação de providenciar, de zelar pelo bem-estar de todos os seus cidadãos. O seu papel residirá na criação de infra-estruturas, de condições logísticas e de capital humano capaz de responder às exigências do novo paradigma social.

Contudo, e ainda que pudéssemos vislumbrar, neste contexto, uma oportunidade de reconhecimento e afirmação social, diferenciada, da prática do voluntariado, a verdade é que este é, historicamente, remetido para a sociedade civil, e em função disso é, grosso modo, identificado como oposição ou complemento ao Estado, enquadrando-se naquilo a que hoje designamos como Terceiro Sector.

Para Gomes (2009), o voluntariado não caminhou lado a lado, na constituição e desenvolvimento do Estado de Providência. *“Perante a acção do Estado-Providência, o voluntariado começou por ser redefinido como desajustado, profundamente insuficiente para dar conta da escala das novas necessidades sociais. A um certo descrédito face à eficácia da sua intervenção juntou-se a animosidade ou pelo menos a desconfiança de uma ordem e um Estado Social secularizados, sendo visto como um vestígio de uma nova ordem paternalista, assistencialista, cuja actuação caritativa era quase sempre motivada pela religião.”* (Amaro, 2002).

Contudo, e ainda que nos defrontemos com esta realidade conjuntural, o voluntariado quando equacionado na sua relação com o Estado de Providência, e perante esta nova divisão do trabalho de ajuda social, é tido como uma forma de actuação complementar à intervenção social, assegurada pelo próprio Estado.

Neste período histórico, o voluntariado é novamente remetido para uma condição subalterna face à relação e produção do modelo mercantil, desvalorizada e limitada à esfera das relações familiares, de vizinhança e comunitárias (Gomes, 2009).

Por fim, no período pós-industrial, que compreende os últimos 30 anos, a prática do voluntariado apresenta um crescimento significativo. O voluntariado passa a ser reconhecido socialmente como uma prática de valor acrescentado, assumindo-se como um fenómeno necessário no panorama social e como elemento característico da nova solidariedade social. Neste período pós-industrial, o voluntariado não é mais visto como uma disposição individual, caritativa mas antes como uma realidade estruturada, organizada e com propósitos colectivos, transformadores e de revitalização da acção comunitária, que tem como principal objectivo atenuar assimetrias sociais e agir em prol dos mais desfavorecidos.

Outro aspecto importante desta nova contextualização do voluntariado tem que ver com o facto de o voluntariado surgir como uma realidade que não obedece necessariamente à lógica económica, na medida em que não é remunerado, orientando-se pelo princípio da Gratuitidade, e é realizado no tempo livre dos indivíduos.

Actualmente, e nas sociedades contemporâneas, verifica-se um aumento substancial das necessidades de apoio social à escala mundial, que resulta das desigualdades sociais impostas pelos processos de globalização. Esta realidade conduz-nos para um fosso, incomensurável, entre aqueles que se encontram socialmente bem, com boas condições socioeconómicas, e aqueles outros que vivem na margem deste processo e em condições indignas, desumanas e de pobreza extrema, aos quais apelidamos, nos dias de hoje, de actores sociais excluídos, fruto do novo ciclo vital das sociedades pós-industriais, como são o exemplo dos jovens e desempregados de longa duração, doentes crónicos, deficientes, minorias étnicas, vítimas de guerras, refugiados e populações subnutridas (Gomes, 2009).

No fundo, poder-se-á afirmar que a intervenção do voluntariado, em função das novas necessidades sociais e humanas, se reveste de um carácter e de uma abrangência mundial, relegando para uma dimensão estatística a sua acção local, regional e/ou nacional (Amaro, 2002).

Este percurso histórico do fenómeno do voluntariado, permitiu-nos abordar diferentes perspectivas acerca da prática da acção voluntária, a forma como o voluntariado foi visto, reconhecido e considerado socialmente, dando-nos, agora, espaço para nos debruçarmos, reflexivamente, sobre o conceito e princípios do voluntariado na contemporaneidade.

1.1.7. O Voluntariado na contemporaneidade: conceito e princípios

Segundo Gomes (2009), actualmente, os governos e as sociedades civis atribuem cada vez mais importância às dinâmicas do voluntariado, encarando-o como uma forma complementar do trabalho profissional e da actuação das instituições públicas, um recurso valioso para a vida social e um espaço próprio de exercício de cidadania.

Para Gomes (2009), o voluntariado é, sem dúvida, um fenómeno social que existe sob múltiplas formas devido à história, tradição e cultura de cada país, o que por si só, faz com que haja diversas definições sobre esta prática. Como tal, importa, portanto, encontrar um conceito de voluntariado que permita acolher

essa diversidade de formas e de elementos conjunturais. Isto é, etimologicamente, a palavra voluntário deriva da palavra *Voluntariu* (do latim), que significa “que se faz de livre vontade, sem constrangimento; que procede espontaneamente” (Dicionário da Língua Portuguesa).

Recordamos, também que, para o Centro Europeu de Voluntariado, no manifesto sobre o Voluntariado na Europa datado de 2006, o voluntariado é definido como uma actividade realizada pelo indivíduo:

- a) de livre vontade, por opção e motivação;
- b) sem preocupação de obter ganhos financeiros (não remunerado);
- c) de uma forma organizada;
- d) com o objectivo de beneficiar alguém, para além do voluntariado, e contribuir para os valores de interesse geral da sociedade. (Centro Europeu de Voluntariado, 2006).

Já a Organização das Nações Unidas define voluntariado num sentido lato, onde procura enquadrar os diversos contextos da acção voluntária no mundo, valorizando desde as áreas mais tradicionais em que ocorre, como o desporto, a educação, a acção social, a assistência à terceira idade, as actividades de lazer, até ao voluntariado na esfera de catástrofes de grande dimensão (Gomes, 2009). No fundo, ela estabelece três critérios gerais para caracterizar uma acção voluntária, nomeadamente, ser empreendida de livre vontade, sem remuneração e em benefício de terceiros.

Segundo Gomes (2009), o Comité Económico e Social Europeu preconiza, igualmente, três critérios para definir o voluntariado comumente pelos seus Estados-Membros, a saber:

- (1.) O voluntariado tem origem na livre vontade e na iniciativa de cada um, não podendo em caso algum revestir carácter obrigatório. É justamente o seu carácter voluntário que assegura a afinidade e identificação dos voluntários com a sua actividade;

(2.) As actividades de voluntariado não são remuneradas e não são realizadas por motivos financeiros, mas certas despesas efectuadas pelos voluntários poderão ter de ser reembolsadas;

(3.) O objectivo dos voluntários é assistir outras pessoas fora do seu círculo familiar ou a outros grupos sociais e serem deste modo, úteis à sociedade (embora seja indiscutível que o voluntariado contribui consideravelmente para a formação da personalidade dos que o realizam.

Gomes (2009) defende que a Declaração Universal sobre o Voluntariado, de 14 de Setembro de 1990, proclamada por iniciativa da *Internacional Association for Volunteer Effort* coloca ênfase na perspectiva global de mudança do mundo através do voluntariado, “Os Voluntários, inspirados na Declaração Universal dos Direitos dos Homens de 1948 e na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, consideram o seu compromisso como um instrumento de desenvolvimento social, cultural, económico e do ambiente, num mundo em constante transformação.” (Declaração Universal sobre o Voluntariado, 1990).

1.2. Uma discussão sobre a acção voluntária e a Economia da Dívida

Neste segundo ponto e, com base nos pressupostos apresentados, servimo-nos do próximo momento para sedimentar esta possibilidade de reconfiguração da realidade actual e das sociedade vigentes, reflectindo acerca do papel do voluntariado e da importância da acção voluntária na relação directa, formal e/ou informal com a Economia da Dívida.

1.2.1. A Dívida e o Terceiro Sector

A dívida é a forma de circulação de bens, cujo primeiro objectivo é recriar ou fortalecer os vínculos entre pessoas ou grupos. Assim, considerando que por força da sua natureza institucional, as organizações do dito Terceiro Sector são caracterizadas pela predominância do vínculo interpessoal, entre os seus

agentes, podendo-se supor que estamos perante um local privilegiado de manifestações de troca-dádiva, das sociedades modernas.

Segundo Ramos (1982), o Terceiro Sector assume-se como uma nova abordagem sobre o contexto organizacional, que visa superar a perspectiva dominante que se limita a reconhecer, na lógica de mercado, a única referência para a organização da vida humana associada.

A verdade é que importa reflectir sobre esta nova realidade e perceber a importância que a organização racional substantiva, característica das Organizações Sem Fins Lucrativos, assume na compreensão das relações interpessoais, institucionais e sociais, onde se exulta a cultura de valorização de princípios morais, de escalas valorativas que predominam e que se sobrepõem a uma lógica e racionalidade economicista e instrumental e de mercado.

No “Ensaio sobre a Dádiva”, Mauss (1950) configura a dádiva sob diversas formas, conferindo-lhe a aspecto de troca simbólica, económica, ritual, actividade política, fenómeno social arcaico e até moderno, ou seja, trata-se da ideia de “Facto Social Total”, compreendida com base na prática das trocas, onde Mauss acredita não encontrar somente o simples acto de comer, mas também realidades como a economia e a religião.

A troca é a mola impulsionadora das relações humanas, a relação social reside no plano simbólico, a valorização do simbolismo indica-nos que tudo o que ocorre na sociedade é importante para a sua compreensão, desde as relações factuais mais abrangentes até aos simples e banais momentos de riso, dança, gestos. Isto é, as sociedades, os povos, as pessoas, nas suas relações sociais, deverão ser entendidas no seu Todo, como produto cultural, valorativo, físico e social de uma realidade, num contexto que se funde uma existência única e ímpar (Mauss, 1950).

Para Mauss (1950), o Homem enquanto ser relacional que não se reduz às suas particularidades, às suas características individuais, isolado e desconectado com a realidade que o circunda e o recebe, Ele é-o nas relações sociais que criar, redimensiona e sustenta.

Para Vizeu (2009), Mauss identifica a relação troca-dáviva como uma prática fundamental na vida social, ela corresponde a uma atitude que compreende as amplas implicações da sociedade. A dádiva, enquanto facto social total, tem de ser vista à luz de um realidade problematizada e percebida na relação entre as lógicas económicas, políticas, jurídicas, afectivas e estéticas.

Ainda na perspectiva de Vizeu (2009), Mauss reconhece na dádiva o fundamento primeiro da explicação do social, a referência mais pura para se identificar a essência das motivações individuais que levam à solidariedade humana e, conseqüentemente, à compreensão da dinâmica social, de tal forma, que o seu estudo sobre as sociedades arcaicas, assenta no pressuposto de que a dádiva é a explicação, o substrato das estruturas societárias, o fundamento explicativo de toda a complexidade da vida em sociedade;

“As sociedades progrediram na medida em que elas próprias, os seus subgrupos e, enfim, os seus indivíduos, souberam estabilizar as suas relações, dar receber e, finalmente, retribuir...” (Mauss, 2008, 216).

A dádiva pode ser definida como a forma de circulação de bens (materiais, simbólicos, tangíveis ou não) na qual o primeiro objectivo é criar, recriar ou fortalecer os vínculos entre as pessoas ou grupos, de tal forma que o vínculo estabelece-se através da dádiva devido à tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

Para Vizeu (2009), o estabelecimento do vínculo entre doador e receptor existe quando a dádiva é tida como uma atitude espontânea, livre e desinteressada, da mesma forma que a retribuição, por parte do receptor, deverá revestir-se dos mesmíssimos princípios. Além disso, deve haver um desequilíbrio entre o valor do bem dado e o valor da sua contrapartida, isto é, a retribuição deseja-se menor que a dádiva, permitindo assim que a dívida permaneça ou se transfira ao iniciador do processo, permitindo com isto a continuidade do vínculo. Só assim é que se entende a dádiva como uma “obrigação livre” e também como uma prática que “obriga a obrigar-se” ou, como defende Godelier (2001), “*o que obriga a dar é o facto de que dar obriga*”.

No fundo, o que se pretende mostrar é que a dádiva é um acto voluntário por parte de quem dá, bem como a retribuição (contra-dádiva) para quem recebe. Trata-se de uma dinâmica social, de uma relação inter-pessoal, que serve para o Homem demonstrar o seu apreço pelo Outro, personalizado em gestos desprendidos, desinteressados e espontâneos (Fraser, 2005).

Quanto maior for um bem dado, maior o apreço e a consideração pelo Outro, isto é, apesar de se assumir como um acto desinteressado, desprendido, a verdade é que a dádiva é uma prática interessada na criação de reciprocidade, de actos contínuos de doação gratuita, ou seja, ao recebermos um bem dado, sentimo-nos na obrigação de retribuir o gesto e demonstrar, com isso, o nosso apreço e consideração pela doação. É por isso que Godbout (1998 cit in Vizeu, 2009), lembra que o gesto de recusar um presente ou uma gentileza representa a recusa do ciclo da dádiva, em que se recusa o bem com o intuito de não me obrigar a retribuí-lo. Assim, ao recusar o bem, posso também estar a recusar o apreço, a consideração e inevitavelmente o vínculo que se pretendia estabelecer.

A dádiva é interessada porque doamos a quem queremos, oferecemos um presente a uma determinada e específica pessoa, sempre com o objectivo de que o Outro percepcione o valor do bem dado, do valor simbólico que o bem terá para quem o recebe. Esta é também uma forma de garantirmos a possibilidade de criação do vínculo, donde ressalta a necessidade do estabelecimento de condições para a fruição de relações sociais, partindo sempre do pressuposto de que o valor do bem é fundamentalmente simbólico e que não carece de retribuição imediata (Arnsperger & Parijs, 2000).

Na lógica da dádiva, o tempo de retribuição deve ser indeterminado, deverá obedecer à “obrigação de retribuir”, conferindo sustento e robustez à dinâmica social da dádiva e contra-dádiva.

“Mas é, em toda a sociedade possível, da natureza de dádiva obrigar a termo. Pela própria definição, uma refeição em comum, uma distribuição de Kava, um talismã que se leva, não podem ser redistribuídos imediatamente. O “tempo” é necessário para se executar qualquer contraprestação. A noção de tempo está pois, implicada logicamente quando se trate de fazer visitas, de contrair

casamentos, alianças, de se estabelecer uma paz, de vir a jogos e a combates regulamentados, de se manifestar “respeitos” recíprocos, tudo coisas que se trocam, ao mesmo tempo que as coisas são cada vez mais numerosas e mais preciosas, à medida que essas sociedades vão sendo mais ricas.” (Mauss, 2008, pp.109).

Isto é, nos dias de hoje, e assumindo a predominância da lógica de mercado, tendemos a desconsiderar a importância e a relevância da troca-dádiva nas relações sociais e humanas. Mas a verdade é que, sendo uma referência social universal, ela manifesta-se em qualquer sociedade, em qualquer dinâmica social entre pessoas. Contudo, e ainda sob o jugo de um constructo claramente economicista, acabamos por subvalorizar a premissa de uma economia da dádiva, assente em vínculos valorativos, afectivos, emocionais, de compromisso e responsabilidade pessoal e social (Murillo, 2005).

Segundo Godbout (1992), na modernidade, a dádiva é uma prática na qual se recorre ao implícito para se afastar do racionalismo formal da lógica de mercado.

“(...) O universo da dádiva requer o implícito e o não-dito. A magia da dádiva não funciona a não ser que as regras permaneçam não formuladas. Assim que são enunciadas, a carruagem volta a transformar-se em abóbora, o rei fica nu e a dádiva vira equivalência.” (Godbout, 1992, pp. 11).

Por isso mesmo, Vizeu (2009), assume que a troca-dádiva é uma referência sociológica pensada enquanto contraponto a uma perspectiva utilitarista. Ela questiona a falsa presunção axiológica do interesse económico enquanto explicação primeira da motivação humana na esfera social. O ponto central da dádiva é que o principal valor considerado não é a utilidade ou o valor do bem trocado em si, mas sim o valor do vínculo firmado na troca, ou seja, trata-se de ter a dádiva como a teoria do vínculo social, onde se configura um afastamento de uma economia de mercado, de uma perspectiva utilitarista da dádiva e passa-se para o registo simbólico e da subjectividade (França & Dizimara, 1999).

A dádiva é um processo de circulação de bens simbólicos, isto significa que o aspecto fundamental não é o bem em si ou o seu valor utilitário, mas como ele representa o valor da relação. Mauss (1950), sinaliza muito bem o carácter simbólico da dádiva, quando apresenta o *potlatch*, o sistema de troca-dádiva das tribos indígenas norte-americanas, onde o autor assume que no *potlatch*, ao se receber o bem dado “(...) *faz-se mais do que se beneficiar de uma coisa e de uma festa, aceitou-se um desafio, e pode-se aceitá-lo porque se tem a certeza de retribuir, de provar que não é desigual.*” (Mauss, 2008, pp.115).

É esse reconhecimento que permite a consolidação do vínculo, pois está fundamentado em uma obrigação de retribuição para não se transparecer como sendo um “menor”. O objectivo das trocas é antes o de tornar o oponente um obrigado e o de medir o prestígio e a honra, de “reconhecer-se o chefe ou o seu filho e ficar-se-lhe reconhecido” (Mauss, 1950).

Com isto, poder-se-á dizer que o significado do bem doado é constituído antes pelo *status* de quem doa, isto é, receber um bem de um rei é mais valoroso do que recebê-lo de um plebeu, independente da utilidade do bem. As dádivas são feitas para representar a condição do doador, provando o seu valor ou *status* (Mauss, 1950).

A título de exemplo, para Godbout (1992), o dote dado pelo pai quando a sua filha se casa simboliza o valor do pai, demonstrando a sua condição social, que quanto maior o dote melhor a condição.

Assim, e segundo Vizeu (2009), partindo destes pressupostos, em que a dádiva se apresenta como um fenómeno universal, cuja preponderância reside na importância e na permanência do vínculo social, poder-se-á afirmar que na sua relação com as Organizações Sem Fins Lucrativas, entenda-se Terceiro Sector, a dádiva é o contraponto para a lógica de mercado, assumindo-se como as referências analíticas necessárias para melhor se compreender as organizações não lucrativas e a forma como se sustentam, considerando os mecanismos de construção através de vínculos entre os seus membros e em relação à sociedade no seu todo.

Isto é, a prática da dádiva e a sua distorção pela lógica de mercado permitem verificar como muitas das práticas supostamente solidárias, no Terceiro Sector, reflectem interesses particulares, revelando um complexo sistema cujas referências utilitárias e ético-valorativas se confundem na articulação da realidade das OSFL's (Schmidt, 1964).

Não obstante este cenário de perversidade institucional, não é menos verdade que estas organizações são orientadas para o fortalecimento dos laços entre os seus membros, num registo de identidade e proximidade pessoal e institucional, fazendo com que estas se coloquem em posição privilegiada para a manifestação da troca-dádiva, das sociedades modernas (Melo, 2010).

Para Huber (1985), estando as Organizações Sem Fins Lucrativos associadas aos diversos movimentos sociais que emergiram nas últimas décadas e que se encontram direccionadas para o humanismo perdido, com as lógicas de mercado, estas configuram-se como entidades de articulação da dádiva na nossa sociedade moderna. Por intermédio delas, as pessoas podem concretizar as suas trocas-dádivas numa dimensão societária global e anónima.

Segundo Godelier (2001), na modernidade, tendo em conta a exclusão empreendida no seio da economia capitalista e a omissão do Estado em reincluir, adequadamente, os mais excluídos, cabe à sociedade civil organizar-se para recuperar o senso da humanidade "(...) a demanda fez apelo á oferta, e depois pôs-se a organizá-la."

A dádiva, enquanto prática social de natureza substantiva e valorativa, encontra-se na modernidade como um importante mecanismo de compensação dos efeitos nocivos criados pela lógica de mercado e pela racionalização edificada pelo Estado burocrático (Godbout, 1992).

Assim, podemos considerar que em sociedades com a dimensão e a complexidade da actual, uma das formas de operacionalizar a prática da dádiva é através de organizações centradas numa racionalidade colectivista, não utilitária, de assente na importância do vínculo social (Rothschild-Witt, 1982 cit in Vizeu, 2009).

Por se configurarem como uma alternativa à lógica organizacional predominante, estas organizações emergem vinculadas aos recentes movimentos sociais que questionam os poderes instituídos, o *status quo*, chamando a atenção para o facto de a dívida ser o registo fundamental de inteligibilidade do fenómeno associativista e do chamado Terceiro Sector;

“Em todos os quadrantes da terra se assiste a um desenvolvimento simplesmente espectacular do sector terciário, do voluntariado (...) e do engajamento associativo. No mundo da pobreza, porque o Estado e o mercado, insuficientemente desenvolvidos e estruturados, estão longe de poder garantir a sobrevivência material da totalidade da população e porque os cidadãos sentem então necessidade de “se virar” recorrendo a todos os instrumentos do “informal”. No mundo da riqueza, é muitas vezes o próprio super-desenvolvimento do mercado e do Estado que acaba criando novos problemas e necessidades novas aos quais não são capazes ou não são mais capazes de responder. Além das solidariedades tradicionais de famílias, deve-se portanto criar solidariedades novas que se exprimem através de cooperativas sociais, das associações e do conjunto das actividades colectivas com fins não lucrativos (...) Em todos esses casos, que se trate de um tipo tradicionalista ou moderno, é claro que o seu engajamento associativo e voluntário implica que a pessoa dê uma parcela de seu tempo e se empenhe pessoalmente em alguma tarefa. Claro, em outros termos, que ele deve funcionar em primeiro lugar no registo do dom” (Caillé, 2002, pp.141).

Resumindo, o Terceiro Sector é constituído por organizações que percebem a dívida, na modernidade, como um espaço onde a solidariedade que se estabelece entre elas é algo que está intrinsecamente relacionado com a ascendência da dimensão ético-valorativa em detrimento dos interesses utilitaristas vigentes numa lógica de mercado. Esta solidariedade constitui-se a partir de múltiplos actos de dívida e contra-dívida, bem como de diferentes intenções, gerando efeitos variados mas sempre associados a algum tipo de criação ou reforço vinculativo social.

Os vínculos desenham uma relação de natureza pessoal e recíproca, são a base que sustenta a orientação substantiva e valorativa das organizações do Terceiro Sector. Ou seja, estas constituem-se a partir de uma causa social endereçada a públicos-alvo bem identificados, como são os exemplos dos grupos étnicos e/ou das minorias marginalizadas.

Nestas organizações, os seus membros não são desconhecidos, são pessoas que vivem, ou viveram, situações semelhantes, identificam-se e revêem-se nas problemáticas apresentadas e a combater. E, isto faz com que se desenvolva, entre todos os agentes envolvidos, na prática da dádiva, um vínculo forte, solidário, permanente e desinteressado, promovendo um clima favorável à propensão de relações interpessoais efectivas, sólidas e de inclusão social.

Contudo, é igualmente importante alertar para que o Terceiro Sector não descure a promoção dos seus quadros referenciais, dos seus valores, da sua filosofia, sob pena de estes caírem no esquecimento e serem recalçados, viciados e adulterados por uma lógica utilitarista, interessada e de economia de mercado. Ou seja, há a necessidade incessante e permanente de se criar e/ou reforçar vínculos sociais através do processo da troca-dádiva, insistindo na exultação simbólica da confiança, reciprocidade, solidariedade e responsabilidade individual e colectiva, da comunidade civil (Roberts, 1984).

Para Vizeu (2009), as organizações do Terceiro Sector desenvolvem-se, sobretudo, para viabilizar a dádiva na modernidade, a expansão das organizações de natureza semelhante deverá ser compreendida como um esforço de revalorização do vínculo perdido, desconsiderado e não promovido, na intermediação das relações sociais pela economia de mercado e pelo Estado moderno.

Na prática da dádiva, persiste um humanismo cosmocêntrico e não antropocêntrico, questiona-se o utilitarismo ideológico, mas sem incorrer na negação do interesse individual, como factor presente na motivação humana. Este humanismo funda-se na premissa de que na origem do facto social persiste a subordinação dos interesses utilitários à dimensão simbólica, bem como reside nesse plano o substrato da solidariedade humana, enquanto baluarte das estruturas sociais, organizadas (Vesterlund, 2006).

Com isto, e numa perspectiva da leitura de Godbout (1992), a dádiva moderna deverá ser compreendida na possibilidade de co-habitação com a lógica utilitarista do mercado, ainda que esta última, seja antagónica ao princípio da socialidade primária presente na troca-dádiva.

Neste contexto, é para nós importante, ao longo do próximo ponto, atender à prática do voluntariado enquanto expressão da dádiva, ou seja, perceber as motivações, os determinantes da dádiva e entendê-la à luz do paradigma do voluntariado, do Terceiro Sector e de uma Economia Solidária.

1.2.2. O voluntariado enquanto expressão da dádiva

Para Lima (2009), a acção voluntária significa aderir a uma causa e a uma rede de relações da qual se participa por livre escolha. O termo voluntário, numa perspectiva mais informal, ganha uma dimensão ampla, abrangente, não se confina aos “muros” de uma instituição e apresenta-se como um acto pessoal e espontâneo em prol de alguém que necessita.

Esta acção caracteriza-se pela gratuidade dos serviços doados, não no sentido de que não se recebe nada em troca, mas antes pelo facto de que os benefícios económicos não constituem a base da relação entre os agentes envolvidos (Melluci, 2001). Desse modo, a espontaneidade é um elemento essencial na acção voluntária, pois esta não obedece a nenhuma imposição em função do cálculo ou a uma obrigação contratual, mas a um *movimento de alma*, já que ir em direcção ao Outro, significa que não o fazemos só para obter alguma coisa, mas sim porque sentimos vontade de o fazer (Godbout, 1992).

Segundo Lima (2009), nas acções voluntárias, enquanto relações de dádiva, não encontramos a expectativa de que o Outro está obrigado a retribuir. A gratuidade consiste na espontaneidade, na liberdade destas acções, no sentido em que não se espera algum retorno, tampouco coacção para agir.

Mesmo que haja reconhecimento na acção voluntária, este é implícito e não consciente, de maneira que não se configura como um dispositivo relevante para a adesão ao voluntariado. Contudo, importa referir que, mesmo que não se

espere a retribuição, esta acaba sempre por se fazer apresentar no plano simbólico. Acontece de a retribuição estar presente no próprio acto de dar, na medida em que o voluntário entende que, ao ajudar o Outro, ajuda-se a si mesmo. Não por recompensa, mas porque com a sua acção, realiza-se como pessoa e acaba por se livrar dos fantasmas do egoísmo, do orgulho e da vaidade (Lima, 2009).

A acção voluntária, a dádiva, do voluntário com o Outro, preconiza uma relação que é construída por uma interacção dinâmica, assente na circulação de doações, recebimentos e retribuições de bens entre os agentes envolvidos no processo.

Tal circulação não se encontra subordinada à racionalidade utilitária, de aumentar os bens doados, e muito menos à racionalidade política, que seria de aumentar o poder, mas sim à criação de vínculos sociais. Ou seja, os bens doados, aceites e retribuídos não são trocados em função da sua utilidade, nem equivalência monetária, mas antes por manifestarem, simbolicamente o desejo e a pretensão de construir uma relação (Lima, 2009).

Como defende Godbout (1992), a retribuição é gesto grandioso, uma vez que resulta de uma acção livre do Outro, que por sua vez faz o seu contrado e alimenta a chamada “espiral de generosidade”. Isto é, esta troca entre pessoas não segue a lógica de mercado, já que nesta reciprocidade a ênfase é colocada no acto de dar e de retribuir e não de extrair a maximização do benefício.

A relação entre o doador e o recebedor (até mesmo no voluntariado) mostra que a relação da dádiva assenta na ideia de que toda e qualquer pessoa é única nesta rede solidária. A lógica da dádiva atenta para algo que retorna ao doador, e com isso a pessoa crê que o bem feito a outrem pode retornar em seu próprio benefício, gerando com isto, um ciclo de reciprocidade (Lima, 2009).

Poder-se-á assumir que na dádiva, o bem devolvido nunca tem valor igual àquele do bem inicialmente recebido. Aqui, o valor importante não é o quantitativo mas sim o qualitativo, e o que funda a devolução não é a equivalência mas a assimetria. Um presente, uma hospitalidade nunca é paga no mesmo valor material, tampouco é retornada, necessariamente, no mesmo instante da acção,

bem pelo contrário, ele ou ela são retribuídos num outro momento, em forma de gentileza ou favor, imprimindo movimento à roda das práticas sociais (Godbout, 1992).

Aludindo à razão que nos leva a dar, a predispormo-nos para a dádiva, parece relevante perceber com que fundamento é que damos, ou seja, porquê, para quê e para quem, sendo possível definir motivações para a dádiva (Okten & Weisbrod, 2000). Assim, e segundo De Ven (2000), Kolm (2000) e Clotfelter (cit in Mourão, 2007; 2008), podemos agrupar as motivações para a dádiva em seis categorias, a saber:

- (1.) Altruísmo, assumindo a prioridade na satisfação do Outro, também referenciado pelos autores Riber e Wilhelm (2002) e Andreoni (1989);
- (2.) Egoísmo, cuja finalidade é ganhar satisfação individual, na perspectiva de quem dá;
- (3.) *Warm Glow*, entenda-se gosto por dar, na medida em que a própria dádiva gera *per si* utilidade para o doador, também mencionado por Diamond (2003);
- (4.) Estratégia, cujo objectivo é a sinalização de confiança ou o estreitamento em determinada comunidade ou sociedade;
- (5.) Justiça, na procura da redução das desigualdades sociais evidenciadas numa comunidade ou sociedade;
- (6.) Sobrevivência, com o intuito de reforçar a aceitação da presença do doador em comunidades baseadas em trocas voluntárias, que nos remete para o episódio do “Pequena Lontra”, de Mauss (1950).

Nesta perspectiva, e sendo fiel a Mourão (2007) e ao seu trabalho “Todo o Homem é meu irmão”, podemos analisar estas motivações com base na reciprocidade da relação entre o doador e o beneficiário, assumindo, que há condições que influenciam a forma de dar, por parte do doador, e de receber, por parte do beneficiário. Isto é, na posição do doador, e para percebermos a predisposição para dar, dever-se-á equacionar o seu rendimento auferido ou posses pessoais, a sua prática religiosa, o número de filhos a seu cargo, o seu nível educativo, a posse ou não de habitação própria e o seu padrão urbano de residência (Karlán & List, 2007).

Para Mourão (2007; 2008), na perspectiva do beneficiário, e de forma a percebermos o valor recebido, ter-se-á que levar em consideração a diferença de rendimentos auferidos entre os agentes envolvidos, onde a tendência é para elevar o valor dado sempre que se verificam rendimentos baixos do beneficiário e altos do doador. Outros factores a ponderar são a situação familiar e a constituição do seu agregado, nomeadamente, a existência de filhos e os encargos assumidos, a possibilidade de serem pessoas com carências específicas e/ou portadoras de doenças degenerativas, ou do foro psicológico.

De referir ainda outros determinantes mencionados por Eckel e Grossman (1998, cit in Mourão, 2007; 2008), como o género, salientando que a mulher terá mais propensão a doar que o homem, a afinidade política, pendor religioso, idade e raça como importantes preditores da dádiva, abordados por Horne, Slyke e Johnson (2003, cit in Mourão, 2007; 2008)

Com isto, conseguimos perceber que são vários os determinantes para a dádiva, conforme podemos constatar na tabela síntese que se segue.

Tabela 1*. Síntese: os determinantes da dádiva

Autor / Data	Motivações para o voluntariado
Kolm (2000)	Altruísmo; Egoísmo; Estratégia; Reconhecimento social; Sobrevivência;
De Ven (2000)	Altruísmo; Egoísmo; <i>Warm Glow</i> ; Estratégia; Justiça; Sobrevivência;
Clotfelter (2002, cit in Mourão, 2007; 2008)	<i>Warm Glow</i> ; Altruísmo; Justiça;
Mourão (2007; 2008)	Estatuto social; Saúde física e mobilidade; Idade; Estado civil; Número de pessoas do agregado familiar;
Karlan e List, (2007)	Rendimento auferido ou posses pessoais; Prática religiosa; Número de filhos;

	Nível educativo; Padrão urbano de residência;
Eckel e Grossman (1998, cit in Mourão, 2007; 2008),	Género;
Horne, Slyke e Johnson (2003, cit in Mourão, 2007; 2008)	Afinidade política; Pendor religioso; Idade e raça
Maslow (1943, cit in Ferreira, Proença, T. & Proença, J., 2008)	Necessidade de pertença

**Elaboração Própria*

Assim, e segundo Gaiger (2008), este é o plano em que a prática do voluntariado estreita relações directas e incontornáveis com a Economia Solidária. Isto é, de acordo com a reciprocidade encontrada na acção voluntária, expressa na dualidade doador/recebido, importa registar que a economia solidária tende a desenvolver relações portadoras de vínculos sociais, a partir das quais se entrelaçam indissociavelmente a vida económica e a vida social. Estas permitem-nos assumir que os valores emanados em tais experiências conduzem à ampliação da reciprocidade social e a envolvimento na esfera pública, convertendo a economia solidária em agente político impulsor de novos espaços de deliberação, cuja perspectiva é a adopção de um sistema de regulação que garanta a coexistência de diferentes lógicas económicas, em condições de equilíbrio.

Gaiger (2008), defende que as experiências de economia solidária tendem a desenvolver e accionar relações geradoras de vínculos sociais em oposição aos intercâmbios de natureza utilitarista e pragmática, que interditam quaisquer desdobramentos entre pessoas e grupos, na esfera das trocas materiais. As experiências de uma economia são instrutivas quando desbloqueiam o nosso olhar relativamente à possibilidade de existirem efeitos positivos entre decisões económicas que afectam os seres humanos e decisões sociais que os consideram, tanto no âmbito interno das organizações como no plano das decisões políticas acerca do rumo das sociedades.

Para Singer (1998 cit in Gaiger, 2008) a economia solidária adquire relevância quando assinala o aparecimento do associativismo entre os trabalhadores. Embora envolvendo categorias sociais variadas e comportando

diferentes tipos de organização, de grupos informais e pequenas associações, cooperativas e empresas de pequeno e médio porte, a verdade é que as suas experiências eliminam o mecanismo estrutural que separa e contrapõe os processos de produção, gestão e apropriação.

Segundo Gaiger (2008), nos empreendimentos solidários, capital e trabalho encontram-se vinculados às mesmas pessoas, aos trabalhadores associados. A economia solidária desconhece que a racionalidade económica deva sobrepor-se a considerações pessoais e sociais, na medida em que ao nascerem em sectores populares de natureza associativista¹, comunitária² ou classista³, a vivência de lutas e mobilizações cria, nos seus protagonistas, laços de confiança e competências para defenderem os seus interesses. Pelo ângulo das suas raízes económicas, as oportunidades dos empreendimentos crescerem enquanto práticas associativas são compatíveis com a economia popular típica dos seus trabalhadores, sobretudo, quando atendemos a arranjos individuais, familiares ou grupais que asseguram ordinariamente a subsistência e estão inscritos nos seus círculos de relação e influência.

No entanto, a economia solidária não prescreve as formas populares de economia, apenas se compatibiliza com ela e potencia-a na medida em que reorganiza os factores produtivos, materiais e humanos, num processo de metamorfose apoiado em diferentes recursos e estratégias (Gaiger, 2008).

A economia solidária insere-se num padrão de experiências em que o trabalho é inseparável das pessoas e da reprodução da vida. Onde o trabalho não existe como uma actividade independente, diferenciada das outras capacidades sociais do trabalhador, a troca não se apresenta mediada apenas pelo cálculo,

¹ Preconiza a livre associação de pequenos grupos de produtores como solução para problemas socioeconómicos; sistema dos que se agrupam em associações ou lhes atribuem um papel económico de relevo (in Dicionário da Língua Portuguesa, 8ª Edição, da Porto Editora)

² Conjunto de pessoas que vivem em comum com recursos que não são da sua propriedade pessoal; lugar onde vivem estas pessoas; totalidade dos cidadãos de um país; o Estado (in Dicionário da Língua Portuguesa, 8ª Edição, da Porto Editora)

³ Conjunto de indivíduos, em determinada sociedade, entre os quais há uma afinidade de nível de vida, de cultura, de interesses económicos, de papel na produção (in Dicionário da Língua Portuguesa, 8ª Edição, da Porto Editora)

neutra às relações sociais separadas das considerações não económicas (Sahlins, 1970 cit in Gaiger, 2008).

As práticas democráticas e cooperativas impulsionam o desempenho económico, como parte de uma racionalidade que se legitima segundo o grau de satisfação das expectativas pessoais, destituídas do seu carácter individual. Os interesses individuais tornam-se solidários não por abnegação mútua mas pela aprendizagem, na medida em que realizam por meio de concessões de parte a parte e ficam hipotecadas a uma espécie de altruísmo recíproco, cuja contrapartida não está somente na retribuição directa mas também nas gratificações supramateriais que possibilita (Gaiger, 2008).

Como tal, e segundo Gaiger (2008), a adopção sistemática de condutas de reciprocidade na vida interna dos empreendimentos solidários incute no seus membros hábitos de cooperação, de solidariedade e espírito público, germinando uma competência cívica subjectiva.

“(...) A solidariedade vivida no interior dos empreendimentos externaliza-se, com chances consideráveis de transferir os princípios, já internalizados, de tolerância, confiança e cooperação, para as condutas no sector público. Nesse sentido, a economia solidária seria praticante e difusora de uma solidariedade de estilo democrático.” (Putnam, 1996 cit in Gaiger, 2008).

Ou seja, não obstante a razão primordial dos empreendimentos solidários ser a de preencher e satisfazer as necessidades dos seus membros bem como as suas aspirações de reconhecimento, inserção social e autonomia, estes alcançam maior êxito quando se relacionam positivamente no seu envolvimento social. Um maior grau de solidarismo interno corresponde a uma maior sensibilidade para com as necessidades locais e com os problemas sociais em geral.

A solidariedade é uma construção social que repousa sobre experiências históricas, implicando sistemas de representação, modalidades de acção e estruturas de regulação. A solidariedade democrática refere-se a um estilo de acção e mobilização social fundamentado em princípios, comportamentos e dispositivos institucionais de diversa ordem, a saber:

- a) Contexto histórico – quando ela se manifesta em sociedades cujo sistema de regulação e arbitragem tenha incorporados direitos individuais e democráticos, garantidos pela estrutura institucional e conferidos a todos os indivíduos e colectividades integrantes. (Pizzorno, 1986 cit in Gaiger, 2008);
- b) Contexto de acção – ela decorre da actuação de indivíduos, usualmente mediante a sua associação livre e voluntária, objectivando produzir benefícios sociais que correspondam a materialização ou a extensão daqueles direitos, vistos como uma aspiração legítima.

Assim, e após termos abordado a prática voluntária como expressão da dádiva, vamos, no capítulo seguinte, discutir o voluntariado numa perspectiva institucionalista, dando como exemplo o estudo de caso da DG CVP, que constitui a parte empírica do presente estudo.

Capítulo II. Estudo empírico – Discussão do voluntariado no Terceiro sector

2.1. Discussão do voluntariado no Terceiro sector

Este momento serve como elemento introdutório à componente empírica do presente estudo, onde problematizamos a relação do voluntariado com o Terceiro Sector. Aqui, pomos em discussão a expressão institucionalista do voluntariado, na sua relação dicotómica com o Estado, em Portugal, e com OSFL's, neste caso particular, com a maior organização humanitária do mundo, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Neste contexto reflectimos, ainda, sobre as motivações para o voluntariado.

2.1.1. O voluntariado como expressão institucionalista – o exemplo de Portugal

Numa breve alusão ao percurso histórico recente, importa dizer que o Estado é um actor fundamental para a divulgação e promoção do voluntariado, em qualquer país do mundo. Em Portugal, o voluntariado começa a receber real atenção por parte do Estado a partir de 1995.

A partir de então, o Estado Português, por via do seu Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, vê o voluntariado como um fenómeno a ter em consideração na área da acção social, como elemento conciliador e complementar na luta contra os mais desfavorecidos socialmente. O voluntariado ganha relevo cívico, assume-se como uma realidade complementar aos sectores privados e públicos. De tal forma, que cria a necessidade de se encontrar formas legais e socais de se enquadrar a prática do voluntariado no contexto e na realidade portuguesa.

Assim, em Portugal, no ano de 1998, foi aprovada a Lei nº 71/98 de 3 de Novembro (DR 254/98 Série I – A de 1998-11-03), que define as bases do enquadramento jurídico, colocando limites e definições em esferas como a do

voluntariado, voluntário, organizações promotoras, princípios, direitos e deveres, relação entre o voluntário e a organização promotora, a suspensão e cessação de trabalho voluntário.(Gomes, 2009).

Em 1999 é criado o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), com competências para desenvolver as acções indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado em Portugal (CNPV, 2005).

Segundo Delicado (2002), as competências do CNPV, que iniciou a sua actividade em 2000 até aos dias de hoje, *“compreendem a emissão do cartão de voluntário, a promoção de estudos de caracterização do voluntariado, a negociação colectiva de itens como o seguro dos voluntários, a bonificação dos transportes públicos, o acompanhamento da implementação das leis em vigor, a divulgação e sensibilização do público para o voluntariado.”*

Assim, e no que diz respeito ao contexto português, importa referenciar que toda a prática do voluntariado baliza-se no enquadramento legal que vigora desde 1998, a Lei nº 71/98 de 3 de Novembro, cujo entendimento sobre o voluntariado se assume, exposto no artigo 2, como um *“conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas e/ou privadas.”*

Ainda no mesmo artigo, é estabelecido que *“não são abrangidas pela presente lei as actuações que embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.”*

Como facilmente se verifica, esta definição encerra em si mesma uma visão formal, regular e institucional da prática do voluntariado. A lei portuguesa exclui acções voluntárias de cariz comunitário e de interesse social que sejam fruto da iniciativa individual, que residam na esfera familiar, o que de certa forma acaba por restringir a prática do voluntariado (Gomes, 2009).

Naturalmente que esta perspectiva coloca de lado o aspecto informal da acção voluntária, desvalorizando a vontade individual, o pressuposto solidário e outros valores similares, privilegiando as iniciativas enquadradas em organizações, promotoras de voluntariado, regidas por uma obrigação contratual entre o voluntário e a instituição, numa clara definição dos direitos e deveres de ambas as partes (Gomes, 2009).

Segundo Gomes (2009), este enquadramento legal não potencia todas as capacidades da prática do voluntariado, na medida em que exclui e negligencia a possibilidade de existência e co-habitação da prática formal e informal da acção voluntária, da relação directa entre as variadas formas de agir livremente em favor do Outro. Na sociedade civil portuguesa onde o espaço informal, sobretudo o espaço doméstico é muito forte, autónomo e com uma vasta tradição, preenchendo em muitas ocasiões as lacunas e insuficiências do Estado (Santos, 1994), parece-nos que seria importante valorizar, considerar e incorporar legalmente a prática do voluntariado enquanto iniciativa do domínio familiar, doméstico e individual.

Como refere Gomes (2009), o próprio Comité Económico e Social Europeu, considera relevante a reflexão, discussão desta ambivalência, de tal forma que defende que em função da definição tida e assumida pelos Estados-Membros, assegura que “o que ainda não está certo é se esta definição (que abarca os critérios expostos anteriormente) deverá englobar apenas actividades regulares, se a ajuda de vizinhança faz parte das actividades de voluntariado ou se estas terão de ser realizadas dentro de estruturas formais e estruturadas para serem consideradas como tal.” (Jornal Oficial da União Europeia).

Esta questão, proporcionalmente pertinente e ambígua, é discutida em vários países europeus, nos quais esta definição não assume um carácter tão rígido e inflexível, como é o caso da França, onde é considerado voluntário qualquer indivíduo que colabore com uma organização não governamental sem receber nenhuma forma de apoio financeiro. Na Grécia, não há legislação que regule os voluntários ou o trabalho voluntário, e nos países nórdicos, existe uma política no seio do voluntariado, não intervencionista, apesar da cooperação entre

o Estado e as organizações voluntárias ser intensa (Delicado, 2002; Halba, 1997 cit in Gomes, 2009).

A tabela seguinte mostra-nos as múltiplas perspectivas e as possíveis definições legais que os países europeus têm acerca da prática do voluntariado.

Tabela 2*. Definição de voluntariado nos Estados Membros (transcrito de GHK, 2010)

Country	Legal definition	Definition
<i>Austria</i>	No	<i>The Federal Ministry of Social Affairs and Consumer Protection uses the definition developed by the Austrian Council for Voluntary Work that describes volunteering (described as voluntary work) as: - voluntary, but within a strict framework; - for the benefit of the community or a third party rather than one's own or the family's or own household's benefit; - work rendered without any relevant consideration in the form of pay for a gainful activity; - of a given duration or regularity; - non-binding within regard to receiving further training, internship or work within an organisation; - undertaken usually within the scope of an institutional organisation, platform, initiative, or group, but falling outside the civic or military duties of a citizen; and - includes both informal (family, neighbourhood) and formal (groups, associations, institutions, etc.) work.</i>
<i>Belgium</i>	Yes	<i>The expressions bénévolat and volontariat have been for a long time used as synonyms in Belgium. However, the 2005 law officialises the term 'volontariat' as being an activity defined by the law. All other non-remunerated activities would have to be qualified as bénévole. In the Dutch speaking part of Belgium, the word vrijwilliger is used. It corresponds to the Anglo-Saxon terminology designating non-remunerated work. The law on the rights of volunteers has set up a common definition to delimit the precise meaning of volunteering: - Volunteering is unpaid. Volunteers perform volunteering activities without receiving any payment. Volunteers can be given a limited amount of money, to reimburse their expenses. - Volunteering does not involve coercion. A volunteer commits him/herself without any obligation; he or she cannot be forced to perform an activity. - Volunteering is undertaken for others or for the society. Volunteering means being of use to others who are not family or acquaintances, in an organisation or for society in general; and - There should always be a distinction between volunteering and professional activities. A volunteer cannot perform the same activity both as an employee and as a volunteer for the same employer. A person can volunteer within his own organisation provided that a clear distinction is made between the activity he performs as paid staff, and the activity he performs as a volunteer.</i>
<i>Bulgaria</i>	No	<i>Traditionally, the term volunteering in Bulgaria refers to any provision of work and services without concern of financial gain. Accordingly, a volunteer is any person who provides such free and gratuitous labour. In the country's legal system, however, there is no legal definition of either volunteering, or provision of work and services without concern of</i>

		<i>financial gain. In 2006 a law on volunteering was drafted - if ratified, the definition will be "an activity outside of an individual's legal employment relations which is done voluntarily and without remuneration at non-profit organisations, local and state institutions".</i>
<i>Cyprus</i>	<i>Yes</i>	<i>According to the 2006 law, a 'volunteer' is defined as "a person who offers, without any reward, financial or other, services or other means to individuals or groups or to the society at large, in order to address social or other needs".</i>
<i>Czech Republic</i>	<i>Yes</i>	<i>The act on volunteering adopted in 2002 provides a legal definition of 'volunteer'. S/he may be employed/unemployed, studying, retired etc., and the voluntary activity must be based on his/her competencies and skills. It is important to note that there is a distinction between two different types of volunteering - mutually beneficial volunteering (informal volunteering) and publicly beneficial volunteering (formal volunteering). The 2002 Law on Voluntary Service applies to formal volunteering only. The criterion to describe activities that are considered publicly beneficial volunteering is based on the extent to which the activity is of help among one's community (e.g. scouts, maternity centre, sport club etc.) or the extent to which it is considered as helping others (e.g. day centre for senior citizens, club for children with disabilities, animal welfare etc.).</i>
<i>Denmark</i>	<i>No</i>	<i>Definition provided by Ministry of Social Affairs according to which voluntary work is: - Voluntary or non-obligatory, - Unpaid. However, this does not preclude payment of remuneration for expenses. - Carried out for persons other than the volunteer's own family and relatives. - For the benefit of other people than the volunteer and his or her family. This precludes participation in for instance self-help groups or participation as a mere member of sport clubs from being voluntary work. - Formally organised – mostly in an association, although this needs not be the case. However, ordinary helpfulness or spontaneous acts are not voluntary work.</i>
<i>Estonia</i>	<i>No</i>	<i>The definition of volunteering commonly used in the field is: Volunteering is the commitment of time, energy or skills, out of one's free will and without getting paid. Volunteers help others or undertake activities mainly for the public benefit and the benefit of society. Helping one's family members is not considered to be voluntary activity. Legal definition exists only for volunteers in the probation service.</i>
<i>Finland</i>	<i>No</i>	<i>There is no legal definition of volunteering and a range of different definitions are being used. Leading voluntary sector researchers Nyland and Yeung define volunteering as "unpaid activity from free will for the benefit of others, which is often takes place in an organised setting". Volunteering agency KansalaisAreena has defined volunteering as "all activity carried out for the public good, which is based on civic movement and voluntary action and is not paid for". The key words uniting most definitions are: unpaid activity, for the benefit of others and action taken from free will. Sometimes organised volunteering is differentiated from informal activities like neighbourly help.</i>
<i>France</i>	<i>No</i>	<i>The terms 'bénévolat' and 'volontariat' are both used in France to describe voluntary activities or volunteering. There is no official definition of bénévolat. According to the Conseil Economique et Social (24 February 1993) it refers to engagement of the individual citizen for non-remunerated purposes, outside the framework of family, school, professional or legal relations and obligations. The key principle at the core of bénévolat is the absence of remuneration. This is one of the main differences with volontariat. Volontariat refers to specific, full-time project-based voluntary activities that are carried out on a continuous basis for a limited period of time, with appropriate support and legal and social protection.</i>

Germany	No	<p><i>Distinction can be made between definitions that are used to describe the following two broad types of volunteering:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> -Traditional forms of civic engagement, exercised predominantly 'for others' and connected to permanent memberships (e.g. 'Ehrenamt'). Such civic engagement activities often take place within the framework of large-scale organisations, e.g. churches, unions, parties, welfare associations (such as voluntary fire brigades) and sport clubs. -Volunteering activities exercised primarily for the individual him-/herself (e.g. 'freiwilliges Engagement'). This type of activities, which are characterised by active participation and the possibility to develop personal competences and skills, are normally undertaken as part of self-help groups, grass roots organisations, social movement organisations, citizens groups, ecological projects and non-institutionalised political campaigns. <p><i>The following terms are being used at present: - Ehrenamt ('honorary office / work') refer to voluntary engagement in formal organisations. - Freiwilligenarbeit ('voluntary involvement') performed as part of formal or informal organisations and include sport and recreation, culture, self-help or neighbourhood activities. - Bürgerschaftliches Engagement (voluntary civic activities). - Freiwilligendienste (volunteering services), volunteering that young people carry out for a year as part of an official programme.</i></p>
Greece	No	<p><i>There is no generally recognized or officially established national definition of volunteering and volunteers in Greece. Article 2 of the Charter of Social Responsibility of the Organizations of Civil Society in Greece, developed by the national agency for volunteering (Ergo Politon) provides an implicit definition of volunteering: "Every volunteering action serves aims of common good, is conscious and without self-interest, is made with a spirit of offering and support, always with the free will and decision of the volunteer and of the person receiving the offer of the volunteering activity. The volunteer ought to have a precise perception of the needs he is called to cover as well as of his own capacities". The voluntary organizations that have signed up to this Charter can be understood to have accepted this definition. According to the Hellenic Federation of Non-Governmental Organizations, volunteering is defined as "willing commitment of a person to work for a specific or unlimited period of time, for the greater good of society without pay."</i></p>
Hungary	Yes	<p><i>The Hungarian volunteer law, Act LXXXVIII of 2005 on voluntary activities in the public interest, defines "volunteer activities with a public aim" as work carried out within a host organization without compensation. The everyday definitions of the Hungarian non-profit sector are influenced by the pre-war traditions, the State socialist experience, and the American and Western European models, producing a mix of terminologies. Volunteering and voluntary organisations are intertwined with what is called the "civil sector" and is rarely dealt with on its own.</i></p>
Ireland	No	<p><i>Volunteering was defined in official documentation for the first time in the Government's White Paper 'Supporting Voluntary Activity' published in 2000. The definition was given as: 'the commitment of time and energy, for the benefit of society, local communities, individuals outside the immediate family, the environment or other causes. Voluntary activities are undertaken of a person's own free will, without payment (except for the reimbursement of out-of-pocket expenses)' and was taken from Volunteering Ireland (then operating as the Volunteer Resource Centre). This definition has subsequently been widely used in seminal documents and publications including 'Tipping the Balance' which was the report of the National Committee on Volunteering published in 2002,</i></p>

Italy	Yes	<p>The term 'volunteerism' in Italy refers to all types of activities, whether formal or informal, full-time or part-time, at home or abroad. It is undertaken of a person's own free-will, choice and motivation, and is without concern for financial gain. It benefits the individual volunteer, communities and society as a whole. It is also a vehicle for individuals and associations to address human, social or environmental needs and concerns. Formal voluntary activities add value, but do not replace professional, paid employees.</p> <p>The framework law on volunteering (1991) explicitly states that a volunteering activity must be: spontaneous, gratuitous, without intended remunerative aims and should be undertaken exclusively for solidarity purposes. A volunteer "operates in a free and gratuitous manner promoting creative and effective responses to the needs of beneficiaries of her/his own action and contributing to the realisation of common goods".</p>
Latvia	Yes	<p>2003 Associations and Foundations Law defined volunteering as unpaid work or provision of services performed by a natural person without entering into employment legal relations and which is aimed at the achievement of the objective laid down in the articles of association of the association or foundation.</p> <p>The work or service delivered without pay for the benefit of volunteer, voluntary organisation or beneficiary with the aim of making profit or in relation to its commercial activity is not considered voluntary work. Youth volunteering defined as 'Youth voluntary work' shall be oriented towards activity of public benefit and promote the development of knowledge, skills, abilities and attitudes thereof, as well as the useful utilisation of leisure time.</p>
Lithuania	No	<p>Currently there is no specific laws regulating volunteering and hence the concept is not defined in law or formally recognised elsewhere. The concept of volunteering is usually understood by stakeholders and used in the public discourse as involvement of individuals of their own free will in some kind of activities without any remuneration. The word 'volunteer' also has a military connotation, as 'volunteers' (savanoriai) established themselves as semi-military organisations after the restoration of Lithuanian independent state in 1990.</p>
Luxembourg	No	<p>'Bénévolat' is a freely chosen engagement, without financial remuneration, in an activity for the benefit of another or the community. It must occur within the structures of an organisation, and outside normal family relations or those based on friendship. Volontariat refers to voluntary service. Two different kinds of bénévolat are distinguished in the literature:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associative bénévolat – active bénévolat for an association; and, - Interpersonal bénévolat – work, support or care undertaken for the benefit of other people such as family, friends, neighbours or other relations. The Charte Luxembourgeoise du Bénévolat adopted in 2001 excludes this second type of volunteering from its scope.
Malta	Yes	<p>According to Voluntary Organisations Act of 11 December 2007, a 'volunteer' is a person who provides unremunerated services through or for a voluntary organisation. Accordingly, voluntary activity is undertaken by a person's own free-will, choice and motivation, and without regard for financial gain. The legal act also defines the 'voluntary sector', which includes voluntary organisations, volunteers, donors who make voluntary grants of money or assets to voluntary organisations, beneficiaries of the services of volunteers and voluntary organisations and the administrators of such organisations.</p>
Netherlands	No	<p>The Dutch Ministry of Health, Welfare and Sports (MVWS) considers volunteering as "work done in any organised context that is carried out without obligation and without pay for other people or the community</p>

		<p>whereby the person doing the work is not dependent on it for his or her livelihood." There are different expressions used to describe volunteering in Dutch: the Ministry of Health, Welfare and Sport uses the term "voluntary work", or "voluntary action". Organisations promoting volunteering however prefer to use the term "vrijwillige inzet" which translates to English as volunteering contribution /input or just volunteering.</p>
Poland	Yes	<p>Volunteering is regulated by the Law on Public Benefit Activity and Volunteerism of 23 April 2003. According to the Act, a volunteer is 'a person who voluntarily, and with no remuneration provides services based on regulations specified in the law' (Art. 2.3). The law further states that the person undertaking the voluntary activity has to be duly qualified and meet the requirements of the benefit that he or she is providing, if other legal provisions would include the need for such qualifications and requirements. Persons who decide to form or join the association as its members are not volunteers as they provide services for the association's benefit.</p> <p>Other definitions are also used in Poland. The Volunteer Centres network defines a volunteer as 'a natural person who voluntarily and without compensation provides benefits for organisations, institutions, and individuals beyond family and friendship ties'. The Klon/Jawor Association, defines volunteering as 'devoting one's time to unpaid social activity done out of free will for non-governmental organisations, religious and social movements'. The concept of 'volunteer' remains problematic and is often not understood by the general public.</p>
Portugal	Yes	<p>From the legal point of view, volunteer work was defined on the 3rd of November 1998. The law defines 'volunteerism' as a set of "community and social interest activities" carried out without an economic interest by individuals, within the framework of projects or programmes developed with a non-profit purpose by public entities or private organisations for the benefit of needy individuals, families or communities. The law expressly excludes from its scope of application those activities carried out in an isolated or sporadic way or on the basis of familiar, amicable or similar relations, assuming that these activities should be of substance and be carried out on a regular basis. A "volunteer" according to the Portuguese law is an individual that in a free and responsible way commits himself/herself to perform voluntary activities within an organisation, according to his/her skills and time available, without the expectation for payment.</p>
Romania	Yes	<p>The Romanian Law on Volunteering (Legea Voluntariatului) was adopted in 2001 and amended in 2006. It defines volunteering as:</p> <p>a) Volunteering is an activity of public interest, undertaken out of free will by a person aiming at helping others, without being motivated by financial or material gains. b) The public interest activity is carried out in various domains such as social assistance and services; environmental protection; culture, education, arts etc.</p> <p>c) The organisation hosting the volunteers or carrying out the voluntary activities may be a non-profit private or a public organisation, run in the public benefit. d) If a contract is signed, the volunteer is obliged to carry out an activity in the public interest without gaining any financial remuneration.</p> <p>e) The beneficiary can be an individual or an organisation; the organisation recruiting and signing the contract with the volunteer does not have to be identical with the beneficiary of the voluntary activities.</p>
Slovakia	No	<p>There is no legal or working definition of volunteering in Slovakia</p>
Slovenia	No	<p>There is no generally recognised definition. A definition is now proposed in the new draft law of voluntary work.</p>

Spain	Yes	<i>Volunteering is defined by law as the group of activities of general interest, developed by individuals, not carried out on the grounds of a labour, public service, mercantile or any other paid relationship. Voluntary activity that takes place in an isolated, sporadic or individual way, outside the framework of public or private non-profit organisations, or motivated by family relations or friendship, is excluded from the concept of voluntary work in Spain</i>
Sweden	No	<i>There is no official definition of volunteering in Sweden. However, across the literature the generally accepted definition seems to be: 'Time and effort that is freely given; unforced and unremunerated, by individuals to voluntary and public organisations'. Although the definition makes reference to volunteering being unremunerated, there may however be a 'symbolic' compensation or payment for voluntary work. Furthermore, voluntary activities can be carried out within or outside voluntary organisations. A clear distinction is made between 'informal' work which is said to be unorganised and 'voluntary' work, which is carried out under the auspices of an organisation.</i>
United Kingdom	No	<i>There is no legally binding definition in the UK. The compact (agreement between Government and the voluntary and community sector) defines volunteering as 'an activity that involves spending time, unpaid, doing something that aims to benefit the environment or individuals or groups other than (or addition to) close relatives'. - Volunteering England define volunteering as, 'any activity that involves spending time, unpaid, doing something that aims to benefit the environment or someone (individuals or groups) other than, or in addition to, close relatives'. - Volunteer Development Scotland defines volunteering as: 'the giving of time and energy for the benefit of individuals, groups, communities, or the environment. It is undertaken by choice, and is the largest single means by which individuals engage actively with their communities. It is intrinsically linked to civic engagement, social justice, lifelong learning, and community regeneration.' - Wales: "Volunteering is an important expression of citizenship and is an essential component of democracy. It is the commitment of time and energy for the benefit of society and the community and can take many forms. It is undertaken freely and by choice, without concern for financial gain"; - Northern Ireland: "the commitment of time and energy, for the benefit of society and the community, the environment or individuals outside (or in addition to) one's immediate family. It is undertaken freely and by choice, without concern for financial gain."</i>

* (GHK, 2010)

Em Portugal, a definição de voluntariado é mais restrita, considerando somente as acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada ao serviço de indivíduos, das famílias e das comunidades, apenas no âmbito de projectos e outras formas de intervenção desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas e/ou privadas.

Desta forma, e como já assumimos anteriormente, incorremos na perigosidade de excluir todas as outras manifestações de solidariedade social ou

de vizinhança ou de acções esporádicas, desde que se realizem no seio familiar, de paróquias e visitas pontuais (Gomes, 2009).

Para Gomes (2009), partindo deste pressuposto, torna-se importante expor, balizar, destringir e reflectir sobre alguns dos princípios que norteiam a acção voluntária no contexto legal português. Ou seja, partindo do documento jurídico em vigor em Portugal, e que define o voluntariado, a já referida Lei nº 71/98 de 3 de Novembro, importa exultar o capítulo II, artigo 5º, cujo princípio geral expressa que “ o Estado reconhece o valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania activa e solidária e promove e garante a sua autonomia e pluralismo.”

No artigo 6º, são expostos os princípios enquadradores do voluntariado, a saber:

- (1.) O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência;
- (2.) O princípio da solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado;
- (3.) O princípio da participação implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho;
- (4.) O princípio da cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de acção concertada;
- (5.) O princípio da complementaridade pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das actividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas;
- (6.) O princípio da gratuidade pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário;
- (7.) O princípio da responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da actividade que se comprometeu a realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário;

(8.) O princípio da convergência determina a harmonização da acção do voluntário com a cultura e objectivos institucionais da entidade promotora.” (Lei nº 71/98 de 3 de Novembro).

Para Gomes (2009), a lei do voluntariado e seus princípios independentemente da sua aplicabilidade total no território português, constitui uma referência jurídica, uma linha orientadora, um mecanismo regulador de toda a prática do voluntariado em Portugal.

De todos os princípios apresentados há, na perspectiva de Gomes (2009), da qual partilhamos em absoluto, pelos menos três que, pela sua capacidade objectiva e caracterizadora, deverão ser exultados e salientados, nomeadamente: a não obrigatoriedade, o enquadramento numa entidade promotora e a gratuidade.

Isto é, a não obrigatoriedade, na medida em que cada pessoa é livre, o acto voluntário é uma opção individual, um acto livre, uma motivação pessoal.

O facto de o voluntariado ser enquadrado num determinado projecto, programa de uma entidade promotora, estabelece um conjunto de premissas contratuais, como é o caso da definição dos direitos e deveres das partes envolvidas, o programa de voluntariado, o compromisso e, sobretudo, a política de voluntariado preconizada pela instituição, o reconhecimento e a valorização que é dada à acção voluntária, à prática do voluntariado no seio da entidade promotora.

Por fim, destaca-se ainda o carácter gratuito da acção voluntária, o facto de a acção solidária ser realizada de forma livre e desinteressada, onde o voluntário não espera receber qualquer compensação ou recompensa económica pelo seu trabalho voluntário:

“O princípio da gratuidade pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho de voluntariado. Deste modo, os programas de voluntariado têm um custo económico baixo, facto significativo para o gestor de voluntariado. Evidentemente, este

princípio é um elemento importante” (Martin, 2005 cit in Gomes, 2009).

Efectivamente o voluntariado está histórica e intrinsecamente relacionado com as actividades desenvolvidas fundamentalmente pela sociedade civil, enquadradas no âmbito de Terceiro Sector, de tal forma que nos é possível, pela análise da tabela seguinte, percepçionar a importância, a relevância e o peso que a Economia Social tem nas taxas de emprego e consequentemente na economia global dos países europeus.

Tabela 3*. Comparação entre o número total de trabalhadores com o número de trabalhadores na área da Economia Social nos países da União Europeia, nos anos 2002 e 2003. (considerando a população activa dos 16 aos 65 anos)

<i>Country</i>	<i>Employment in Social Economy</i>	<i>Total Employment*</i>	<i>%</i>
Belgium	279.611	4.048.499	6,9
France	1.985.150	23.859.402	8,3
Ireland	155.306	1.730.381	9,0
Italy	1.336.413	21.477.906	6,2
Portugal	210.950	4.783.988	4,4
Spain	872.214	16.155.305	5,4
Sweden	205.697	4.252.211	4,8
Austria	260.145	3.786.969	6,9
Denmark	160.764	2.684.311	6,0
Finland	175.397	2.354.265	7,5
Germany	2.031.837	35.850.878	5,7
Greece	69.834	3.832.994	1,8
Luxembourg	7.248	187.809	3,9
Netherlands	772.110	8.089.071	9,5
United Kingdom	1.711.276	27.960.649	6,1
Cyprus	4.491	307.305	1,5
Czech Republic	165.221	4.707.477	3,5
Estonia	23.250	565.567	4,1

Hungary	75.669	3.831.391	2,0
Latvia	300	960.304	0,0
Lithuania	7.700	1.378.900	0,6
Malta	238	146.500	0,2
Poland	529.179	13.470.375	3,9
Slovakia	98.212	2.118.029	4,6
Slovenia	4.671	888.949	0,5
TOTAL	11.142.883	189.429.435	5,9
<i>Europe-15</i>	10.233.952	161.054.638	6,4
<i>New members-10</i>	908.931	28.374.797	3,2

* (Ávila & Campos, 2005)

No caso de Portugal, verifica-se a existência de aproximadamente 211 mil profissionais que desenvolvem a sua actividade profissional no âmbito do Terceiro Sector, que corresponde a 4,4% do total de profissionais activos no território português.

Neste sentido, e percebendo a importância que o voluntariado, enquanto fenómeno claramente identificado com o Terceiro Sector e, também, como prática complementar ao trabalho do colaborador profissional, vamos de seguida abordar a realidade da Cruz Vermelha, na qualidade de organização referência e caracterizadora do Terceiro Sector e da Economia Social.

2.1.2. O voluntariado na Cruz Vermelha

O voluntariado para o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (MICV) é assumido como um dos seus sete princípios fundamentais. Estes princípios são aqueles conceitos que subjazem a toda e qualquer acção desenvolvida pela maior organização humanitária do mundo.

Face ao massacre causado pela batalha de Solferino, em 1859, Henry Dunant decidiu incitar a população local a responder, voluntariamente, às necessidades dos feridos. A ideia de formar sistematicamente, em todos os

países, voluntários qualificados e zelosos a fim de os preparar para que em tempo de guerra possam socorrer os feridos, está na origem da criação das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (Brown, 1988).

Os voluntários ajudam a fortalecer as comunidades, adquirindo competências e desenvolvendo laços sociais. O voluntariado é uma forma de ajudar as comunidades a capacitarem-se nas respostas perante situações de crise: “A diversidade e o carácter mundial da sua rede constituem uma mais-valia para a Cruz Vermelha e Crescente Vermelho (CV): os voluntários são responsáveis pela prestação de muitos serviços locais, desempenhando um papel muito importante no fortalecimento da sociedade civil. O recrutamento, a formação e, sobretudo, a fidelização dos voluntários são questões cruciais a que as Sociedades Nacionais (SN’s) deverão dar uma particular importância. A CV poderá ser uma “casa” para todos os que desejarem participar em actividades voluntárias, e por essa razão, é importante que a acção da CV seja inclusiva e aberta a todas as pessoas da comunidade. A Federação Internacional encontrará formas de encorajar o compromisso dos voluntários complementando o modelo tradicional de integração” (Estratégia 2010, da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, 2007).

Para o MICV, os voluntários acrescentam um valor extraordinário às SNs que, no entanto, é pouco reconhecido. A maior parte das pessoas pensa que o voluntariado é uma alternativa barata ao pessoal pago, mas os voluntários podem oferecer maior valor, qualidade e oportunidades que o pessoal pago. O voluntariado não deverá ser visto como alternativa ao pessoal técnico remunerado, nem o pessoal técnico ser considerado como alternativa ao voluntariado, eles são complementares entre si e deverão actuar em sinergia. (Guia de Implementação da Política de Voluntariado da Cruz Vermelha Portuguesa, 2007).

Os voluntários conseguem ganhar credibilidade junto de clientes, doadores, responsáveis governamentais e outros, pela simples razão de que não recebem ordenado da organização e, portanto, são vistos como não tendo qualquer interesse, económico, no que estão a promover. Os voluntários são *insiders-outsiders*, trazendo consigo a perspectiva da comunidade e um vasto leque de

experiências, diferentes das dos funcionários, eles são mãos e mentes suplementares e, conseqüentemente, a possibilidade para fazer mais do que se estivesse limitado ao pessoal técnico. Este facto poderá traduzir-se num número acrescido de serviços, mais horas de actividade ou diferentes/novos tipos de serviço.

Para a CV o voluntariado traz consigo a diversidade, isto é, os voluntários poderão ser diferentes dos funcionários em termos de idade, etnia, contextos sociais, nível de educação e de experiências, que resulta numa maior diversidade de opiniões e numa forma de contrabalançar o perigo da equipa técnica se fechar no seu trabalho. Com esta nova realidade há capacidades que se complementam porque, idealmente, os voluntários são recrutados exactamente porque os técnicos não têm determinadas competências ou capacidades, exigíveis para determinadas aspectos das actividades/tarefas a desenvolver (Guia de Implementação da Política de Voluntariado da Cruz Vermelha Portuguesa, 2007).

O voluntariado produz um sentimento proporcionado à comunidade, em que ele se movimenta, surge como parte da solução dos problemas sociais existentes. O voluntariado capacita as pessoas para darem respostas às vicissitudes e necessidades cada vez mais evidentes na sociedade, ou seja, se a organização promotora de voluntariado se preocupa com os problemas que afectam a qualidade de vida, as pessoas ao participarem como voluntárias capacitam-se para melhorar o seu próprio quadro de vida, as suas condições sociais e humanas (Brochura do Centro Nacional para o Voluntariado, 2000).

O desenvolvimento do voluntariado na CV assenta em quatro princípios incontornáveis, a saber:

- (1.) O voluntariado faz parte do programa de desenvolvimento da instituição, isto é, ele enquadra-se nos programas, não é um fim em si mesmo, mas acima de tudo um meio para satisfazer as necessidades das pessoas vulneráveis;
- (2.) O voluntariado é necessariamente local e baseado em culturas locais, ou seja, baseia-se nas tradições e culturas locais, respeita os valores e dignidade individual de cada pessoa;

- (3.) A acção voluntária não deve envolver quaisquer ganhos ou prejuízos económicos para os voluntários, na medida em que o trabalho voluntário não é remunerado mas tal não deverá significar que os voluntários não sejam reembolsados de despesas assumidas no decorrer do trabalho de voluntariado;
- (4.) Em situações normais, os voluntários trabalham, em média, três a cinco horas por semana, fazendo com que o princípio do êxito dos programas de voluntariado da instituição resida no facto de serem criadas tarefas simples e gratificantes que possam ser realizadas em pouco tempo, mas que promovidas passo a passo, conduzem a resultados tangíveis (Guia de Implementação da Política de Voluntariado da Cruz Vermelha Portuguesa, 2007).

No fundo, a Cruz Vermelha defende que o voluntariado é factor importante em qualquer comunidade, e que o seu contributo não melhora apenas a condição de vida das pessoas vulneráveis a quem prestam o seu apoio, como também melhora a sua própria vida e a das suas comunidades.

O voluntariado difere, sensivelmente, nos vários pontos do mundo, devido à diversidade de condições sociais, políticas, culturais e económicas, isto é, como o voluntariado assenta em condições locais é importante que as organizações promotoras trabalhem em rede, interajam entre si, de forma a poderem convergir na procura de respostas e soluções para os problemas sociais comuns. O voluntariado pratica-se no seio da comunidade. As comunidades mudam e evoluem com o tempo e com elas também o voluntariado.

Na perspectiva do MICV, o voluntariado define-se como uma actividade que:

“...é motivada pela livre vontade de quem se torna voluntário, e não por um desejo de ganhos materiais ou financeiros ou por pressões sociais, económicas e políticas externas. Tem como finalidade beneficiar as pessoas vulneráveis ou as suas comunidades, e é organizado por representantes oficiais de uma Sociedade Nacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.” (Guia de

Implementação da Política de Voluntariado da Cruz Vermelha Portuguesa, 2007).

A livre vontade é essencial para o exercício da actividade de voluntariado, ninguém deverá ser obrigado a ser voluntário por pressões externas a si mesmo. As pessoas que se oferecem como voluntárias fazem-no porque desejam desenvolver uma actividade benévola e não porque desejam ganhar dinheiro ou outros privilégios materiais.

O voluntariado pode ser uma actividade organizada ou espontânea, as pessoas podem ajudar espontaneamente amigos, familiares ou vizinhos, sem que ninguém organize essa acção, contudo, no seio do MICV, o voluntariado será normalmente considerado como uma actividade organizada, formal, como parte integrante de um programa de promoção da prática da acção voluntária.

Sinteticamente, o voluntário da CV é alguém que, aceitando formalmente as condições de acesso previstas nos estatutos ou regulamentos internos da Sociedade Nacional, presta assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.

O voluntário da CV desenvolve a sua actividade em obediência aos sete princípios fundamentais: Humanidade; Imparcialidade; Neutralidade; Independência; Voluntariado; Unidade e Universalidade; bem como às Recomendações do MICV, estabelecidos em Conferência Internacional.

Segundo Martin e Gonçalves (2007), o movimento voluntário representa a materialização de um dos valores mais importantes da nossa sociedade, a solidariedade. Valorizar o papel dos voluntários torna-se indispensável, pois ao cuidar socialmente do voluntariado e dos voluntários estamos a incentivar também o uso dos nossos melhores valores. A acção voluntária resulta da natureza do ser humano, que se assume como um elemento positivo para a vida daqueles que ajuda e para as comunidades a que pertence.

Neste sentido, vamos ao longo do próximo ponto abordar a questão das motivações para o voluntariado, e tentar perceber em que medida é possível

mensurar e materializar as reais intenções que levam as pessoas a mobilizarem-se e a praticarem acções em prol do bem comum.

2.1.3. As motivações do voluntariado

De acordo com Shin e Kleiner (2003 cit in Ferreira, Proença & Proença, 2008), o voluntário é um indivíduo que oferece o seu serviço a uma determinada organização, sem esperar uma compensação monetária, serviço que origina benefícios ao próprio indivíduo e a terceiros. De acordo com a Organização das Nações Unidas a actividade voluntária não inclui benefícios financeiros, é levada a cabo atendendo à livre e espontânea vontade de cada um dos indivíduos e traz vantagens a terceiros, bem como ao próprio voluntário.

Para Jager, Schmidt e Beyes (2007 cit in Ferreira et al., 2008), existem pelo menos quatro áreas consideradas importantes para o voluntariado:

- (1) as características demográficas do fenómeno do voluntariado que podem incluir a distribuição geográfica;
- (2) o estatuto social, a educação e/ou personalidades dos voluntários, as motivações que conduzem ao voluntariado;
- (3) o comportamento dos voluntários na organização;
- (4) e, as recomendações para uma gestão efectiva de voluntários.

Aqui, importará fundamentalmente perceber e reflectir sobre as motivações associadas ao trabalho voluntário, percebendo as motivações dos indivíduos em geral.

Para Parboteeah, Cullenb e Lim (2004 cit in Ferreira et al., 2008), o voluntariado pode ser distinguido em informal e formal. O voluntariado informal inclui comportamentos como por exemplo ajudar os vizinhos ou idosos. O voluntariado formal caracteriza-se por comportamentos semelhantes, mas que se enquadram no âmbito de uma organização, contrariando assim Lima (2009) e Gomes (2009).

Aqui, e para os nossos propósitos, debruçar-nos-emos no voluntariado formal e estruturado, de acordo com a legislação Portuguesa. Assim, poder-se-á dizer que este tipo de voluntariado é assumido como uma actividade que ocorre no seio de organizações não lucrativas e traz consigo benefícios para a comunidade onde se insere e para o próprio voluntário, é levado a cabo por voluntários que não sofrem nenhum tipo de pagamento ou apoio financeiro (Soupourmas & Ironmonger, 2001 cit in Ferreira et al., 2008). O voluntariado formal é mais susceptível de ser investigado e utilizado pelas organizações (Parboteeah, Cullenb & Lim, 2004 cit in Ferreira et al., 2008).

Segundo Latham e Pinder (2005 cit in Ferreira et al., 2008), a motivação é um processo psicológico complexo que resulta de uma interacção entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia. A motivação para o trabalho é um conjunto de forças “energéticas” que fazem com que um indivíduo inicie um comportamento relacionado com o trabalho e determine a sua forma, direcção, intensidade e duração.

Há vários factores que poderão influenciar as motivações do voluntariado, contudo, para o presente trabalho importará destacar as necessidades, os traços de personalidade, os valores e o contexto, sendo que este último assumirá papel de destaque dada a sua importância directa para as motivações e também a sua influência nas necessidades e valores (Latham & Pinder 2005 cit in Ferreira et al., 2008).

As necessidades servem de guia para certo comportamento num determinado contexto de trabalho. Há autores que defendem que o significado da teoria de Maslow de 1943, é largamente aceite nesta conjuntura, isto é, as necessidades fisiológicas são consideradas para a tomada de decisões no que diz respeito ao espaço e condições físicas de trabalho, as de segurança em termos de práticas de trabalho, as de pertença no que diz respeito a equipas de trabalhos coesas, as de estima são relativas à responsabilidade e ao reconhecimento e, finalmente, as do auto-realização são consideradas em termos de criatividade e desafios de trabalho (Latham & Pinder 2005 cit in Ferreira et al., 2008).

Para Schmitt, Cortina, Ingerick e Wiechmann (2003 cit in Ferreira et al., 2008), a personalidade é considerada como elemento primário de previsão das motivações, os traços de personalidade influenciam a procura e a escolha de determinado emprego, bem como o desempenho e a satisfação.

Já para Latham e Pinder (2005 cit in Ferreira et al., 2008), os valores têm as suas raízes nas necessidades e são uma outra base fundamental para a definição de metas. Os valores são similares às necessidades na sua capacidade de dirigir e sustentar um comportamento, no entanto, as necessidades são internas e os valores são adquiridos através da experiência e da cognição.

Segundo Locke e Henne (1986 cit in Ferreira et al., 2008), os valores influenciam comportamentos porque são normativas usadas para julgar e escolher entre comportamentos alternativos.

No fundo, os voluntários apenas querem que o seu trabalho seja apreciado (Kotler, 1975 cit in Ferreira et al., 2008). Wilson (2000 cit in Ferreira et al., 2008), argumenta que o desejo de apreciação e de reconhecimento do trabalho está associado aos níveis superiores da pirâmide de necessidades de Maslow, ou seja, às necessidades de reconhecimento social e de auto-realização.

Com isto, conseguimos perceber que poderão existir inúmeras motivações para a prática do voluntariado e que assentam em diferentes e variados pressupostos, conforme podemos constatar na tabela síntese que se segue.

Tabela 4*. Síntese: as motivações para a prática do voluntariado

Autor / Data	Motivações para o voluntariado
Maslow (1943 cit in Ferreira et al., 2008)	Espaço e condições físicas de trabalho; Segurança; Pertença; Estima e Auto-realização.
Schmitt, Cortina, Ingerik e Wichmann (2003 cit in Ferreira et al., 2008)	Traços de personalidade
Latham e Pinder (2005 cit in Ferreira et al., 2008)	Valores e Necessidades internas
Locker e Henne (1986 cit in Ferreira et al., 2008)	Valores

Kotler (1975 cit in Ferreira et al., 2008)	Reconhecimento profissional e social
Wilson (2000 cit in Ferreira et al., 2008)	Reconhecimento profissional e social

**Elaboração Própria*

2.2. Formulação e definição da questão da investigação

A análise empírica do presente estudo tem como objectivo desenhar o perfil sociodemográfico do voluntário da DG CVP.

Assim, retratamos um estudo de caso, cuja relevância reside na compreensão da prática do voluntariado, como uma expressão da dádiva. Ou seja, importa compreender, perceber e objectivar as reais características que definem, balizam e identificam os voluntários da DG CVP.

Nesta medida, é nosso objectivo criar um mapa conceptual do perfil do voluntário, capaz de nos permitir, no futuro próximo, compreender a forma de Ser e de Estar dos voluntários, reunindo condições para delinear estratégias e directivas institucionais, identificar novas áreas de intervenção bem como agilizar a implementação de projectos que vão ao encontro das características quer da instituição quer dos voluntários.

Para além destas intenções, este enquadramento empírico permite-nos perceber como a instituição está organizada e como se desenvolve em função do trabalho que é dinamizado pelos seus voluntários, sendo, com isto, importante perceber que nas organizações do Terceiro Sector, com incidência particular e específica na DG CVP, a prática do voluntariado é uma realidade incontornável, imprescindível, sem a qual dificilmente se conseguirá dar respostas capazes e eficazes aos desafios/serviços que são assumidos por estas organizações.

Isto é, o voluntariado enquanto expressão da dádiva, numa lógica de complementaridade aos sectores públicos e privados, representa uma força viva, uma atitude cívica da sociedade civil que diz sim à premência de agir em prol do bem estar comum e da própria humanidade.

Como verificamos ao longo do primeiro capítulo são vários os autores que apresentam diferentes determinantes para a dívida (eg. Kolm, 2000; Lima, 2009; Maslow, 1943; Mourão, 2008), assim, sendo o voluntariado uma expressão da dívida procuramos, também, neste estudo testar em que medida os determinantes da dívida convencional se verificam na nossa amostra, ou seja, nos voluntários da DG CVP.

Posto isso, neste estudo de caso, importa, ainda, perceber a força e a dimensão que o voluntariado tem na instituição, desenhar o perfil sociodemográfico do voluntário, para que assumamos a pertinência de futuramente estudarmos os seus factores motivacionais, a força do trabalho que desenvolve e fundamentalmente a dimensão económica que assume em toda a estrutura orgânica da instituição, nomeadamente, na complementaridade do trabalho desenvolvido pelo profissionais, na planificação e implementação de projectos, na angariação de fundos, na credibilização institucional e em todos os parâmetros organizacionais, institucionais e sociais que envolve a DG CVP.

2.2.1. Definição das variáveis

Para dar resposta à questão de investigação anteriormente apresentada, no que à definição do perfil do voluntário diz respeito, procedeu-se ao levantamento de variáveis que em conjunto nos permitiram definir o referido perfil. As variáveis propostas incidem:

- (A) Género;
- (B) Idade;
- (C) Estado Civil;
- (D) Número de Filhos;
- (E) Freguesia de Residência;
- (F) Concelho de Residência;

(G) Residência por Comissão Social InterFreguesias (as 69 freguesias do concelho de Guimarães estão agrupadas em 14 Comissões Sociais de Interfreguesias, como tal, com a identificação da freguesia de residência distribuímos os voluntários pela respectiva CSIF);

(H) Nacionalidade;

(I) Habilitações Literárias;

(J) Actividade Ocupacional;

(K) Ano de Admissão no Voluntariado da DG CVP (o momento em que iniciaram a desenvolver projectos de voluntariado na instituição);

(L) Envolvimento nos projectos da instituição (a partir do qual conseguimos saber quais são os voluntários activos e inactivos). Ou seja, por voluntário activo considera-se todo aquele que no decorrer do ano civil em curso tenha participado em alguma projecto ou actividade dinamizada pela instituição. Por voluntário inactivo entende-se todo aquele voluntário que no ano civil em curso não tenha participado em qualquer projecto ou actividade da instituição. No entanto, esta inactividade não significa que este seja excluído da categoria de voluntário, sendo que a situação poderá ser revertida no momento em que o voluntário manifeste a sua disponibilidade e reinicie a prática do voluntariado na instituição);

Este conjunto de variáveis foi inserido na denominada Base de Dados de Voluntariado e as respectivas tabelas de frequências descritivas obtidas através do SPSS encontram-se em anexo (Anexo I). E foram obtidas através de um conjunto de diligências institucionais com o Presidente de Direcção, o Gabinete de Gestão de Voluntariado, os Coordenadores de projecto e, por último, com os próprios voluntários da DG CVP, tal como será explicado detalhadamente na descrição do procedimento do estudo.

3. Método

Neste ponto apresentamos o procedimento efectuado no estudo empírico, bem como os instrumentos utilizados e a descrição da amostra participante no mesmo.

3.1. Procedimento

De forma a objectivar o estudo, começamos por solicitar a devida autorização, à Direcção da DG CVP, para investirmos num estudo de caso sobre a instituição que preside.

De seguida, e confirmada a autorização pedida, solicitou-se o acesso à Base de Dados, onde constam as informações sobre os voluntários da instituição, ao Gabinete de Gestão de Voluntariado e iniciou-se a verificação da mesma. A esta altura, fomos percebendo que existiam vários voluntários cujas informações estavam desactualizadas, incompletas e inexistentes. Como tal, e sentindo a importância de trabalhar com dados o mais actualizados possível, encetamos contactos com o Gabinete de Gestão de Voluntariado e propusemos a realização de uma reactualização de toda a Base de Dados da instituição.

Uma vez aceite e acolhida a nossa proposta, começamos por cruzar todas as informações contidas na Base de Dados existente com todas as “Ficha de Inscrição de Voluntariado”, elemento primeiro e referencial aquando do ingresso de um voluntário na instituição.

Posteriormente, e com o desejo de actualizarmos os dados de todos os voluntários, activos e inactivos, idealizamos, conjuntamente, com o Gabinete de Gestão de Voluntariado, uma “Ficha de Actualização de Dados Pessoais dos Voluntários DG CVP”.

Posto isto, e assumindo o objectivo de contactarmos todos os voluntários da instituição, optamos por enviar um e-mail aos voluntários inactivos, transmitindo-lhes a intenção do Gabinete de Gestão de Voluntariado, da DG CVP em proceder à actualização dos dados pessoais de cada um deles e solicitando-

lhes o preenchimento e respectivo envio da “Ficha de Actualização dos Dados Pessoais dos Voluntários DG CVP”.

Como forma de abordagem aos voluntário activos, decidimos estar, presencialmente, em todas as reuniões mensais de coordenação dos projectos de voluntariado em curso e solicitar o preenchimento da referida ficha. Com esta estratégia, conseguimos marcar presença em todas as reuniões de coordenação dos projectos de voluntariado da DG CVP, explicando pessoalmente os objectivos desta campanha de actualização de dados, onde conseguimos o preenchimento, imediato da referida ficha.

No final deste procedimento, dos 431 voluntários contactados conseguimos a actualização de dados de 196 voluntários. Posteriormente, aquando da reelaboração da Base de Dados de Voluntariado com o recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 19, que serviu de apoio à realização deste estudo, utilizaram-se quer os novos dados recolhidos, quer os dados já existentes dos 235 voluntários que não responderam em tempo útil para o presente estudo.

Paralelamente, e a partir do estudo do Plano de Desenvolvimento Social 2011-2013, da Rede Social do concelho de Guimarães criou-se ainda a denominada Base de Dados da Comunidade.

Por último, para efectuar a análise de dados utilizou-se o já referido programa *Statistical Package for the Social Sciences* recorrendo à estatística descritiva.

3.2. Instrumento

Ao nível dos instrumentos utilizados para a obtenção dos dados e respectivo tratamento, importa referir que recorreremos à Base de Dados pré-existente, do Gabinete de Gestão de Voluntariado, à “Ficha de Inscrição de Voluntariado” (Anexo II) e à “Ficha de Actualização dos Dados Pessoais dos Voluntários DG CVP”(Anexo III), todos elementos pertencentes à DG CVP.

3.3. Amostra

A amostra das variáveis é constituída por 431 indivíduos, todos eles voluntários da DG CVP. De referir que foi assim considerada toda a população de voluntários da instituição.

A população estudada é constituída por 371 mulheres (86%) e 60 homens (14%), com idades compreendidas entre os 15 e os 82 anos ($M=32$; $DP=18,6$), sendo a maioria com estado civil solteiro (68%), como podemos observar nos gráficos 1 e 2 apresentados em seguida.

Gráfico 1. Distribuição da faixa etária da população.

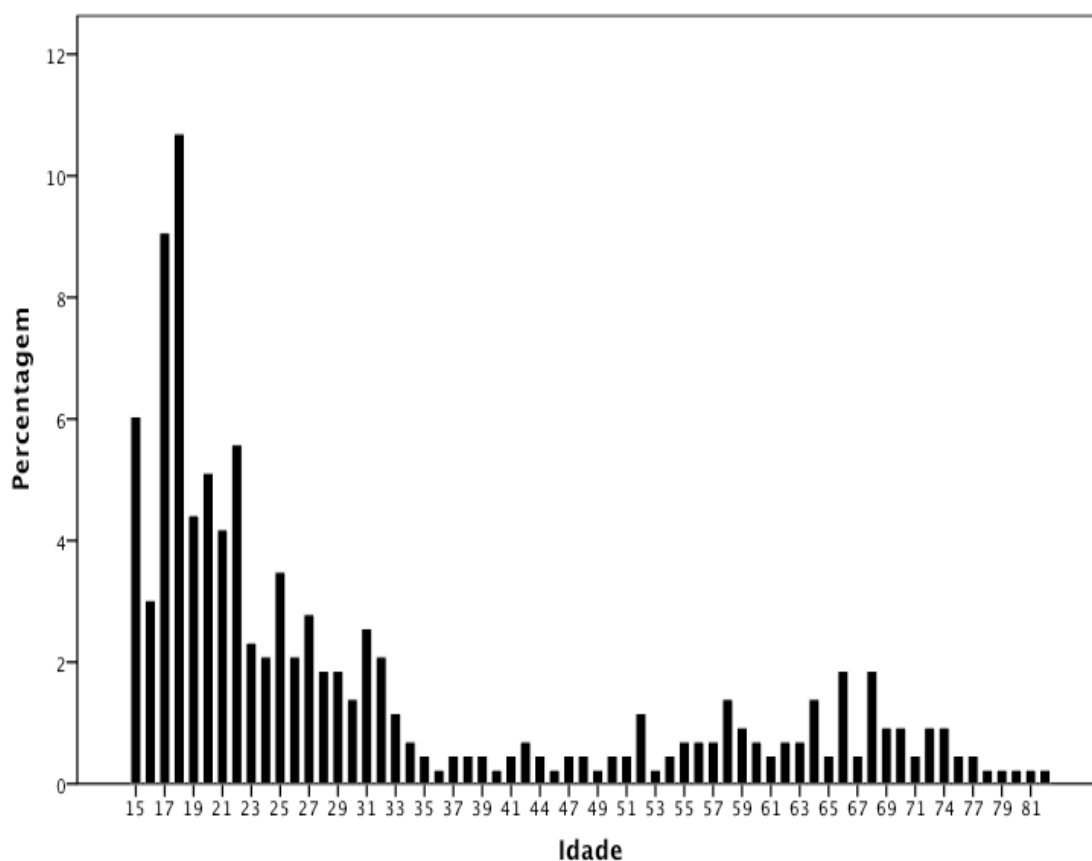
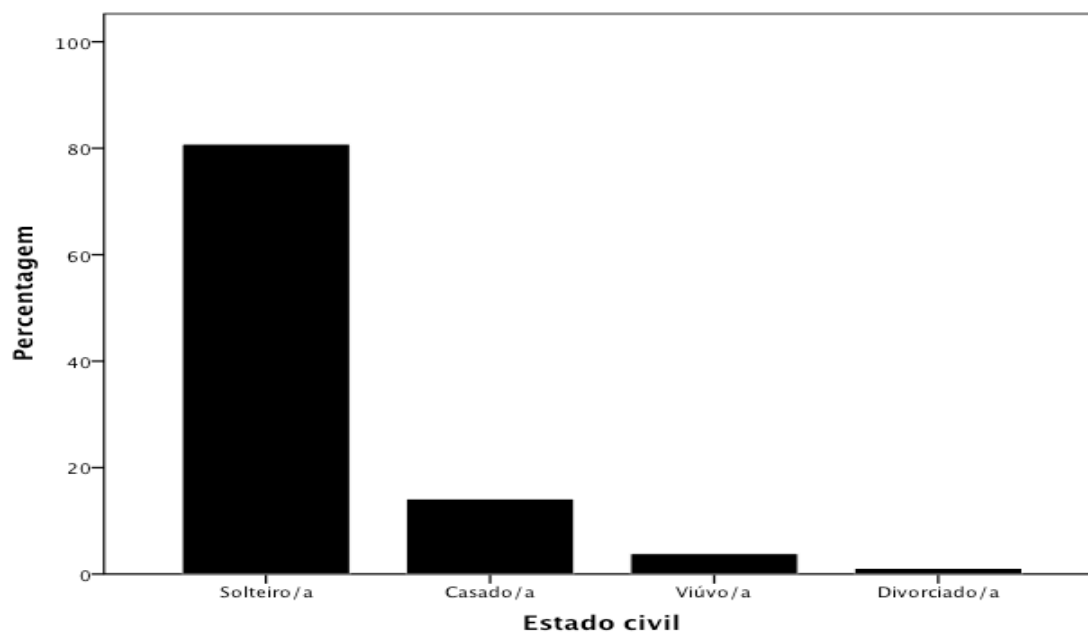


Gráfico 2. Distribuição do estado civil da população.



Esta, como se verifica nos gráficos abaixo, é constituída por 427 indivíduos de nacionalidade portuguesa (99%) e 4 de outras nacionalidades (1%), cuja maioria reside no concelho de Guimarães (98%).

Gráfico 3. Distribuição das nacionalidades da população.

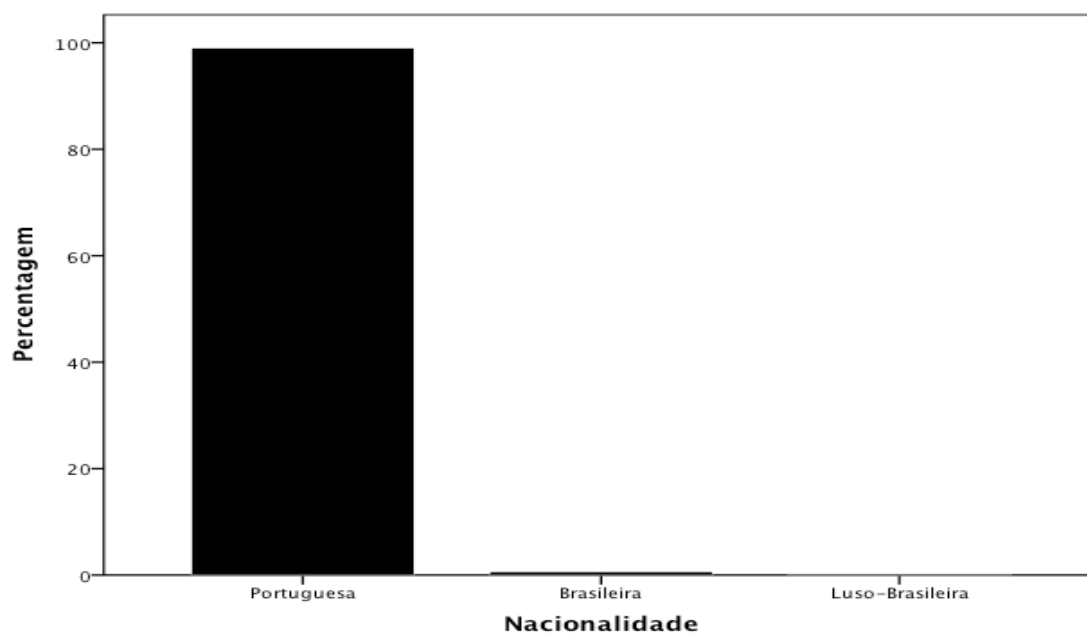
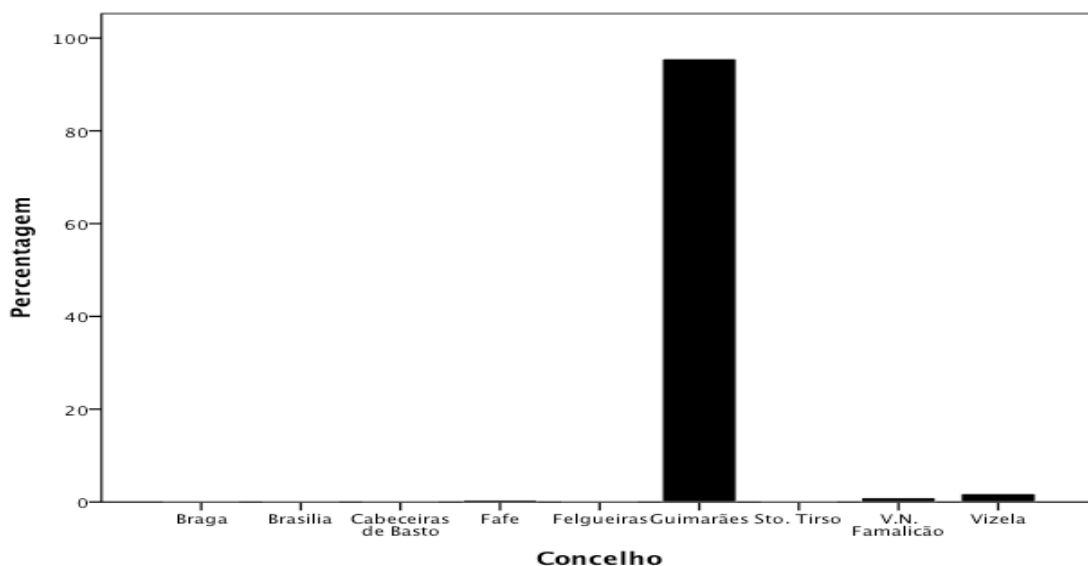
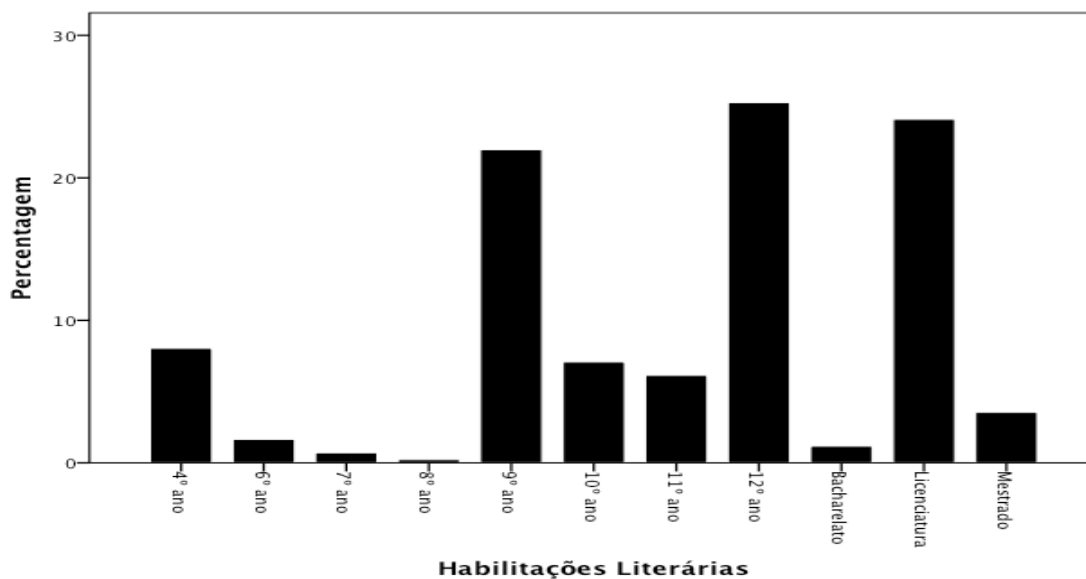


Gráfico 4. Distribuição dos concelhos de residência da população.



Relativamente às suas habilitações literárias observa-se que se estendem desde o 4º ano de escolaridade até ao mestrado, com uma representação significativa de indivíduos com o 12º ano de escolaridade e licenciatura, com 25% e 24%, respectivamente, facto evidenciado no gráfico 5.

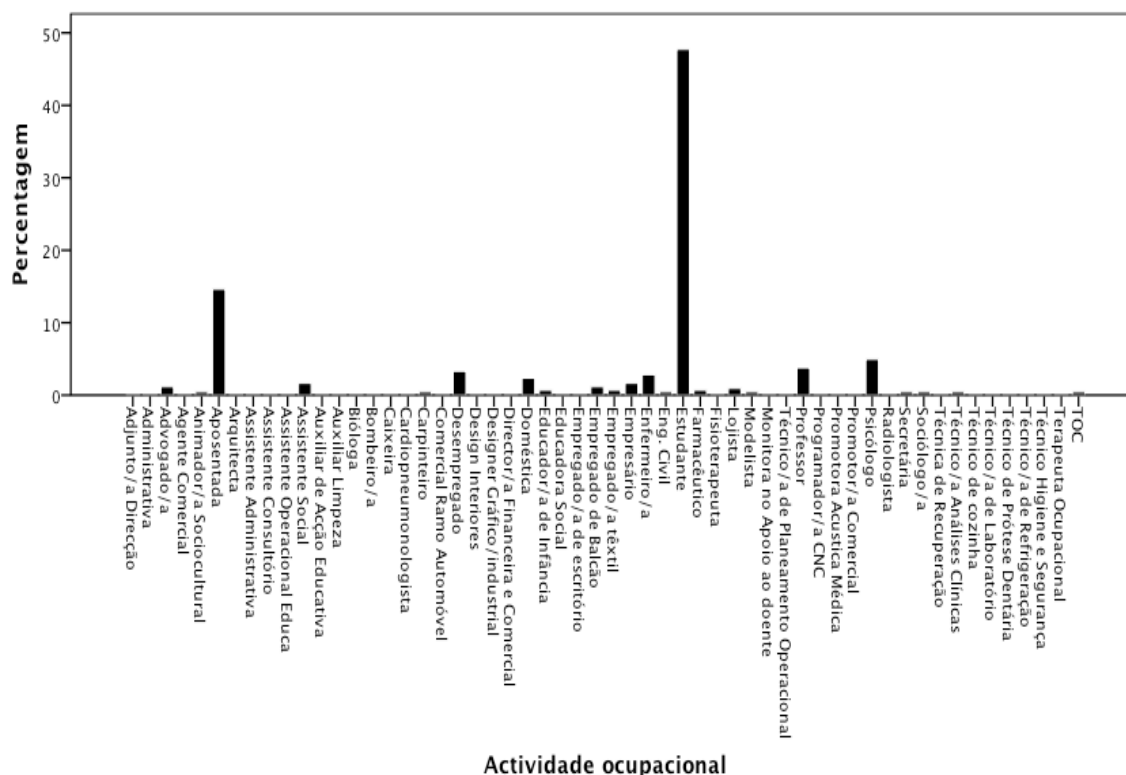
Gráfico 5. Distribuição das habilitações literárias da população.



No que diz respeito à ocupação destes indivíduos, regista-se que 47% dos mesmos são estudantes, 14% encontram-se aposentados e os restantes 39%

estão profissionalmente activos em várias áreas representadas no gráfico abaixo apresentado.

Gráfico 6. Distribuição das actividades ocupacionais da população.



Por último, referimos que de toda a população de 431 indivíduos, 176 (41%) encontram-se activos no desenvolvimento de projectos de voluntariado na instituição estudada.

4. Apresentação dos resultados – Perfil do voluntário DG CVP

Este ponto é dedicado à apresentação dos resultados com particular incidência na definição do perfil do voluntário da DG CVP, que se assume como um dos principais objectivos do presente estudo empírico.

Após a análise estatística das variáveis em estudo (Anexo I), concluímos que é possível definir um perfil do voluntário com características estatisticamente significativas. Isto é, o perfil do voluntário é na sua maioria de nacionalidade Portuguesa (99%), do género feminino (86%), solteira (68%) e sem filhos (71%).

Relativamente à idade importa dizer que o perfil está entre os 24 e os 50 anos (50%). No entanto, temos de salvaguardar que neste universo de dados obtidos através da média e do desvio padrão, apesar de incluir 50% da amostra não é representativo do perfil do voluntário, uma vez que é enviesado por existirem valores etários muito acima da média. Assim, é importante registar que a moda de distribuição de dados da variável idade se encontra nos 17 e 18 anos, com 20% da amostra. Neste sentido, afirmamos que é esta faixa etária que caracteriza mais significativamente o perfil do voluntário.

No que ao local de residência diz respeito, verificamos que o voluntário reside no concelho de Guimarães (98%), com relevância nas freguesias de Creixomil (10%) e Azurém (8%) da zona central do concelho. Por outras palavras, o voluntário reside maioritariamente no tecido urbano do concelho, tendo as Comissões Sociais de Interfreguesias Comunidade Solidária e Couros a maior representatividade (45%).

Ao nível da escolaridade é difícil definir um perfil específico uma vez que a distribuição de dados não revela diferenças significativas ao nível do ensino básico (22%), secundário (25%) e superior (24%).

Relativamente à actividade ocupacional, o perfil do voluntário indica que este é na sua maioria estudante (47%). Verificamos, ainda, que existem 15% de aposentados e que, dos 39% da população activa, a maioria ocupa-se com áreas da saúde, ensino e acção social.

Por último, importa registar que a instituição conta, actualmente, com 176 voluntários activos, o que mostra inequivocamente a força e o peso do trabalho voluntário na organização e no desenvolvimentos dos projectos da DG CVP.

5. Discussão dos resultados

Neste ponto procuramos dar resposta à questão de investigação anteriormente apresentada. Para o efeito, debruçamo-nos sobre quatro problemáticas que, entre si, permitem-nos alcançar o principal objectivo do presente estudo, ou seja, desenhar o perfil sociodemográfico do voluntário da DG

CVP, apresentar o voluntariado enquanto expressão da dádiva, perceber a importância do voluntariado para a organização e o desenvolvimento das Organizações Sem Fins lucrativos, no caso concreto a DG CVP, e, por último, compreender a relação dicotómica do Terceiro Sector com os sectores público-privado, na emergência da Economia da Dádiva e do novo paradigma de solidariedade social.

Assim, em face dos resultados obtidos, verifica-se que o perfil do voluntário da CVP-DG corrobora muitas das ideias de diferentes autores apresentadas anteriormente. Ou seja, no voluntariado existem vários e diferentes determinantes que estão relacionadas com uma maior propensão para a sua prática, como são os exemplos do género, onde o feminino tem uma forte presença (eg. Eckel e Grossman, 1998, cit in Mourão, 2007; 2008), da idade, verificando-se que são os mais novos e os mais idosos que mais se envolvem (eg. Mourão, 2007; 2008), do estado civil, em que os solteiros são os mais representativos (eg. Mourão, 2007; 2008), do número de filhos, onde os casais sem filhos apresentam maior predisposição (eg. Karlan e List, 2007), das habilitações literárias, com grande incidência nos ensinos secundário e superior (eg. Karlan e List, 2007), bem como da área de residência, verificando-se que os residentes do centro urbano aderem em maior número ao voluntariado (eg. Maslow, 1943, cit in Latham & Pinder, 2005).

Desta forma, assumimos que a dádiva, enquanto fenómeno relacional entre o doador e o beneficiário, apresenta-se como uma realidade imposta e obrigatória entre o ser humano. Esta, assenta na dialéctica do Dar, Receber e Retribuir e configura-se das mais variadas formas, a exemplo das motivações, dos determinantes acima registados. Nesta perspectiva, a dádiva é efectivamente uma realidade não quantificável, incomensurável que reside no universo da intemporalidade e da não-equivalência. Ela abre-nos ao mundo, paralelo, da informalidade e familiaridade social, tumultuando as consciências pessoais e colectivas para a necessidade de uma sociedade mais responsável, fraterna, activa e preocupada com o Outro.

Nesta perspectiva, e assumindo, nós, o voluntariado como expressão da dádiva, verificamos que a sua prática resulta da vontade e do desejo das pessoas

darem de si, do seu tempo, do seu saber e da sua experiência, pessoal e profissional, gratuitamente, sem qualquer retribuição ou compensação financeira e com o objectivo primeiro de alcançar o bem comum. O voluntariado é por excelência uma rede de solidariedade, de criação de laços sociais, de organização formal e informal de uma sociedade que existe e actua nas realidades mais carenciadas e onde as respostas tipificadas, para o efeito, não conseguem chegar.

Como consequência desta realidade em transformação, importa sublinhar que o voluntariado é, actualmente, tido como um fenómeno social em ascensão, promovido e praticado nos mais diferentes quadrantes da vida social activa, convocando os diferentes contextos sociais. Isto é, desde o voluntariado jovem ao sénior, desde a responsabilidade social das empresas aos meios académicos, o voluntariado é hoje uma referência de participação cívica activa e responsável, aliás, como sugerem alguns autores citados ao longo do capítulo anterior (eg. Gomes, 2009).

A este nível, e no caso concreto da DG CVP, verificamos que o número de admissões de voluntários foi acusando um crescendo ao longo dos anos, à medida que nos aproximamos dos dias de hoje. De referir que em 2001 foram admitidos 6 voluntários, em 2002 regista-se 3 voluntários, em 2003 temos 10 voluntários, em 2004 há 6 voluntários, em 2005 sobe para 13, em 2006 temos já 24, em 2007 contamos com mais 36, em 2008 observa-se a subida para 65, em 2009 há o registo de 103 e em 2010 admitiram-se 102 voluntários, espelhando a ascensão do interesse pelo voluntariado (Anexo I).

Paralelamente, verificamos que desde os finais dos anos 90 até aos dias de hoje, o voluntariado tem sido alvo de fortes investimentos pessoais, comunitários, institucionais e políticos, a nível nacional, europeu e mundial. O mundo tem-se organizado e reunido à volta do voluntariado e tem procurado desenvolver políticas estratégicas de incentivo, promoção e dinamização do mesmo, tem criado legislação própria, tem debatido e reflectido sobre a sua prática e, sobretudo, tem agido em conformidade com as posições assumidas. A título de exemplo deste compromisso e empenhamento global, registamos o facto de em 2001 e 2011 se comemorar o Ano Internacional do Voluntariado.

Assim, o presente estudo mostra-nos que estamos perante a emergência de um novo paradigma, de uma transformação social cujos pressupostos assentam nas novas formas de encararmos a solidariedade social, de percepcionarmos as necessidades humanitárias e a defesa da dignidade humana à luz de novos quadros valorativos, defensores da exultação da cidadania activa, da responsabilização pessoal e social, da acção comunitária e, fundamentalmente, da aceitação da diferença e do bem comum.

Isto é, no fundo verificamos que o voluntariado está inserido num complexo de instituições, desde contextos sociais propiciadores (ambientes pró-assistencialistas) até contextos emergentes (estados de crise social). A sua história jurídica recente esconde, como uma ponta de iceberg, um historial muito mais complexo, no qual se verificam expressões do voluntariado desde as épocas mais remotas com registos históricos.

No entanto, com a emergência do Terceiro Sector e a atenção crescente que tem recebido pelos agentes legisladores em diversos países desde o final da II Guerra Mundial, também o Voluntariado tem recebido uma atenção reguladora mais significativa nos últimos anos, assim como uma atenção mais significativa da academia.

Nestes ambientes, o voluntariado é visto sobretudo através de uma perspectiva institucionalista, na qual se reconhece, por um lado, o voluntariado como resultado de instituições (padrões sociais) e, por outro lado, como fenómeno movido por agentes organizados em Instituições não lucrativas.

Neste estudo, realçaram-se dois exemplos de expressão de voluntariado. Por um lado, o exemplo lato da observação em Portugal onde, apesar do historial de manifestações de voluntariado, só recentemente o Legislador regulou. Por outra via, o exemplo da CV, a maior organização humanitária no sector, onde o voluntariado surge como essência da sua acção principal.

Da discussão possibilitada também por estes casos, concluiu-se que o voluntariado é um fenómeno intrínseco das sociedades, que responde às várias lacunas não satisfeitas pela acção quer dos mercados quer do Estado e que, sobretudo, se alimenta da dádiva eminentemente vocacional dos seus agentes,

cuja principal recompensa é, muitas vezes, a percepção do cumprimento de obrigações morais e de imperativos sociais.

Posto isto, importa referir que na senda da emergência, sedimentação e afirmação do novo paradigma de solidariedade social, o Terceiro Sector, caracterizando-se por uma constante procura de colmatar as carências e insuficiências das respostas assumidas pelo sector público e/ou privado, na satisfação das necessidades mais prementes do Ser Humano, acaba por assumir uma posição de relevo e, incontornável, importância no plano político, social e económico, como se pode observar na tabela 3.

Isto é, tomando como exemplo o caso da DG CVP, a instituição aqui estudada, conseguimos perceber que se trata de uma realidade institucional onde o voluntariado assume um papel absolutamente ímpar e determinante na sua orgânica e no seu desenvolvimento. A força do trabalho voluntário é de tal forma significativa que as respostas dadas pela instituição, os projectos dinamizados e toda a acção subjacente está fortemente condicionada pela acção dos voluntários. A exemplo disso atentemos ao Relatório de Actividades 2009/10 da DG CVP, onde podemos constatar que se desenvolveram 30 Projectos, com o envolvimento directo de 196 voluntários cuja acção beneficiou sensivelmente 1622 pessoas.

Assim, e partindo do exercício indutivo, tendo como indicador a DG CVP, pressupomos que o universo das organizações não lucrativas são realidades incontornáveis no processo económico da sociedade civil, convocando, assim, a Economia da Dívida para um patamar de discussão que até então não seria possível equacionar.

Efectivamente, o voluntariado e a dívida são fenómenos emergentes no contexto social que chamam a si um estatuto por demais importante e avassalador, impedindo quaisquer tentativas de submissão a interesses individuais ou limitadores da liberdade e do bem comum.

6. Considerações Finais

Tomando este ponto como o último momento do presente estudo, permitimo-nos conferir alguma liberdade de expressão e com isso registar as dificuldades, as curiosidades, as limitações e, eventualmente, atrevemo-nos a sugerir novas orientações de investigação.

Assim, começando pelo início desta aventura, ou seja, pelo interesse quase obsessivo pela área da Economia Social, o voltar à sala de aula e à disciplina pessoal e de cumprir com as responsabilidades e exigências académicas inerentes a um aluno de mestrado. Integrar este curso foi deveras motivador, desafiador e intelectualmente estimulante e a escola, os professores e os colegas foram a cereja no topo do bolo.

Concretamente sobre a construção da tese, começamos por assegurar que relativamente ao tema do meu trabalho final, entenda-se tese, estávamos certos de que seria acerca do voluntariado, apenas desconhecíamos a abordagem a seguir. No entanto, e desde o primeiro momento de contacto com o professor Paulo Mourão, nas aulas de Economia das Instituições, percebemos que o Orientador estava encontrado. Sobre o tema da tese propriamente dito, ganha forma quando nos confrontamos com a problemática da dívida, as suas motivações, as suas implicações e, fundamentalmente, a sua proximidade e consequência com a Economia da Dívida.

Neste momento, o destino estava escolhido, faltava era traçar o caminho a trilhar. Para o efeito, solicitou-se a ajuda, a orientação do estudioso da área de investigação, o professor Paulo Mourão.

Chegado o tempo de dedicar a tempo inteiro à criação académica do presente estudo, admitimos ter sentido dificuldades principalmente em encontrar bibliografia sobre o tema, uma vez que se trata de uma problemática recente e com referências bibliográficas limitadas, e em contactar directamente com todos os voluntários representados na nossa amostra, na medida em que alguns indivíduos não tinham os dados actualizados e não havia forma de os contactar.

Contudo, e não obstante as considerações assumidas, a principal e maior

dificuldade prendeu-se com a gestão do tempo e do trabalho, do limitado rigor no cumprimento das tarefas académicas.

Relativamente às limitações do estudo, assume-se a incapacidade física para contactar com todos os voluntários representados na amostra, a não existência de um trabalho na DG CVP sobre as motivações para o voluntariado, a capacidade de mensurar economicamente o peso do trabalho do voluntariado e de correlacionar o perfil sociodemográfico do voluntário com as características demográficas, estruturais e sociais do concelho de Guimarães.

Para além disso, entende-se como limitação a ausência de um estudo aprofundado sobre as implicações efectivas da prática do voluntariado, das Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Sector na realidade económica e política da actual sociedade civil Portuguesa, Europeia e Mundial.

Neste sentido, e presunçosamente acreditando que o presente poderá, em alguma circunstância, constituir motivo para dar início a um aprofundamento do tema, sugiro que se realize um estudo profundo sobre a DG CVP, com base na identificação das motivações, dos determinantes da prática do voluntariado na DG CVP, na mensurabilidade, económica, da força do trabalho do voluntariado na instituição, com incidência nos projectos e nas respostas sociais desenvolvidos na instituição. Com isto, é desejável que se consiga perceber o real peso do voluntariado na DG CVP, e com isto, delinear estratégias de captação de voluntários, de idealização de novas áreas de intervenção, de edificação de novos projectos sociais e, sobretudo, de legitimação e de credibilização do carácter humanitário, comunitário e social da instituição. Como elemento adicional e complementar a esta pretensão, importa considerar a análise populacional, demográfica, institucional, estrutural e social do concelho de Guimarães, por via do seu Plano de Desenvolvimento Social.

Por último, sugerimos como, possível, investigação futura, um estudo exaustivo sobre a actividade desenvolvida pelas organizações do Terceiro Sector com as respectivas implicações na realidade económica, política e social da actualidade na esfera global. Isto é, a presença do sector, da economia e do trabalho sociais representam a formalização e a aceitação, universal, da importância, do relevo e do peso das preocupações, carências e consequentes

respostas, da realidade, dita, informal. Esta que historicamente, havia sido marginalizada, desvalorizada e desconsiderada, teve a capacidade de colectiva, responsável, participada e activamente chamar a si o estatuto de alternativa, de agitação consciente, de formalização e regularização de um Saber Estar diferenciado e socialmente conciliador.

Anexos

Anexo I. Tabelas de frequências das variáveis descritivas

(A)Gênero:

N	Valid	431
	Missing	0

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Feminino	371	86,1	86,1	86,1
	Masculino	60	13,9	13,9	100,0
	Total	431	100,0	100,0	

(B)Idade:

N	Valid	430
	Missing	1
Mean		31,99
Std. Deviation		18,641
Minimum		15
Maximum		82

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	15	26	6,0	6,0	6,0
	16	13	3,0	3,0	9,1
	17	39	9,0	9,1	18,1
	18	46	10,7	10,7	28,8
	19	19	4,4	4,4	33,3
	20	22	5,1	5,1	38,4
	21	18	4,2	4,2	42,6
	22	24	5,6	5,6	48,1
	23	10	2,3	2,3	50,5
	24	9	2,1	2,1	52,6
	25	15	3,5	3,5	56,0
	26	9	2,1	2,1	58,1
	27	12	2,8	2,8	60,9
	28	8	1,9	1,9	62,8
	29	8	1,9	1,9	64,7
	30	6	1,4	1,4	66,0
	31	11	2,6	2,6	68,6
	32	9	2,1	2,1	70,7
	33	5	1,2	1,2	71,9
	34	3	,7	,7	72,6
	35	2	,5	,5	73,0
	36	1	,2	,2	73,3

37	2	,5	,5	73,7
38	2	,5	,5	74,2
39	2	,5	,5	74,7
40	1	,2	,2	74,9
41	2	,5	,5	75,3
42	3	,7	,7	76,0
44	2	,5	,5	76,5
46	1	,2	,2	76,7
47	2	,5	,5	77,2
48	2	,5	,5	77,7
49	1	,2	,2	77,9
50	2	,5	,5	78,4
51	2	,5	,5	78,8
52	5	1,2	1,2	80,0
53	1	,2	,2	80,2
54	2	,5	,5	80,7
55	3	,7	,7	81,4
56	3	,7	,7	82,1
57	3	,7	,7	82,8
58	6	1,4	1,4	84,2
59	4	,9	,9	85,1
60	3	,7	,7	85,8
61	2	,5	,5	86,3
62	3	,7	,7	87,0
63	3	,7	,7	87,7
64	6	1,4	1,4	89,1
65	2	,5	,5	89,5
66	8	1,9	1,9	91,4
67	2	,5	,5	91,9
68	8	1,9	1,9	93,7
69	4	,9	,9	94,7
70	4	,9	,9	95,6
71	2	,5	,5	96,0
72	4	,9	,9	97,0
74	4	,9	,9	97,9
75	2	,5	,5	98,4
77	2	,5	,5	98,8
78	1	,2	,2	99,1
79	1	,2	,2	99,3
80	1	,2	,2	99,5
81	1	,2	,2	99,8
82	1	,2	,2	100,0
Total	430	99,8	100,0	
Missing	98			
Total	431	100,0		

(C) Estado Civil:

N	Valid	360
	Missing	71

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro(a)	291	67,5	80,8	80,8
	Casado(a)	51	11,8	14,2	95,0
	Viuvo(a)	14	3,2	3,9	98,9
	Divorciado(a)	4	,9	1,1	100,0
	Total	360	83,5	100,0	
Missing		71	16,5		
Total		431	100,0		

(D) Número de Filhos:

N	Valid	362
	Missing	69
Mean		,30
Std. Deviation		,758
Minimum		0
Maximum		4

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	307	71,2	84,8	84,8
	1	16	3,7	4,4	89,2
	2	27	6,3	7,5	96,7
	3	11	2,6	3,0	99,7
	4	1	,2	,3	100,0
	Total	362	84,0	100,0	
Missing		69	16,0		
Total		431	100,0		

(E) Freguesia de Residência:

N	Valid	426
	Missing	5

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Creixomil	45	10,4	10,6	10,6
Azurém	35	8,1	8,2	18,8
S. João Ponte	25	5,8	5,9	24,6
Urgeses	22	5,1	5,2	29,8
S. Paio	20	4,6	4,7	34,5
Mesão Frio	17	3,9	4,0	38,5
S. Sebastião	16	3,7	3,8	42,3
Costa	14	3,2	3,3	45,5
Silvares	14	3,2	3,3	48,8
Fermentões	13	3,0	3,1	51,9
S. Torcato	13	3,0	3,1	54,9
S. Jorge de Selho	12	2,8	2,8	57,7
Oliveira do Castelo	11	2,6	2,6	60,3
Polvoreira	11	2,6	2,6	62,9
Mascotelos	10	2,3	2,3	65,3
Brito	9	2,1	2,1	67,4
Nespereira	8	1,9	1,9	69,2
S. Cristovão de Selho	8	1,9	1,9	71,1
S. Lourenço Selho	8	1,9	1,9	73,0
Selho S. Jorge	8	1,9	1,9	74,9
Abação S. Tomé	7	1,6	1,6	76,5
Candoso S. Martinho	7	1,6	1,6	78,2
Aldão	6	1,4	1,4	79,6
Penselo	6	1,4	1,4	81,0
Ronfe	6	1,4	1,4	82,4
S. Tiago Candoso	6	1,4	1,4	83,8
Gondar	5	1,2	1,2	85,0
S. Miguel	5	1,2	1,2	86,2
Serzedelo	5	1,2	1,2	87,3
Atães	3	,7	,7	88,0
Caldelas	3	,7	,7	88,7
Corvite	3	,7	,7	89,4
Sande S. Martinho	3	,7	,7	90,1
Serzedo	3	,7	,7	90,8
Calvos	2	,5	,5	91,3
Gonça	2	,5	,5	91,8
Guardizela	2	,5	,5	92,3
Infantas	2	,5	,5	92,7
Joane	2	,5	,5	93,2
Prazins Sto. Tirso	2	,5	,5	93,7
S. Clemente Sande	2	,5	,5	94,1
S. Martinho Conde	2	,5	,5	94,6
Sto. Adrião	2	,5	,5	95,1

Sto. Estevão Briteiro	2	,5	,5	95,5
Airão Santa Maria	1	,2	,2	95,8
Brasília	1	,2	,2	96,0
Cabeceiras de Basto	1	,2	,2	96,2
Donim	1	,2	,2	96,5
Fornelos	1	,2	,2	96,7
Freitas	1	,2	,2	96,9
Lordelo	1	,2	,2	97,2
Pinheiro	1	,2	,2	97,4
Pombeiro	1	,2	,2	97,7
Riba d'Ave	1	,2	,2	97,9
S. Mateus	1	,2	,2	98,1
S. Vicente	1	,2	,2	98,4
S.Torcato	1	,2	,2	98,6
Sande S. Lourenço	1	,2	,2	98,8
Souto S. Salvador	1	,2	,2	99,1
Sta. Eulália	1	,2	,2	99,3
Vermil	1	,2	,2	99,5
Vila das Aves	1	,2	,2	99,8
Vila Nova de Sande	1	,2	,2	100,0
Total	426	98,8	100,0	
Missing	5	1,2		
Total	431	100,0		

(F) Concelho de Residência:

N	Valid	431
	Missing	0

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Guimarães	412	95,6	95,6	95,6
Vizela	8	1,9	1,9	97,4
V.N.Famal	3	,7	,7	98,1
Fafe	2	,5	,5	98,6
Braga	1	,2	,2	98,8
Brasília	1	,2	,2	99,1
Cabeceira	1	,2	,2	99,3
Felgueira	1	,2	,2	99,5
Sto. Tirs	1	,2	,2	99,8
V.N. Fama	1	,2	,2	100,0
Total	431	100,0	100,0	

(G) Residência por CSIF:

N	Valid	426
	Missing	5

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CSIF COMUNIDADE SOLIDÁRIA	113	26,2	26,5	26,5
	CSIF COUROS	83	19,3	19,5	46,0
	CSIF VALE DE SELHO	41	9,5	9,6	55,6
	CSIF RUMO AO FUTURO	35	8,1	8,2	63,8
	CSIF VALE S. TORCATO	32	7,4	7,5	71,4
	CSIF AVE	30	7,0	7,0	78,4
	CSIF ONZE	21	4,9	4,9	83,3
	CSIF OESTE	17	3,9	4,0	91,8
	CSIF SOLIDAVE	11	2,6	2,6	94,4
	CSIF SUL NASCENTE	10	2,3	2,3	96,7
	CSIF SUDOESTE	10	2,3	2,3	99,1
	MONTANHA DA PENHA				
	CSIF CASTREJA	4	,9	,9	100,0
	Outros	19	4,4	4,5	87,8
	Total	426	98,8	100,0	
Missing		5	1,2		
Total		431	100,0		

(H) Nacionalidade:

N	Valid	431
	Missing	0

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Portugues	427	99,1	99,1	99,1
	Brasileir	3	,7	,7	99,8
	Luso-Bras	1	,2	,2	100,0
	Total	431	100,0	100,0	

(I) Habilitações Literárias:

N	Valid	423
	Missing	8

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4º ano	34	7,9	8,0	8,0
	6º ano	7	1,6	1,7	38,5
	7º ano	3	,7	,7	39,2
	8º ano	1	,2	,2	39,5
	9º ano	93	21,6	22,0	61,5
	10º ano	30	7,0	7,1	68,6
	11º ano	26	6,0	6,1	74,7
	12º ano	107	24,8	25,3	100,0
	Bacharelato	5	1,2	1,2	9,2
	Licenciatura	102	23,7	24,1	33,3
	Mestrado	15	3,5	3,5	36,9
	Total	423	98,1	100,0	
Missing		8	1,9		
Total		431	100,0		

(J) Actividade ocupacional:

N	Valid	423
	Missing	8

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Adjunto Direcção	1	,2	,2	,2
	Administrativa	1	,2	,2	,5
	Advogado	5	1,2	1,2	1,7
	Agente Comercial	1	,2	,2	1,9
	Animadora Sociocultural	2	,5	,5	2,4
	Aposentada	62	14,4	14,7	17,0
	Arquitecta	1	,2	,2	17,3
	Assistente Administrativa	1	,2	,2	17,5
	Assistente Consultório	1	,2	,2	17,7
	Assistente Operacional Educ.	1	,2	,2	18,0
	Assistente Social	7	1,6	1,7	19,6
	Auxiliar de Acção Educativa	1	,2	,2	19,9
	Auxiliar Limpeza	1	,2	,2	20,1

Bióloga	1	,2	,2	20,3
Bombeiro	1	,2	,2	20,6
Caixeira	1	,2	,2	20,8
Cardiopneumologista	1	,2	,2	21,0
Carpinteiro	2	,5	,5	21,5
Comercial Ramo Automóvel	1	,2	,2	21,7
Desempregado	14	3,2	3,3	25,1
Design Interiores	1	,2	,2	25,3
Designer Gráfico/industrial	1	,2	,2	25,5
Directora Financeira e Comer	1	,2	,2	25,8
Doméstica	10	2,3	2,4	28,1
Educadora de Infância	3	,7	,7	28,8
Educadora Social	1	,2	,2	29,1
Emprega de escritório	1	,2	,2	29,3
Empregado de Balcão	5	1,2	1,2	30,5
Empregado textil	3	,7	,7	31,2
Empresário	7	1,6	1,7	32,9
Enfermeiro	12	2,8	2,8	35,7
Eng. Civil	2	,5	,5	36,2
Estudante	202	46,9	47,8	83,9
Farmacêutico	3	,7	,7	84,6
Fisioterapeuta	1	,2	,2	84,9
Lojista	4	,9	,9	85,8
Modelista	2	,5	,5	86,3
Monitora no Apoio ao doente	1	,2	,2	86,5
Planeamento Operacional	1	,2	,2	86,8
Professor	16	3,7	3,8	90,5
Programador CNC	1	,2	,2	90,8
Promotora Acustica Médica	1	,2	,2	91,0
Promotora Comercial	1	,2	,2	91,3
Psicólogo	21	4,9	5,0	96,2
Radiologista	1	,2	,2	96,5
Secretária	2	,5	,5	96,9
Socióloga	2	,5	,5	97,4
Técnica de Recuperação	1	,2	,2	97,6
Técnico Análises Clínicas	2	,5	,5	98,1
Técnico de cozinha	1	,2	,2	98,3
Técnico de Laboratório	1	,2	,2	98,6
Técnico de Prótese Dentária	1	,2	,2	98,8
Técnico de Refrigeração	1	,2	,2	99,1
Técnico Higiene e Segurança	1	,2	,2	99,3
Terapeuta Ocupacional	1	,2	,2	99,5
TOC	2	,5	,5	100,0
Total	423	98,1	100,0	
Missi ng	8	1,9		
Total	431	100,0		

(K) Ano de Admissão no Voluntariado da DG CVP:

N	Valid	405
	Missing	26

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1991	10	2,3	2,5	2,5
1992	1	,2	,2	2,7
1994	1	,2	,2	3,0
1996	2	,5	,5	3,5
1997	4	,9	1,0	4,4
1999	1	,2	,2	4,7
2000	3	,7	,7	5,4
2001	6	1,4	1,5	6,9
2002	3	,7	,7	7,7
2003	10	2,3	2,5	10,1
2004	6	1,4	1,5	11,6
2005	13	3,0	3,2	14,8
2006	24	5,6	5,9	20,7
2007	36	8,4	8,9	29,6
2008	65	15,1	16,0	45,7
2009	103	23,9	25,4	71,1
2010	102	23,7	25,2	96,3
2011	15	3,5	3,7	100,0
Total	405	94,0	100,0	
Missing	26	6,0		
Total	431	100,0		

(L) Envolvimento nos projectos da instituição:

N	Valid	431
	Missing	0

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Activo	176	40,8	40,8	40,8
Inactivo	255	59,2	59,2	100,0
Total	431	100,0	100,0	

Anexo II. Ficha de inscrição de voluntariado



Delegação de Guimarães

Largo do Trovador nº4 e 5,
4810-451 Guimarães Tel: 253 412 522
Fax: 253 412 524

Ficha de Voluntário Identificação

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____ - _____
Data de nascimento ___/___/___
B. I. _____ Contribuinte _____ Sexo: F ___ M ___
Telefone _____ Telemóvel _____
E-mail _____
Habilitações literárias: _____
Profissão: _____
Local onde trabalha/estuda: _____
Outras actividades: _____

Motivo de Inscrição _____

Disponibilidade

Diária ___ Semanal ___ Mensal ___
Nº de Horas _____
Manhã(s) ___ Tarde(s) ___
Fim-de-semana _____
Na área de residência ___ Outras áreas ___
Carta de condução? Sim ___ Não ___
Viatura Própria? Sim ___ Não ___

Projecto de Interesse: _____

Tomei conhecimento dos Direitos e Deveres do Voluntário

Assinatura _____ Data ___/___/___

A preencher pela Delegação de Guimarães da CVP:

Entrevista em ___/___/___ Realizada ___ FBI em ___/___/___

PROJECTO: _____

Formação específica do Projecto em ___/___/___

Cartão de Voluntário: ___ S ___ N

Sócio: ___ S ___ N

Voluntário Activo ___ Voluntário Inactivo ___ em ___/___/___

Motivo: _____

Desistiu ___ em ___/___/___ Motivo: _____

Anexo III. Ficha de actualização dos dados pessoais dos voluntários DG CVP



Delegação de Guimarães

Largo do Trovador nº4 e 5,
4810-451 Guimarães Tel: 253 412 522
Fax: 253 412 524

ACTUALIZAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DOS VOLUNTÁRIOS DG CVP

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO : ___/___/___

IDADE: _____

FREGUESIA: _____

CONCELHO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

NÚMERO DE FILHOS: _____

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: _____

PROFISSÃO : _____

ANO DE INGRESSO NA DG CVP : _____

CONTACTO TELEFÓNICO: _____

E-MAIL : _____

Os presentes dados poderão ser alvo de tratamento estatístico por parte da Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa.

Autorizo ___

Não Autorizo ___

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

Referências bibliográficas

Amaro, R. R. (2002), *O voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza em Portugal*. Lisboa: Fundação Aga Khan Portugal

Andreoni, J. (1989). Giving with impure altruism: applications to charity and Ricardian Equivalence. *Journal of Political Economy*, 97, pp. 1447-1458.

Aranguren, L. (2010). *Os itinerários educativos do voluntariado*. Caderno Voluntariado 01. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.

Arnsperger, C. & Parijs, P. (2000). *Ética Económica e Social*. Porto: Edições Afrontamento.

Ávila, R. & Campos, J. (2005). The social economy in the European Union. *Centre International de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et coopérative*.

Brauman, R. (1997). A Acção Humanitária. *Biblioteca Básica de Ciência e Cultura*, vol. 47. Lisboa: Instituto Piaget.

Brochura do Centro Nacional para o Voluntariado, Londres (2000).

Brown, P. (1988), *Benfeitores da Humanidade. Henry Dunant: O Fundador da Cruz Vermelha. Sua compaixão salvou milhares de vida*. United Kingdom: Exley Publications Ltd.

Caillé, A. (2002). *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes.

Carneiro, R. (1997). Uma nova ética nas relações sociais. *Cadernos justiça e paz*, nº 3, pp. 83-91.

Casa-Nova, M. J. (2004). Políticas sociais e educativas públicas, direitos humanos e diferença cultural. *Educação, Justiça e Direitos Humanos*. Universidade de Coimbra: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. (2005). *Formação em Voluntariado*. Lisboa: Instituto da Segurança Social I.P.

Cruz Vermelha Portuguesa. (2007), *O Voluntariado na Cruz Vermelha Portuguesa: Desafios da Mudança. Guia de Implementação da Política de Voluntariado*. Lisboa: Portugal

De Ven, J. (2000). The economics of the gift. *Discussion paper 68*. University of Tilburg: Center for Economic Research.

Delicado, A., Almeida, A., & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do Voluntariado em Portugal*, Lisboa: Edição Comissão para o ano Internacional do Voluntariado.

Diamond, P. (2003). Optimal tax treatment of private contributions for public goods with and without warm glow preferences.

Diário da República (2010). “*Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2010*”, 1ª série – Nº 165 – 25 de Agosto de 2010

Diário da República (1998). Lei nº 71/98 de 3 de Novembro (DR 254/98 Série I – A de 1998-11-03)

Dicionário da Língua Portuguesa (8ª Edição). Porto Editora

Eckel, C. & Grossman, P. (1998). Are women less selfish than men? Evidence from dictator experiments. *Economic Journal*, vol. 108, nº 448, pp. 726-735.

Espada, J. C. (1997). *Direitos Sociais de Cidadania*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Estratégia 2010, da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2007).

Ferreira, M., Proença, T. & Proença, J. F. (2008). As motivações do trabalho voluntário. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, pp. 43-52.

França, G. & Dizimara, S. (1999). Economia solidária e dádiva. *Organizações e sociedade, Salvador*, vol. 6, nº 14, pp. 141-183.

Fraser, C. (2005). What's the good in giving? A (small) contribution to the Economics of Charity. *PEUK Working Paper*, Public Economics UK, vol. 3.

Garcia, A. (2010). “*Voluntariado, Fuerza de cambio*” Actas do 1º Congresso Português de Voluntariado, 4 e 5 de Dezembro de 2010 em Lisboa, Revista da Confederação Portuguesa do Voluntariado.

Gaiger, L. (2008). A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katália Florianópolis*, vol. 11, nº 1, pp. 11-19.

Garcia, A. (2010). Voluntariado, Fuerza de cambio. Actas do 1º Congresso Português de Voluntariado. Lisboa: Revista da Confederação Portuguesa do Voluntariado.

Godbout, J. (1992), *O Espírito da Dádiva*, Instituto Piaget, Lisboa

Godelier, M. (2001). *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gomes, D. (2009), *Mundo Vividos: Os Caminhos do Voluntariado Hospitalar*”, Tese de Mestrado em Sociologia - Política Locais e Descentralização: As Novas Áreas do Social, Coimbra, Outubro 2009, pp. 14 – 27

GHK. (2010). Volunteering in the European Union. Brussels: EAC-EA & DG EAC.

Guia de Implementação da Política de Voluntariado da Cruz Vermelha Portuguesa (2007).

Halba, B. & Le Net, M. (1997). *Bénévolat et volontariat dans la vie économique, social et politique*. Paris: La documentation Française.

Horne, C., Van Slyke, D. & Johnson, J. (2003). Attitudes toward public funding for faith-based organization and the potential impact on private giving. *Spring research conference of the Independent Sector and Rockefeller Institute of Government*. Available from http://www.socialpoliceandreligion.org/docs/events/2003_spring_research_conference/horne.pdf.

Huber, J. (1985). *Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Jager, U., Schmidt, K. & Beyes, T. (2007). *Leading without formal power*. Venice: Presented at the 6th Workshop on the Challenges of Managing the Third Sector.

Jornal Oficial da União Europeia, pp. 325-346, de 30 de Dezembro de 2006.

Jornal Oficial da União Europeia. (2010). *Decisão do Conselho de 27 de Novembro de 2009 relativa ao Ano Europeu das Actividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Activa*, L 17/43 a 49.

Karlan, D. & List, J. (2007) Does price matter in charitable giving? Evidence from a large-scale natural field experiment. *Yale economic applications and policy discussion*, vol. 13.

Kolm, S. (2000). Introduction to the economics of altruism, giving and reciprocity. *Equality exchange paper*: Norwegian School of Economics and Business Administration. Consultado em: <http://mora.rente.nhh.no/projects/EqualityExchange/Portals/0/articles/kolm11.pdf>.

Kotler. (1975). *Marketing non-profit organizations*. NJ: Prentice-Hall.

Lamóglia, L. (s.d.). *Desenvolvimento pessoal – uma abordagem na administração do voluntariado*. Centro universitário Franciscano do Paraná – FAE Business School.

Latham, G. P. & Pinder, C. C. (2005). Work motivation theory and research at the Dawn of the Twenty-First Century. *Annual Reviews Psychology*, vol. 56, pp. 485-516.

Lencastre, R. (s.d.). *A importância de ser voluntário*. Revista Xis, Jornal Público.

Lima, V. S. (2009). *Os vínculos que brotam da Dor*. Rio de Janeiro: Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia.

Locke & Henne. (1986). Work motivations theories. *International Review of Industrial and Organizational Psychology*, 5, pp. 1-35.

Martín, I., Fernandes, T., Paul, C & Roseira, L. (2005). *Voluntariado em Portugal: Medidas nacionais para a promoção do voluntariado em Portugal*. Braga: Inovação à leitura.

Martin, I. & Gonçalves, D. (2007). Formação básica de voluntariado: Teoria da formação de voluntariado e exercícios práticos em formação básica de voluntariado. Braga: IUDEX.

Maslow, A. (1943). A theory of human motivation. *Psychological Review*, 50, nº 4, pp. 370-396.

Mauss, M. (1950). *Essência da Dívida* (Edição consultada 2008). Edições 70.

Maus, M. (2008). *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70.

Melluci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.

Melo, M. (2010). A percepção da Teoria da Dívida em um modelo contemporâneo de fazer sociológico. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 111, 1519-6186.

Mourão, P. (2007). *Dar olhando a quem – estudo sobre o Projecto “Todo o Homem é meu Irmão”*. Braga: Departamento de Economia da Universidade do Minho

Mourão, P. (2008). What has the Economics of Giving Given to Economics? The Contemporary Situation. *Journal of Economic and Social Research*, vol. 10, nº 1, pp. 1-33.

Mozzicafreddo, J. (1997). *Estado de Providência e Cidadania em Portugal*. Lisboa: Celta.

Murillo, R. (2005). *The economics of giving*. National Economic Trends

Okten, C. & Weisbrod, B. (2000). Determinants of donations in private nonprofit markets. *Journal of Public Economics*, vol. 75, nº 2, pp. 255-272.

Parboteeah, K. P., Cullenb, J. B. & Lim, L. (2004). Formalvolunteering: a cross-national test. *Journal of World Business*, vol. 39, nº 4, pp. 431-441.

Pittman, T. & Heller, J. F. (1987). Social motivation. *Annual Reviews Psychology*, vol. 38, pp. 461-489.

Pizzorno, A. (1986). Sur la rationalité du choix démocratique. In: Birbaum, P. & Leca, J. *Sur l'individualisme*. Paris: Presses de la FNSP.

Ramos, A. G. (1982). Minha dívida ao lorde Keynes. *Revista de administração pública, Rio de Janeiro*, vol. 16, nº 2, pp. 91-95.

Reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre o Voluntariado e o Desenvolvimento Social (1999). Corpo nacional de escutas: Escutismo Católico Português.

Ribar, D. & Wilhelm, M. (2002). Altruistic and joy-of-giving motivations in charitable behavior. *Journal of Political Economy*, vol. 110, nº 2, pp. 425-457.

Ritta, M. (2001). Voluntariado e cidadania. *Revista Voluntários na Educação: Escutismo Católico Português*.

Roberts, R. (1984). A positive model of private charity and public transfers. *Journal of Political Economy*, vol. 92, pp. 136-148.

Rocha, E. (2006). *Voluntariado na cidade do Porto*. Câmara Municipal do Porto: Gabinete de Estudos e Planeamento.

Rojão, G. & Araújo, P. (2010). Gestão do voluntariado nas OSFL (pp. 355-369). In: *Gestão de organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação social*. Porto: Grupo Editorial Vida Económica.

Rothschild-Witt, J. (1982). The collectivist organization: an alternative to bureaucratic models. *Workplace democracy and social change*. Boston: Porter Sargent Publishers.

Sahlins, M. (1970). *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Santos, B. S. (1994). Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, pp. 11-32.

Schmidt, W. (1964). The Economics of Charity. *Journal of Political Economy*, vol. 72, pp. 387-393.

Schmidtt, N., Cortina, I. & Wiechmann. (2003). *Personnel selection and employee performance*. New York: Hanbook of Psychology.

Shawcross, W. (1985). *Le Poids de la pitié*. Balland.

Shin, S. & Kleiner, B. H. (2003). How to manage unpaid volunteers in organizations. *Management Research News*, vol. 26, nº 2/3/4, pp. 63-71.

Singer, P. (1998). *Uma utopia militante*. Rio de Janeiro: Vozes.

Soupourmas, F. & Ironmonger, D. (2001). *Giving Time: The Economic and Social Value of Volunteering in Victoria*. Victoria: Department of Human-Services.

Vesterlund, L. (2006). Why do people give?. In Steinberg, R. & Powells, W. *The Nonprofit Sector*. Yale: Yale Press.

Vizeu, F. (2009). Contribuições da Sociologia da Dádiva aos Estudos sobre Organizações Substantivas. *O & S*, vol. 16, nº 50, pp. 409-427.

Wilson, J. (2000). Volunteering. *Annual Review of Sociology*, vol. 26, nº1, pp. 215-240.

Outros recursos utilizados:

www.cruzvermelha.pt

www.voluntariado.pt